

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

ALANA SILVA SGORLA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL EM PINHAL DA SERRA (RS):
PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL (1963-1993)**

**CAXIAS DO SUL
2020**

ALANA SILVA SGORLA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL EM PINHAL DA SERRA (RS):
PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL (1963-1993)**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado da Universidade de Caxias do Sul, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliana Rela

**CAXIAS DO SUL
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

S523h Sgorla, Alana Silva

História da educação rural em Pinhal da Serra (RS) : práticas de
mediação cultural (1963-1993) / Alana Silva Sgorla. – 2020.
209 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Educação, 2020.

Orientação: Eliana Rela.

1. Educação - História. 2. Educação rural. 3. Civilização - História.
I. Rela, Eliana, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37(091)

Catálogo na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

História da Educação Rural em Pinhal da Serra (RS): Práticas de Mediação Cultural (1963-1993)''

Alana Silva Sgorla

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Linguagem e Tecnologia.

Caxias do Sul, 18 de março de 2020.

Banca Examinadora:

Dra. Eliana Rela (presidente – UCS)

Participação por videoconferência

Dr. José Edimar de Souza (UCS)

Participação por videoconferência

Dra. Dóris Bittencourt Almeida (UFRGS)

Parecer emitido a distância

Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS)

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar”

(FREIRE, 1997, p.155).

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não teria sido possível sem a ajuda de muitas pessoas.

Agradeço inicialmente à *Ariolina*, à *Erci*, ao *João Rubens*, ao *José* e à *Olívia*, que, gentilmente, compartilharam suas vivências e histórias do tempo de docência rural.

À *minha família* pela escolha de caminharmos sempre juntos nessa aventura que é a vida, pelo exemplo e pelo apoio em todas as horas.

À *professora Eliana Rela*, minha orientadora, por ter acolhido minha proposta de estudo e pelo direcionamento ao longo da investigação.

A *todos os professores* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, pelas aprendizagens construídas.

Aos queridos colegas do Mestrado em Educação *Ingrid*, *Eveline*, *Eduardo*, *Juan*, *Ananaíra*, *Isadora*, *Taciana*, *Luis Felipe* e *Caroline*, pela amizade e oportunidade de compartilhar os desafios dessa intensa aventura em tempos tão duvidosos.

Aos *professores doutores Terciane Ângela Luchese*, *José Edimar de Souza* e *Dóris de Almeida Bittencourt*, por generosamente aceitarem o convite de estarem presentes na banca e contribuírem com seus olhares para esta pesquisa.

Aos *meus alunos*, pelo afeto, pela compreensão no período de afastamento e por terem me permitido aprender muito mais que ensinar.

À *querida amiga Laura*, pela acolhida em Caxias do Sul, pelo cuidado, amizade e pelas palavras de incentivo.

Aos *meus colegas de trabalho* da Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra, pelo apoio incondicional e suporte nas ausências.

Agradeço a vida pelas vivências e aprendizados que ela me proporciona.

E, por fim, a todos que, de alguma forma, estiveram presentes neste percurso e contribuíram para a produção desta pesquisa.

Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo investiga as práticas cotidianas e analisa as representações sobre a cultura escolar das escolas rurais do município de Pinhal da Serra (RS), entre os anos de 1963 e 1993. O processo de emancipação de Pinhal da Serra ocorre a partir de 1996; assim, essa pesquisa transcorre no período em que o território foi distrito de Vacaria e, posteriormente, de Esmeralda. O recorte temporal dessa investigação compõe-se do período de magistério dos professores e professoras entrevistados. A pesquisa encontra-se no campo da História da Educação e tem, como referencial teórico, a História Cultural. Seu objetivo é descrever e analisar as representações sobre a cultura escolar das instituições de ensino primário do espaço rural de Pinhal da Serra (RS), através da memória de dois professores e três professoras que lecionaram nessas escolas no período estabelecido pelo recorte temporal. Para tal, utilizou-se como metodologia a História Oral (ALBERTI, 2004; FERREIRA, 2002; PORTELLI, 2016) e a Análise Documental (BACELLAR, 2005; LE GOFF, 1996; LUCHESE, 2014). A análise das narrativas (CERTEAU, 2012; CHARTIER, 2002; HALBWACHS, 2006) dos professores e professoras rurais, a partir da História Oral, compreende a memória como documento. Juntou-se à empiria documentos escolares escritos e documentos iconográficos, cedidos pelos entrevistados ou localizados durante o processo de pesquisa. O registro da história local dos Campos de Cima da Serra, especificamente de Pinhal da Serra, permitiu a análise das práticas no contexto histórico-cultural em que se desenvolveram. As fontes permitiram estabelecer algumas características no percurso da história da educação do município estudado, deixando evidente que a instalação de Esmeralda (RS) foi determinante para a organização das instituições escolares existentes e a ampliação do número de comunidades atendidas por escolas. As narrativas dos docentes evidenciam a dimensão da atuação dos professores e professoras rurais no contexto pesquisado. Foi possível compreender que as representações presentes nas memórias desses sujeitos, recompõem um tempo e um espaço onde os/as professores/as exerciam a função de mediadores culturais nas comunidades rurais onde estavam inseridas as escolas. As práticas de mediação cultural realizadas pelos/as professores/as rurais nesse território, aconteceram em um contexto específico, diretamente relacionado ao modo de vida rural e trouxeram como características o envolvimento em atividades em vão além do espaço escolar e invadem os espaços de organização social e cultural dessas comunidades rurais.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Rural. Memórias Docentes. Pinhal da Serra. Mediação Cultural

ABSTRACT

This study searches the everyday practices and analyses the representations about educational culture of rural schools in Pinhal da Serra (RS) city, from 1963 through 1993. The emancipation process of Pinhal da Serra takes place from 1996, so, this survey runs during the period when the territory was a district of Vacaria and, later, on Esmeralda. This research was made during the teachers magisterium. The survey is in the field of History of Education and has as theoretical reference the Cultural History. Its goal is to describe and assess representations about school culture of primary education institutions in Pinhal da Serra (RS) rural area, by collecting from the memory of two male and three female teachers, who taught in these schools during the period set by this period. For such purpose, it used Oral History (ALBERTI, 2004; FERREIRA, 2002; PORTELLI, 2016) and Documental Analysis (BACELLAR, 2005; LE GOFF, 1996; LUCHESE, 2014) as methodologies. Narrative analysis (CERTEAU, 2012; CHARTIER, 2002; HALBWACHS, 2006) of male and female teachers, based on Oral History, comprises memory as document. School and iconographic documents have been added to the empiry, provided by the interviewees and other located during the research process. The register of the local history of Campos de Cima da Serra, specifically of Pinhal da Serra, allowed to analysis of practices in the historical-cultural context on which they were developed. Sources indicate some characteristics of the course of history of education in the district studied, evidently showing the installation of Esmeralda (RS) determined the organization of school institutions there are already on this project. And the amplification of the number of communities that were attended by schools. The teachers' narratives evidenciate the dimension of the rural teachers on rural the context research. It was possible to understand that the representations that exist in the memory of these people replace a time and space whey teachers put into practice the function of cultural mediators on the rural communities where these schools. The practice of cultural mediation done bay the rural teachers, in this area they happened on the specific context, directly related to the rural lifestyle and brought as traits the engagement in activities and they go beyond scholar space an invade social organization and cultural space of these rural communities.

Key words: History of Education. Rural Education. Teachers Memory. Pinhal da Serra. Cultural Mediation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeiro livro de registros de presenças, guardado pela professora Erci	39
Figura 2 – Relações entre os entrevistados	46
Figura 3 – Distâncias de Pinhal da Serra	50
Figura 4 – Mapa dos distritos de Vacaria, localizado no livro-caixa do Grupo Escolar de Pinhal da Serra	53
Figura 5 – Mapa de Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul	57
Figura 6 – Ata de fundação da capela e do povoado	58
Figura 7 – Ata de fundação da capela e do povoado	60
Figura 8 – Primeiro mapa da Vila de Pinhal da Serra, 1970	62
Figura 9 – Termo de compromisso do professor Augusto Koch, em 1925	81
Figura 10 – Termo de compromisso da professora Antônia Gasser, em 1926 ...	82
Figura 11 – Mapa do município de Esmeralda em 1991, com a localização da escolas municipais e estaduais	90

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Professora Ariolina em 1969 e em 2019	36
Fotografia 2 – Professora Erci em 1977 e em 2019	40
Fotografia 3 – Professora Ariolina recebe diploma do curso de corte e costura..	41
Fotografia 4 – Professor João Rubens em 1965 e em 2019	42
Fotografia 5 – Professor José em 1963 e em 2019	44
Fotografia 6 – Professora Olívia em 1972 e em 2019	46
Fotografia 7 – Igreja e Casa Paroquial do Distrito de Esmeralda	54
Fotografia 8 – O senhor Oliveira Alves da Silveira conduz o gado de Pinhal da Serra até o Barracão	64
Fotografia 9 – Rio Pelotas, entre os municípios de Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC), antes da construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande	65
Fotografia 10 – Ônibus que realizava a linha Pinhal da Serra-Vacaria	67
Fotografia 11 – Igreja da Capela de São José. Construção da segunda capela foi idealizada em 30 de junho de 1932	69
Fotografia 12 – O professor José Tadeu Marques da Silveira e Marcos Consuelo da Costa, em frente ao antigo salão paroquial. O salão localizava-se onde hoje é a Unidade Básica de Saúde	71
Fotografia 13 – Antigas instalações do Moinho Santo Antônio	72
Fotografia 14 – Funcionários da Serraria Savi Mondo	73
Fotografia 15 – A Usina Hidrelétrica de Barra Grande, no Rio Pelotas, iniciou atividades em junho de 2001	74
Fotografia 16 – O Grupo Escolar de Esmeralda, na Rua Sete de Setembro, esteve em funcionamento neste espaço entre 1937 e 1960	78
Fotografia 17 – Educandário Nossa Senhora da Luz e uma das suas salas de aula, em 1968	79
Fotografia 18 – À esquerda, as Irmãs Franciscanas, vindas da Bahia, que administraram o Educandário Nossa Senhora da Luz entre 1962 e 1966: à direita, Frei Angelo de Alfredo Chaves, Frei Celso Chesini, professora e estudantes de 4º e 5ª série do curso primário do Educandário	80
Fotografia 19 – A brizoleta onde funcionou o Grupo Escolar São Paulo de	

Tarso foi inaugurada em junho de 1962. A mesma estrutura foi utilizada pela EEEM São Paulo de Tarso até 2018, inativada por questões de segurança	85
Fotografia 20 – Alunos Grupo Escolar de Pinhal da Serra, em 1967. A escola era frequentada pelas crianças que moravam na sede do distrito	86
Fotografia 21 – Estrutura em madeira que abrigou a Escola Rural São Jorge por mais de 30 anos, desmanchada pela Prefeitura de Pinhal da Serra em 2016	86
Fotografia 22 – Alunos da Escola Rural da Capela São Jorge acompanhados da professora Caetana Elisa da Silva Pereira, 1958	87
Fotografia 23 – Docentes de Esmeralda, em 1965	97
Fotografia 24 – A professora Ariolina e seus alunos na sala de aula da Escola Epitácio Pessoa, em 1969. Além da estrutura e do mobiliário, podemos ver, no canto da sala, nas imagens de santos e das santas, o espaço ocupado pela religiosidade	106
Fotografia 25 – Na imagem, à direita, a professora Luizinha Madalena Sganzerla Paganella, diretora municipal de Educação entre 1973 e 1977: ao seu lado, a professora Olívia, a professora Erci; segurando a filha, a professora Ariolina. O professor João Rubens é a quarta pessoa que aparece ao lado esquerdo da imagem	110
Fotografia 26 – Os cursos de merenda escolar, ministrados pela professora Olívia (a primeira, à esquerda), eram teóricos e também práticos, com o preparo de alimentos	110
Fotografia 27 – Os cursos para os/as professores/as das escolas municipais rurais eram realizados no salão paroquial	111
Fotografia 28 – Professor João Maria Leite do Prado, sua esposa e os alunos da Escola Afonso Pena, no pátio da casa do professor, onde a escola funcionou por muitos anos	118
Fotografia 29 – A professora Ariolina, assim como outros professores, utilizava o cavalo para chegar à escola	120
Fotografia 30 – À esquerda, a professora Caetana Elisa da Silva Pereira, que atuou na Escola Rural da Capela São Jorge nas décadas de 1960 e 1970; à direita, a professora e o professor José, colegas de trabalho entre 1936 e 1970	135

Fotografia 31 – O professor José discursando na solenidade de instalação do município de Pinhal da Serra, em janeiro de 2001. A sua direita, sentada acompanhando a fala, a professora Olívia	138
Fotografia 32 – O professor João, ao centro, diante do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, em 1993	139
Fotografia 33 – Registros do desfile e da guarda da chama crioula da Festa Farroupilha de 1980, organizada pela Escola São Paulo de Tarso	142
Fotografia 34 – Na imagem uma partida do campeonato de futebol do distrito, em 1975, realizado na Escola São Paulo de Tarso, ao fundo o prédio da escola	143
Fotografia 35 – Organização da Semana Farroupilha: o senhor João Ferreira, o professor Antônio Giordano da Costa, o professor José Tadeu Silveira (com o microfone), o senhor Oliveira Marques da Silveira, o professor José de Oliveira e Silva e o senhor Derli Néry	144
Fotografia 36 – Prédio da Escola Municipal Afonso Pena, na comunidade de Barra Grande, esta escola esteve em funcionamento até o ano de 2006	145
Fotografia 37 – Antigo prédio da EMEF Princesa Isabel, os primeiros registros de funcionamento da escola datam de 1952, entre as escolas rurais municipais é a única que ainda está em funcionamento	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Professoras e professores rurais entrevistados.....	32
Quadro 2 – Cronograma das entrevistas.....	33
Quadro 3 – Escolas e comunidades onde os professores atuaram	47
Quadro 4 – Distritos de Vacaria	52
Quadro 5 – População de Vacaria	77
Quadro 6 – Vacaria: nível de instrução	77
Quadro 7 – População do distrito de Pinhal da Serra	83
Quadro 8 – Escolas Rurais de Pinhal da Serra 1963-1993.....	88
Quadro 9 – Estudantes de Esmeralda.....	91
Quadro 10 – Professores nomeados em março de 1965	96
Quadro 11 – Escolas que encerraram atividades.....	146

LISTA DE SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CEPE	Comissão Estadual de Prédios Escolares
CETEC	Centro Tecnológico
CFE	Conselho Federal de Educação
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CPC	Centros Populares de Cultura
DE	Delegacia de Educação
DIMEP	Divisão de Municipalização do Ensino Primário
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FERGS	Federação Espírita do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB	Movimento de Atingido por Barragens
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
PLIDEF	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPGEdu	Programa de Pós Graduação em Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
RS	Rio Grande do Sul
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEDEP	Serviço de Expansão do Ensino Primário
SP	São Paulo
UCS	Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
2 APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO	24
2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS	31
2.2 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EM HISTÓRIA ORAL: OS ENTREVISTADOS	34
2.2.1 Professora Ariolina	34
2.2.2 Professor Erci	36
2.2.3 Professor João Rubens	40
2.2.4 Professor José	43
2.2.5 Professora Olívia	44
3 ENTRE HISTÓRIAS E CONTEXTOS	49
3.1 OS CAMPOS DE VACARIA	50
3.1.1 Esmeralda	52
3.1.2 Pinhal da Serra	56
3.1.3 As Iniciativas de escolarização	75
3.1.4 Os primeiros professores	80
3.1.5 As primeiras escolas	84
4 ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS	92
5 ENTRE HISTÓRIAS E MEDIAÇÕES: A IDENTIDADE DOS/AS PROFESSORES/AS E AS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL..	122
5.1 A IDENTIDADE DO/A PROFESSOR/A RURAL	122
5.2 OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS RURAIS E AS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL	126

CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICES	164
ANEXOS	195

APRESENTAÇÃO

*“Às vezes, ou quase sempre, lamentavelmente, quando pensamos ou nos perguntamos sobre a nossa trajetória profissional, o centro exclusivo das referências está nos cursos realizados, na formação acadêmica e na experiência vivida na área da profissão. Fica de fora como algo sem importância a nossa presença no mundo. É como se a atividade profissional dos homens e das mulheres não tivesse nada que ver com suas experiências de menino, de jovem, com seus desejos, com seus sonhos, com seu bem-querer ao mundo ou com seu desamor à vida”
(FREIRE, 1993, p. 40).*

Nesta apresentação, discorrerei brevemente sobre minha¹ trajetória de vida, anunciando de onde falo e por quais razões realizo essa pesquisa. Escrevo estas linhas para relatar as experiências que vivi e que formaram a pessoa, a professora e a pesquisadora que deseja, sonha e quer bem ao mundo.

Nasci no final da década de 1980 e morei a maior parte da minha vida em Esmeralda, município do Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, com pouco mais de 3 mil habitantes. Minha família paterna, descendente de imigrantes italianos, migrou de Serafina Corrêa para Esmeralda em 1969. Meu pai sempre contou sobre as dificuldades que ele e meus tios enfrentaram ao ingressar na escola, sobre como chamavam a atenção pelo sotaque² carregado, incomum na região que, até então, não contava com moradores descendentes de imigrantes italianos.

A família da minha mãe sempre viveu no interior de Pinhal da Serra, em uma comunidade bem próxima ao Rio Pelotas, chamada Capela da Conceição. Foi minha avó quem alfabetizou meu avô e minha tia mais velha, que saiu de casa muito cedo para seguir os estudos e tornou-se professora. Ela, por sua vez, não mediu esforços para que os seus dez irmãos estudassem; todos frequentaram a escola além de ajudar os meus avós no trabalho da roça. Dos passeios à casa dos meus avós recordo de ir contando as escolas rurais que existiam ao longo do caminho, enquanto minha mãe e meus tios sempre mostravam em quais delas haviam estudado, contando as boas lembranças e as dificuldades em caminhar quilômetros para chegar até a escola.

¹ Na redação desta dissertação utilizarei o discurso em primeira pessoa do singular ao relatar experiências pessoais e profissionais e primeira pessoa do plural ao referir concepções teóricas.

² Justifico essa opção em função de que, ao assumir posições em relação ao tema, as faço apoiada nas vozes dos estudiosos a quem me associo.

Meu irmão mais velho, assim como eu, estudou a vida toda na única escola que existia na nossa cidade, a Escola Estadual de Ensino Médio Marcírio Marques Pacheco. Aos dezessete anos, conclui o Ensino Médio e fui morar em Caxias do Sul. Meu ingresso no ensino superior só aconteceu porque conquistei uma bolsa de estudos integral através do Programa Universidade para Todos (PROUNI)³.

Durante minha formação no Ensino Superior, pude descobrir algo que considero muito importante: percebi de que maneira conseguia melhor compreender as coisas. O curso de História foi um momento de descobertas e possibilidades, foi o período em que consegui adquirir novas informações e experiências, conheci pensamentos novos, estudei e fiz amizades com pessoas extremamente diferentes de mim. Essas amizades me ajudaram a fazer leituras mais complexas sobre a vida e as ações do homem; com elas, tinha a possibilidade de discutir e, através disso, construir novas formas de pensar e questionar. A graduação fez com que começasse a enxergar o mundo de uma maneira diferente, ajudando a definir o que sou hoje e as coisas nas quais acredito.

Como universitária, tive a oportunidade de realizar inscrição para participar do programa de iniciação profissional, que direcionava os alunos dos cursos de graduação para realizar estágios, na universidade. Como era aluna de um dos cursos de licenciatura, fui encaminhada para o CETEC UCS Escola de Ensino Médio e Técnico⁴. Cito essa atividade nesta apresentação porque foi trabalhando nesta escola, que vivenciei como era o dia a dia de uma instituição de ensino e como ela funcionava, estabeleci contato com diversos profissionais da educação e de outras áreas, que me ensinaram e influenciaram a forma como trabalho.

Por acreditar no papel social exercido pelo professor, é que escolhi essa profissão e, pelo mesmo motivo, nunca me afastei da escola, desde que nela ingressei. Não visualizo uma educação de qualidade sem profissionais qualificados e motivados no exercício da sua profissão, por isso, voltei minha formação para a supervisão escolar e, no ano de 2010, conclui uma Especialização Lato Sensu em Educação com ênfase em Supervisão Escolar, na Universidade de Caxias do Sul.

O ambiente escolar é parte do meu cotidiano, sou professora da rede pública municipal desde 2010 e da estadual desde 2013. Retornar para a minha região após

³ Programa que, no ano de 2005, pela primeira vez, possibilitava aos estudantes selecionados ingressar em universidades particulares com bolsas de estudos.

alguns anos foi uma escolha que fiz; carrego a identidade de quem nasceu e viveu no interior e isso foi determinante para a decisão de iniciar minha carreira profissional em Pinhal da Serra.

O interesse em pesquisar as trajetórias dos docentes, especialmente as trajetórias da educação no meio rural, tem como motivação a minha atuação profissional, pois me fiz professora nessa comunidade e nas relações que nela construí. Meu trabalho proporcionou-me inúmeras experiências e através delas consigo compreender algumas características sociais e culturais singulares da localidade e que, talvez, passassem despercebidas por outro pesquisador. Além disso, as vivências como Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra há três anos, o acompanhamento do planejamento das atividades, os desafios e o diálogo com os professores, principalmente aqueles que tiveram as escolas rurais como parte de suas experiências pessoais e profissionais, despertaram inquietações sobre a educação no meio rural e se transformaram em motivação para essa pesquisa.

Dos questionamentos relacionados às motivações profissionais, surgem outros, voltados às condições de trabalho, às relações com a comunidade e às práticas escolares. De acordo com Luchese (2014), a escolha do objeto de pesquisa pelo historiador da educação, relaciona-se com as dimensões objetivas e subjetivas do contexto de vida e das experiências do pesquisador. O pesquisador está comprometido com sua pesquisa pelas escolhas que realiza; assim, esse estudo está comprometido com a história da educação rural em Pinhal da Serra e dos professores e professoras que construíram saberes e vivenciaram esse contexto, porque este também é, para mim, um espaço de construção.

Apesar dos desafios que o trabalho com a educação pública nos convida a enfrentar, sou realizada com a profissão que escolhi. Poder participar da vida de tantas pessoas, mostrar aos meus alunos e alunas que viver em um município pequeno não impossibilita nenhuma de suas escolhas para o futuro e perceber que o conhecimento pode fazer a diferença na vida deles, assim como fez na minha, é o que me move a seguir trabalhando com educação. Em relação à pesquisa, o campo da História da Educação representa a conjunção dos caminhos pelos quais conduzi

⁴ Nesta escola permaneci cinco anos, dois na condição de bolsista profissional e três anos como funcionária.

a minha formação acadêmica e a minha atuação profissional; pelos mesmos caminhos objetivo seguir.

Esta pesquisa permitiu a retomada da minha formação acadêmica, partindo da minha região, da minha identidade e de minhas experiências, na busca por retribuir para a comunidade de Pinhal da Serra, na medida do possível, o que ela me oportunizou aprender.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho de pesquisa construiu-se a partir de narrativas de memórias de professores e professoras que exerceram o magistério nos espaços rurais que hoje pertencem ao município de Pinhal da Serra (RS) no período entre 1963 e 1993. As escolas onde lecionaram esses/as professores/as estavam organizadas em classes multisseriadas e ofertavam o ensino primário nas comunidades rurais.

As trinta escolas identificadas por este estudo estavam localizadas nos espaços rurais do território pinhalense, quando este ainda era distrito dos municípios vizinhos de Vacaria (RS) e Esmeralda (RS). O ensino em Pinhal da Serra emergiu da necessidade em educar as crianças diante da ausência de escolas nas áreas rurais e foi consolidado ao longo da história com uma dinâmica cultural e social própria. Muitas escolas surgiram das aulas particulares com professores/as contratados/das, alternativa encontrada para suprir a escassez da oferta de um ensino público.

A administração e o acompanhamento pedagógico das escolas estavam distantes muitos quilômetros de estradas sem pavimentação, fator que gerava inúmeras adversidades como a comunicação, locomoção a precariedade das instalações e dos materiais pedagógicos. Diante dessa realidade o/a professor/a rural era figura central na comunidade em que atuava e ensinar era apenas mais uma entre suas atividades.

Desse modo, o problema central de pesquisa pode ser expresso pelo seguinte questionamento: *Como os docentes narram sua prática nas classes multisseriadas em escolas primárias rurais de Pinhal da Serra no período entre 1963 a 1993?*

Seguindo esse questionamento como fio condutor, foi construída a dissertação que pretendeu, pelas narrativas dos sujeitos, analisar as práticas que caracterizaram as culturas escolares nos espaços rurais de Pinhal da Serra, no recorte temporal estabelecido. Na perspectiva do pesquisador Viñao Frago,

[...] la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objectos e conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, em el sentido que son elementos organizadores que la conforman e definen (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69).

Perceber os aspectos que permeiam as práticas e as culturas escolares das escolas primárias rurais de Pinhal da Serra demanda um olhar atento para a complexidade temporal e espacial que organiza essas escolas, assim como os sujeitos que estão imbricados nela.

A compreensão do rural e da sua importância para o conjunto da sociedade passou por diferentes conceituações ao longo do tempo. Até o século XVIII, o território rural não estava atrelado à ideia de atraso ou de um espaço que precisava ser urbanizado. A dicotomia entre o progresso urbano e o atraso rural surge após a Revolução Industrial, que modificou as estruturas sociais, políticas e econômicas dando maior ênfase à indústria e veiculando o rural e agrário à ideia de atraso. Predominava o pensamento que as populações do campo não necessitavam de educação escolar ou de um sistema de educacional. Para Leite (1999):

A Educação Rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do progresso educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade (LEITE, 1999. p.14).

Em seus estudos sobre a educação rural, Almeida (2007) ressalta que a cidade constituiu um modelo cultural e o referencial social da modernidade. Para a autora, a cidade ditou o modelo de educação que deveria chegar às escolas rurais:

Foi a cidade que apresentou as diretrizes para a formação de homens e mulheres do campo. De lá que vieram os ensinamentos capazes de instrumentalizá-la para a realização de suas atividades, tais como conhecimentos de saúde, saneamento, alimentação adequada, administração do tempo, técnicas agrícolas e pastoris modernas, práticas de higienização, todos esses amparados e condizentes com o desenvolvimento científico da sociedade. Coube à escola preparar as populações camponesas para que pudessem melhor enfrentar as mudanças sociais e econômicas, enfim, fazê-las compreender as ideias de progresso e de modernidade representadas pelas grandes metrópoles do país (ALMEIDA, 2007, p.85-86).

Segundo Bezerra Neto (2003), estudos sobre educação rural produzidos ainda na década de 1950 já apontavam a preocupação em sublinhar as especificidades do universo rural, compreendendo que o trabalhador rural tem concepções de mundo e necessidades que se diferenciam daquelas do homem que vive no meio urbano. Não existia nenhuma tentativa de adequar a escola rural às peculiaridades da vida dos camponeses ou de seus filhos, oferecendo uma

educação na mesma modalidade daquela que é oferecida às populações das áreas urbanas, em um descompasso entre a realidade da vida rural e a escola. Para Ribeiro (2013), a Educação Rural estava destinada a oferecer os conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples às populações que residem nas áreas rurais.

Na segunda metade da década de 1990, visando romper com o modelo educacional predominante nas áreas rurais do Brasil, uma nova perspectiva para a educação das populações camponesas busca repensar e readequar a educação à realidade dessas comunidades, a Educação do Campo:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno na realidade brasileira, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2013, p.257).

A Educação do Campo, enquanto prática social recente e em processo de constituição histórica, representa uma alteração conceitual ao que se entende por Educação Rural. Utilizaremos, neste estudo, o termo Educação Rural por compreendermos que esta concepção se aproxima ao ensino ofertado nas escolas de Pinhal da Serra no período estudado.

O recorte temporal escolhido justifica-se pelo período de docência dos/as entrevistados/as nas escolas localizadas nas áreas rurais que vieram a integrar o território de Pinhal da Serra. Considerando que o tempo e o contexto na história são dinâmicos, a investigação apresenta informações sobre o território entre o início do século XX e os dias atuais, enquanto privilegia sua investigação no período referenciado.

O conceito de território utilizado nessa pesquisa foi compreendido através de Santos (2001), na perspectiva de pertencimento local: “território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2001, p. 96).

Para Santos (2001), quando falamos em território é imprescindível considerar a sociedade que nele vive. O pesquisador Viñao Frago (1995) argumenta que o

espaço é uma construção social, nesse contexto o espaço escolar também se converte em território.

El espacio físico a, para el ser humano, espacio apropiado – a territorio – y espacio dispuesto y habitado – lugar. Em este sentido, el espacio a em construcción social y el espacio escolar en de a modalidades de su conversión en a territorio y lugar. De ahí que el espacio no sea jamás neutro sino signo, símbolo y huella de la condición y relaciones de quienes lo habitan. El espacio dice y comunica; por tanto, educa (VIÑAO FRAGO, 1995, p.69).

Os espaços escolares cumprem uma função educativa através da sua projeção física e também simbólica. Os espaços escolares do meio rural de Pinhal da Serra foram referências sociais, culturais e identitárias para suas comunidades, assim como as comunidades rurais foram fundamentais para fundar escolas nesse meio. Algumas escolas identificadas por este estudo estiveram em funcionamento até o início dos anos 2000; assim, constituem o espaço das recordações escolares dos/as professores/as que nelas lecionaram e de muitos pinhalenses que as frequentaram enquanto estudantes.

O presente estudo sobre o passado educacional rural de Pinhal da Serra foi construído a partir das fontes históricas, que, selecionadas e interpretadas, apresentam uma versão possível desta história, como menciona Luchese (2014):

[...] as narrativas históricas da educação, derivadas das pesquisas que produzimos, são resultado de trabalho com questões de pesquisa possíveis no tempo em que vivemos e que, para respondê-las, construímos um corpus empírico de indícios, rastros, sinais que são ordenados, montados, questionados na análise, na interrelação e contextualização que procedemos para escrever. Escrever um possível sobre o passado educacional (LUCHESE, 2014, p.159).

Assim, a presente pesquisa tem como Objetivo Geral: *investigar, a partir da narrativa de memória de professores/as, as práticas escolares, analisando as representações sobre a cultura escolar das escolas primárias rurais do município de Pinhal da Serra (RS), entre os anos de 1963 e 1993.*

Os Objetivos Específicos para essa investigação foram:

- a) Registrar a história do município de Pinhal da Serra, compreendendo o contexto da existência das escolas primárias rurais.

- b) Analisar as representações construídas pelos/as professores/as sobre as práticas escolares nas classes multisseriadas em escolas primárias rurais.
- c) Identificar pressupostos na atuação dos professores e professoras rurais que os categorize enquanto mediadores culturais nas comunidades onde estavam inseridas as escolas.

Nestas Considerações Iniciais apresentei um breve olhar sobre esta pesquisa, os aspectos mobilizados no desenvolvimento do estudo, assim como o problema, o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos que serviram de norteadores dos caminhos percorridos.

No Capítulo Dois apresento o *Aporte teórico e metodológico* utilizado por este estudo, os autores aos quais me associo, assim como a descrição dos procedimentos adotados a partir da História Oral e da Análise Documental. No Capítulo Três, *Entre histórias e contextos*, realizo a contextualização do espaço ao registrar aspectos históricos locais, bem como resgato iniciativas de escolarização nos municípios de Vacaria, Esmeralda e Pinhal da Serra. Dedico o quarto capítulo *Entre histórias e memórias: uma análise sobre as práticas*, ao estudo das representações narradas pelos/as professores/as sobre as suas práticas nas escolas primárias rurais. No quinto capítulo *Entre histórias e mediações: a identidade dos/as professores/as rurais e as práticas de mediação cultural*, identifico pressupostos na atuação dos/as professores/as categorizando-os como mediadores culturais nas comunidades rurais. Por fim, nas *Considerações Finais*, sintetizo as análises do estudo, retomando os aspectos mais relevantes e apresentando perspectivas para novos estudos.

2 APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

Este capítulo tem como propósito apresentar os referenciais teóricos e a metodologia utilizados como embasamento para a realização desta pesquisa. Inscrita na área da História da Educação, a presente investigação foi construída na perspectiva da História Cultural, que segundo Viñao Frago (1995),

abarcaría la historia de la cultura material y la del mundo de las emociones, los sentimientos y lo imaginario, así como el de las representaciones e imágenes mentales [...] y la de la cultura popular, la de la mente humana como producto sociohistórico (1995, p.64).

A História da Educação, nos últimos anos tornou-se cada vez mais abrangente, ultrapassando as questões escolares e, aliada à História Cultural ampliou os seus campos de pesquisa. Segundo Peter Burke, a nova história “é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*” (1992, p.9).

Para Vaifas (2011), a Escola dos Annales foi um movimento de três gerações: a primeira, de Marc Bloch e Lucien Febvre, com a finalidade de aproximar a história das demais ciências humanas, propôs uma história das mentalidades, problematizadora e “preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar” (VAINFAS, 2011, p.120). A segunda geração, liderada por Fernand Braudel, procurou centralizar seus estudos na problematização sobre as temporalidades históricas de curta (acontecimento), média (conjuntura) e longa (estrutura) duração, enquanto a terceira geração é representada por Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Georges Duby e Pierre Nora, historiadores que aprofundaram os estudos sobre as mentalidades.

Peter Burke (1992) argumenta que essa corrente de abordagem do passado, originada na França, tem como base filosófica a concepção de que a realidade é social ou culturalmente construída, revelando o relativismo cultural que se aplica à escrita da história e aos seus objetos de estudo. Para Burke (1992),

nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra (BURKE, 1992, p.15).

Reafirmando essa concepção, Roger Chartier destaca que as representações são socialmente construídas e definem-se na relação de uma imagem presente com um objeto ausente, apontando que a história cultural tem como finalidade “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p.17).

[...] tal como a entendo, a noção de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores a desfazerem-se de sua “muito pobre ideia do real”, como escreveu Foucault, colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. As representações possuem energia própria e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é. (CHARTIER, 2011, p.23)

Assim, as representações correspondem à interpretação que cada indivíduo constrói sobre a realidade vivida, valendo-se de um processo definido pelo autor como apropriação: “[...] esquemas de percepção e juízo que são as matrizes das maneiras de dizer e fazer” (CHARTIER, 2011, p.16). Sobre a apropriação, o autor esclarece:

[...] a apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1991, p. 180).

A História Cultural dentro das suas possibilidades na relação com o passado, busca compreender como se deu essa construção em diferentes tempos e espaços, compreendendo a escrita da história como uma representação da verdade e não mais como verdade absoluta.

Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado (PESAVENTO, 2004. p.59).

Hoje os historiadores são conscientes que, mesmo na busca pela verdade, estarão sempre construindo versões possíveis do passado, “o historiador sabe que

escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir do presente” (REIS, 2000, p. 25). Segundo Pesavento, na construção de um discurso sobre o passado, os historiadores perseguem a verdade, porém, alcançam a verossimilhança. A autora ainda afirma:

A narrativa histórica, mesmo apoiada em sólida pesquisa, ao lidar com rastros e provas, apresenta uma versão do supostamente acontecido. Historiadores constroem tramas possíveis, visando atingir a maior proximidade possível com aquilo que, um dia, teria se dado. Aliás, se há um pressuposto para a operação historiográfica, é o de que o objeto da narrativa tenha acontecido e o trabalho do historiador se apoie em rastros ou fontes que, de uma certa forma, atestem aquela ocorrência ou dela forneçam indícios. O resultado – a trama historiográfica construída – não é o real, mas uma versão documentada e argumentada sobre o mesmo (PESAVENTO, 2004, p.110).

A História Cultural trouxe para o campo educacional significativa contribuição ao revisar temas e grupos sociais antes pouco explorados pelos pesquisadores, mas que também contribuíram com a História da Educação. Para poder contar a *história vista de baixo* (BURKE, 1992, grifo do autor⁵) a História Cultural estendeu as possibilidades em relação a utilização das fontes históricas, incluindo o estudo das fontes orais e visuais, pois “[...] se os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências” (BURKE, 1992, p.14).

Com a História Cultural, o arquivo do historiador diversificou-se e renovou-se; toda e qualquer produção humana pode vir a ser utilizada como indício, revelando uma diversidade de possibilidades, mas também exigindo rigor e cuidado ao trabalho do historiador (LUCHESE, 2014).

O rompimento com a história tradicional trouxe novas possibilidades e metodologias de pesquisa para a escrita da história, entre elas a memória como potencialidade analítica da história. Izquierdo afirma que “somos aquilo que recordamos” (2002, p.9) e define memória enquanto aquisição, formação, conservação e a evocação de informações. A utilização da memória enquanto ferramenta conceitual exige a compreensão da sua complexidade e na sua relação com a história,

⁵ Ao longo do texto, algumas passagens aparecerão em itálico ou negrito. Quando não forem destacadas pelos autores que serviram de referência para a pesquisa, é porque sinalizam a necessidade de ênfase dada pelos entrevistados ou pela autora do presente trabalho.

[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, cesura ou projeções (NORA, 1993, p.9).

O trabalho da memória concretiza-se por meio da interação entre as referências individuais e as sociais. Segundo Maurice Halbwachs (2006), toda a memória é coletiva, pois as memórias de um sujeito não podem existir isoladas de um grupo social. As memórias individuais sustentam a memória coletiva, o indivíduo está sempre em convívio com outros, com quem partilha experiências e delas guarda fragmentos que considera representativos do passado (HALBWACHS, 2006).

Le Goff também associa o conceito de memória⁶ ao de representação ao afirmar que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (1996, p.423). O estudo da memória é capaz de valorizar as vivências dos sujeitos e suas singularidades, considerando-a como representação do passado e das lembranças seletivas que se reconstróem a partir das experiências individuais e coletivas. Segundo Ferreira,

A linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente (2002, p.324).

Nessa perspectiva, a análise dos relatos dos professores rurais e as representações do passado que construíram sobre a sua prática educativa em Pinhal da Serra, nessa pesquisa, foram realizadas a partir da metodologia de História Oral. Nesse sentido, entendem-se práticas como sendo “criadoras de usos ou de representações que não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e normas” (CHARTIER, 2004, p.13). De acordo com Verena

⁶ Le Goff reconhece a memória como essencial na construção das identidades individuais e coletivas (1996, p. 476).

Alberti (2005), a história oral é utilizada desde a antiguidade, sendo um método interdisciplinar surgido em meados do século XX.

[...] a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2004, p. 18).

Alberti esclarece que a peculiaridade da história oral não está no preenchimento de lacunas deixadas por outros tipos de documentos, mas “decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme o concebido por que o viveu” (ALBERTI, 2004, p.23).

A história oral permite ao historiador a produção das suas próprias fontes para a compreensão do seu objeto de análise, constituindo uma possibilidade em pesquisas sobre um passado não muito distante, quando podem ser entrevistadas pessoas que vivenciaram essas experiências enquanto atores ou como testemunhas. Dessa forma, a construção das fontes a partir das entrevistas de história oral constitui uma produção intencional de documentos históricos, pois é o pesquisador quem seleciona o depoente e produz, em várias etapas, o documento que se torna fonte.

Para Ferreira (2002), a perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilita uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos ao reconhecer a subjetividade dos discursos: “as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa” (FERREIRA, 2002, p.321).

A entrevista de história oral documenta uma versão do passado, pois as recordações não são iguais e variam de pessoa para pessoa, mesmo que tenham compartilhado experiências, pois cada uma atribui um sentido para suas vivências.

Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupo como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2004, p.19)

Alberti aponta que “não é mais fator negativo o depoente poder distorcer a realidade, ter falhas de memória ou errar, em seu relato” (2004, p.19), torna-se necessário incluir esses aspectos na reflexão, questionando-se por que razão a pessoa entrevistada concebe o passado de determinada forma, considerando as diferenças e semelhanças com os relatos de outros depoentes.

Na perspectiva da História Cultural, as memórias que surgem nas narrativas são representações do passado, fragmentos atravessados por esquecimentos e silenciamentos. Portelli argumenta que o esquecimento é uma das formas da memória e que não existe entre eles uma relação de oposição, pois,

[...] o esquecimento é parte necessária da memória. [...] a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem mais significado na atualidade – mas também aquilo que tem significado demais (PORTELLI, 2016, p.47).

As entrevistas não são feitas só de esquecimentos, mas também de silenciamentos, é “[...] a porção *não falada* das histórias orais – nos gestos e pausas, naquilo que o historiador e o narrador sabem que está sendo dito e o quanto que o narrador e o historiador sabem que o outro sabe que o outro sabe.. (ERRANTE, 2000, p.168). Assim como acontece nos relatos orais, o corpus documental também carrega silenciamentos e esquecimentos, nem sempre ocasionais, pois “o documento não é uma produção natural, sua preservação e manutenção no tempo, também não” (LUCHESE, 2014, p.151).

O entrecruzamento entre os documentos orais e escritos foi realizado com a intenção de estabelecer conexões entre o lembrado/vivido e o guardado/documentado (GRAZIOTTIN; LUCHESE, 2015), através do método de Análise Documental Histórica. Entendemos esse método a partir da concepção de documento/monumento⁷ do historiador Jacques Le Goff (1996), que considera que o documento só passa a ser fonte histórica depois do olhar cuidadoso do historiador: desmistificando-o, des-montando-o e desestruturando-o.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí

⁷ “Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento” (Le Goff, 1996, p. 110).

detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p.545)

A respeito das fontes documentais Bacellar também destaca que não existem documentos neutros, pois todos carregam consigo a versão de quem os produziu:

É preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, mas surpreende que muitos ainda deixem de lado tais preocupações. Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador (BACELLAR, 2005, p.63).

A especificidade do objeto de pesquisa, assim como os interesses e questionamentos do historiador definem a relevância de cada arquivo no processo de pesquisa. A compreensão do documento, a contextualização das fontes, a interpretação dos discursos e as problematizações propostas, revelam as opções do pesquisador.

Todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação, construídos e preservados no tempo para as gerações futuras. Memórias fragmentadas de um tempo que não conseguiremos jamais tomá-lo em sua totalidade (LUCHESE, 2014, p.149).

Assim como no processo de produção das fontes históricas através das entrevistas, a imparcialidade do pesquisador também fica evidente em suas escolhas e questionamentos diante de tais fontes. Dessa forma construímos, fundamentados no estudo das fontes históricas, uma possível versão sobre o fragmento do passado que buscamos analisar, a educação rural em Pinhal da Serra entre 1963 e 1980.

O *corpus* documental desta pesquisa foi constituído pelos seguintes documentos: atas de resultados finais, cadernos de chamada, portarias, decretos, circulares, fichas cadastrais, livros de registro de pagamentos de professores, livros de registro de termo de posse, livros-caixa, fotografias, mapas, além de documentos pessoais dos professores entrevistados. Os documentos citados foram angariados a partir do contato com os entrevistados, com as instituições públicas⁸ que foram

⁸ Prefeitura Municipal de Vacaria (Arquivo); Prefeitura Municipal de Esmeralda (Secretaria de Educação e Setor de Recursos Humanos) e Prefeitura de Pinhal da Serra (Secretaria de Educação).

responsáveis pela administração das escolas rurais e dos arquivos das escolas que ainda estão em funcionamento (Apêndice I).

Buscamos analisar, por meio das memórias de professores/as rurais e da documentação localizada, os significados e sentidos que os professores rurais atribuíram às suas vivências, suas práticas e à profissão docente.

2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

As primeiras aproximações com as professoras e professores rurais das escolas de Pinhal da Serra ocorreram durante o ano de 2018, quando realizei o levantamento das escolas que existiram nas áreas rurais do município. A intenção inicial era entrevistar apenas professoras rurais, entretanto, a expressiva presença de professores provocou uma inquietação, pois contrariava a tendência de feminização⁹ atribuída ao magistério e, assim, a busca por docentes que aceitassem participar da pesquisa passou a incluir homens e mulheres.

A partir do primeiro levantamento (Apêndice D), percebi que muitos professores e professoras com quem trabalho vivenciaram essa experiência no meio rural e que muitos outros que conheço também integravam esse grupo. Algumas escolas encerraram suas atividades na década de 1990 e seus/suas professores/as foram transferidos para as escolas da cidade; essas escolas fazem parte de um passado recente, sobre o qual muitos pinhalenses guardam lembranças da vida escolar e outros da sua trajetória profissional.

Os primeiros contatos foram realizados pelo telefone ou pessoalmente, na casa dos professores e das professoras. O critério aplicado levou em consideração o período de docência e a disponibilidade em compartilhar suas memórias participando do estudo. Como recorte temporal, situamos a período entre 1963 e 1993, estabelecido pelo início e encerramento da atuação docente dos sujeitos entrevistados no território de Pinhal da Serra, considerando o pensamento de Graziotin e Almeida (2012):

[...] as narrativas fazem parte de uma memória coletiva cujos vínculos são constituídos pela idade e pelo pertencimento a uma determinada comunidade, e o fio que une as lembranças são as memórias sobre a

⁹ As escolas normais rurais formaram muitos homens, contrariando essa tendência (ALMEIDA, 2007)

educação em um espaço geográfico e social (GRAZZIOTIN, ALMEIDA, 2012, p. 30)

As entrevistas, semiestruturadas e individuais, foram realizadas com três professoras e dois professores que ministraram aulas nas escolas rurais de Pinhal da Serra, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Professoras e professores rurais entrevistados.

Professor (a)	Data de nascimento/ Idade	Cidade natal	Período de magistério em Pinhal da Serra	Situação atual
Ariolina	17/04/1943 76 anos	Pinhal da Serra	1965-1979	Aposentada
Erci	21/06/1941 78 anos	Pinhal da Serra	1966-1993	Aposentada
João Rubens	19/07/1944 75 anos	Pinhal da Serra	1965-1993	Aposentado
José	29/11/1942 77 anos	Esmeralda	1963-1972	Aposentado
Olívia	28/02/1950 69 anos	Pinhal da Serra	1970-1972	Em atividade

Fonte: Elaborado pela autora.

Por ser impossível restabelecer o passado e as situações vividas pelos/as professores/as rurais entrevistados/as, o trabalho da história oral está em atribuir sentido a esse passado; os relatos revelam fragmentos do passado, “[...] encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços, temos a sensação de que o passado está presente” (ALBERTI, 2004, p.15).

O Quadro 1 sintetiza o material produzido durante essa etapa da pesquisa. As etapas seguintes foram de escuta, transcrição e revisão das entrevistas. A revisão foi realizada buscando preservar as expressões regionais utilizadas pelos/as professores e professoras rurais. A partir de então realizaram-se novos encontros com os entrevistados para solucionar dúvidas que surgiram no momento da transcrição e que os apontamentos realizados em campo não foram capazes de responder.

O material produzido possibilitou a construção de esquemas e a definição das categorias de análise. Concomitante ao trabalho com as entrevistas foi realizada a

seleção e organização dos documentos escritos e iconográficos que contribuíssem para a contextualização das memórias dos/as professores/as rurais.

No Quadro 2, na página seguinte, apresento o cronograma e repito a apresentação das professoras e professores que participaram da pesquisa, além da descrição de como ocorreram as narrativas de memórias através da história oral.

Quadro 2 – Cronograma das entrevistas.

Professor (a)	Número de entrevistas	Dia e local da entrevista	Número de encontros	Tempo de entrevista	Número de páginas transcritas
Ariolina	1	13/07/2019, na casa da entrevistada, em Pinhal da Serra (RS).	2	55 minutos	17 páginas
Erci	1	15/07/2019, na casa da entrevistada, em Pinhal da Serra (RS).	2	52 minutos	18 páginas
João Rubens	2	31/07/2019 e 10/08/2019, na Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra (RS).	3	2 horas e 3 minutos	40 páginas
José	1	26/06/2019, na casa do entrevistado, em Vacaria (RS).	2	1 hora e 5 minutos	21 páginas
Olívia	1	26/08/2019, na casa da entrevistada, em Vacaria (RS).	2	1 hora e 47 minutos	26 páginas
			Total	6h07min	122

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EM HISTÓRIA ORAL: OS ENTREVISTADOS

2.2.1 Professora Ariolina

Trabalhar em um município com pouco mais de dois mil habitantes faz com que muitos, ou quase todos, te conheçam. Da mesma forma é difícil não conhecer, ao menos de vista, as pessoas que circulam pela cidade ou mesmo saber onde moram, já que a maioria da população reside na área rural. Mas o fato é que, entre todos os entrevistados, a única pessoa que ainda não conhecia era a professora Ariolina.

Como não tinha contato, me informei com a professora Erci sobre o seu endereço e descobri que ela residia na comunidade de Santo Antônio; fui visitá-la em um sábado à tarde. Ao chegar, fui recebida por ela e por seu marido, o senhor Santo. Logo, quiseram saber quem eu era e qual minha família, buscando alguma referência. Em dez minutos de conversa descobrimos que ela e minha tia Olívia haviam trabalhado juntas no tempo em que a professora Ariolina lecionava, e que minha tia trabalhava na Secretaria de Educação de Esmeralda. A partir de então, a conversa fluiu, o fato de relacionar as pessoas a sua “gente” é uma característica cultural local e um meio de identificação, comum nos espaços rurais.

Contei a ela o objetivo que me levava até sua casa e ela ficou surpresa sobre o fato de alguém procurar saber sobre a sua história. Neste dia mostrou-me fotos da sua família, sua casa, sua horta e suas flores. Contou-me sobre os artesanatos que costuma fazer para passar o tempo e combinamos o nosso segundo encontro.

No sábado seguinte, dia 13 de julho de 2019, repeti o caminho e, no início da tarde, fui recebida pela professora Ariolina. Percebi, na chegada, que ela estava preparada, à minha espera. Era um dia frio, ela havia feito fogo na lareira; gravamos a entrevista sentadas ali, sem nenhuma interrupção.

Logo no início, me contou sobre a sua infância, vivida no mesmo local onde ainda reside, próximo à casa onde viveram seus pais, na comunidade de Santo Antônio. Lembrava-se de atravessar os campos caminhando, na companhia dos seus irmãos, para estudar no grupo escolar da cidade. Ao concluir o primário, sua professora, Cecília, e seu pai, Emílio, foram seus grandes incentivadores na carreira docente. A professora Ariolina, assim como o professor João Rubens, integra o

primeiro grupo de professores do município de Esmeralda, que tomou posse em março de 1965.

Enquanto conversávamos apresentou-me um álbum de fotografias; algumas fotos serviram como evocadores de memória, uma ferramenta na busca por lembranças no contexto da entrevista oral. Para Halbwachs (2003),

Reconhecer por imagem, ao contrário, é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos (HALBWACHS, 2006, p.55).

A partir das fotos, a professora recordou da formatura no curso de corte e costura, e que costurava para os alunos e as famílias das comunidades onde lecionava, fazendo roupas e guarda-pós para as crianças irem à escola. Entre uma questão e outra, a professora Ariolina pausou seu relato, tentando recordar os acontecimentos da sua experiência como aluna e as escolas onde havia lecionado. Catrogra (2001) argumenta:

A recordação tende a esquecer-se do esquecido que ela mesma constrói, sendo uma espécie de ponta do iceberg que emerge do subconsciente ou inconscientemente recalado. E se, pelas suscitações do presente, parte deste pode ainda vir a ser lembrado, convém frisar que a memória estará sempre ameaçada pela amnésia, permanente direito de portagem que a *anamnesis* tem de pagar ao esquecimento (CATROGA, 2001, p.47-48).

A partir da análise documental¹⁰, constatei que a professora Ariolina lecionou em quatro escolas municipais, tendo como formação o curso primário, no período entre 1965 e 1979: a Escola Epitácio Pessoa, na comunidade de São Pedro, a Escola São Nicolau, que ficava muito próxima a casa dos seus pais, a Escola São Jorge e a Escola Nossa Senhora de Fátima, na Serra dos Gregórios, local onde conheceu o senhor Santo, com quem casou após sete anos de namoro.

As pausas e os esquecimentos da professora Ariolina se referem a questionamentos sobre atividades que realizou há mais de 30 anos, “[...] porque a gente esquece muita coisa, tem coisa que a gente lembra, que nunca vai esquecer e tem coisa que vai passar que a gente nunca vai lembrar” (Ariolina, entrevista, 2019) A fala da professora Ariolina expressa a nossa relação com a memória, pois “[...] não

¹⁰ A história oral e a análise documental são metodologias que se complementam (ALBERTI, 2004).

podemos decidir se teremos ou não memória, e só conseguimos controlar parcialmente o seu conteúdo e o seu funcionamento” (PORTELLI, 2016, p.45).

Ao final da entrevista, mostrou-me fotos e contou-me orgulhosa sobre as visitas que recebe dos antigos alunos. Antes de sair, serviu-me um doce de pêssego, feito por ela. Ao perceber que a entrevista havia acabado, o senhor Santo surgiu na sala com sua gaita e, enquanto comíamos, escutamos suas músicas. Quando saí da sua casa já havia anoitecido; estava contente pela entrevista, pelas fotos que me emprestou (recomendando muito cuidado) e pela experiência em ter conhecido o casal.

Fotografia 1 – Professora Ariolina em 1969 e em 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada.

2.2.2 Professora Erci

Encontrar o nome da professora Erci entre os documentos que identificaram os/as professores/as rurais foi uma surpresa, pois não imaginava que ela havia sido professora. Sua casa fica na estrada principal entre Esmeralda e Pinhal da Serra, caminho que percorro semanalmente; em um desses percursos, no mês de julho de 2019, fui visitá-la. Ao chegar, fui recebida com um chimarrão e uma boa conversa, e, além de algumas lembranças do tempo de professora, contou-me quem eram os seus colegas de trabalho – foi através das suas histórias que cheguei até a

professora Ariolina. Ao contar-lhe sobre a pesquisa, ela aceitou participar e combinamos em gravar na semana seguinte.

No dia combinado retornei até sua casa. Era um dia frio e sentamos próximas ao fogão à lenha, onde a água do chimarrão mantinha-se aquecida. Iniciamos a gravação, que durou cerca de 50 minutos. Contou-me que sempre morou na mesma casa, exceto no tempo em que teve que ir morar próximo das escolas, devido às dificuldades de transporte.

Próximo a sua casa funcionou a Serraria Miotto e era comum que as serrarias mantivessem escolas¹¹, que atendiam os filhos dos funcionários, assim como as crianças que viviam nos arredores. Foi nessa escola que a professora Erci cursou o primário, mas ela não recordou o nome da escola e nem do/a professor/a; como argumenta Souza (2016), “a memória se constrói de lembranças e também de esquecimentos” (p.447)

Aos 17 anos, Erci foi convidada para assumir um contrato como professora no Rincão dos Carneiros, na Serra dos Gregórios. Sua mãe não gostou da ideia de que a filha saísse de casa, mas ela foi incentivada pelo pai. Contou-me sobre seus medos e da sua indecisão em assumir a função ainda jovem; decidiu ir para *experimentar* e acabou se aposentando na função. Por ter menos de 18 anos, o contrato, assim como os pagamentos, eram feitos em nome do pai.

O início da carreira no magistério significou para a professora Erci, assim como para muitos professores e professoras rurais, mudar-se de casa e *parar* na casa de alguém, ou seja, ser recebido como morador em uma das casas da comunidade onde iria lecionar. A professora lembra com carinho da família do senhor Francisco Carneiro que a recebeu na Serra dos Gregórios, no ano de 1966.

Ao contar sobre a sua primeira experiência como professora, na Escola Princesa Isabel, a professora Erci apresentou-me um livro que encontrou na escola quando chegou para trabalhar e guardou como lembrança; trata-se de um Livro de Frequência. As páginas já amareladas do documento revelam os nomes e a frequência de alunos no período entre abril de 1951 e agosto de 1952. A professora Erci não conheceu a professora Nayr Luisa Maestri, responsável por elaborar os registros de frequência das aulas que eram ministradas para cerca de 20 alunos.

¹¹ Livros de registro de pagamento de professores, do arquivo da Prefeitura Municipal de Vacaria, descrevem pagamentos realizados aos professores que atuavam em serrarias no distrito de Pinhal da Serra, como Serraria Miotto e a Serraria Planalto (Apêndice F).

Possivelmente, a professora Nayr tenha sido contratada pelos pais ou por algum fazendeiro para lecionar, já que seu nome não consta nos registros de pagamento de professores do 10º Distrito. Grazziotin (2008) em suas pesquisas sobre a história da educação em Bom Jesus entre 1913 e 1963, ressalta que muitas vezes os moradores do campo buscavam soluções particulares diante da carência de espaços de escolarização.

Na zona rural, as escolas municipais eram praticamente inexistentes, são poucos os documentos que fazem referência à existência de uma “aula”. É possível perceber que a educação sistematizada vai, gradativamente, sendo constituída e se manifesta por muitas décadas, com soluções particulares para resolver o problema, visto que não dependiam de meios públicos para serem instituídas, com práticas que assumem códigos e regras próprias (GRAZZIOTIN, 2008, p.133)

Assim como a professora Erci, a professora Olívia e o professor João Rubens relataram vivenciar aulas em casa nos primeiros anos da sua escolarização, indicando a existência dessa prática enquanto alternativa para a ausência de escolas. Grazziotin (2011) utiliza a denominação *aulas com professores em casa*, para designar aulas que aconteciam fora de uma instituição escolar, como, por exemplo, a residência de uma família, dos pais do aluno, dos vizinhos ou do professor.

O livro encontrado pela professora Erci não contém indicação do nome da Escola Princesa Isabel, mas foi encontrado nas dependências da escola, o que pode constituir um indício de que as aulas da professora Nayr tenham dado origem à escola.

Fotografia 2 – Professora Erci em 1977 e em 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada.

2.2.3 Professor João Rubens

Contatei o professor Rubens pelo telefone e bastou uma ligação para que prontamente combinássemos um encontro. Ele fez questão de conversar pessoalmente comigo, no local onde trabalho, para entender melhor os objetivos da minha pesquisa. No dia seguinte, logo pela manhã ele chegou; conversamos por mais de uma hora e ele, sempre muito simpático e prestativo, recebeu com entusiasmo a ideia da entrevista. Foi a única entrevista não realizada na casa do entrevistado. Nesse dia, ele lembrou muitas histórias das suas vivências, como professor e como político. Licenciado em História, mostrou-se preocupado com o fato de não ainda existirem estudos publicados sobre a história local. Comentei que pretendia dedicar um capítulo da pesquisa à história de Pinhal da Serra e ele acabou indicando onde encontraria algumas fontes e onde de fato encontrei.

No dia da entrevista levei como evocadores de memória algumas fotos onde estavam os professores rurais e conversamos por mais de uma hora. O professor João Rubens surpreendeu-me com as suas lembranças e com o fato de identificar-se em segundo plano em uma das fotos, junto com a sua esposa Zeni, em um registro da formatura da professora Ariolina no curso de corte e costura, um

indicador de que esses professores compartilhavam os mesmos espaços, experiências individuais que se traduzem em memória coletiva¹² (HALBWACHS, 2006).

Fotografia 3 – Professora Ariolina recebe diploma do curso de corte e costura.



Na imagem, à direita, em segundo plano o professor João Rubens e a esposa Zeni; Sentado, próximo à mesa, Frei Ângelo, vigário de Esmeralda.
Fonte: Arquivo pessoal da professora Ariolina Nunes Chilante.

Entre os entrevistados, o professor João Rubens foi o único que vivenciou a docência nas escolas municipais e estaduais. Assumiu o magistério em 1965, na Escola São Luís; com o fim das atividades da escola por falta de matrículas, foi transferido para a Escola Pio X, na mesma comunidade, Campo Alto. Em 1977 demitiu-se da escola para assumir como professor na Escola São Paulo de Tarso, onde foi diretor entre os anos de 1980 e 1986. Havia muitas histórias para serem narradas e, então, agendamos uma segunda entrevista.

No segundo encontro abordamos com mais detalhes questões políticas que envolviam a fundação das escolas. Apresentei o assunto e deixei-o a vontade para

¹² Segundo Halbwachs (2004), toda a memória é coletiva e por isso constitui elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

contar o que lembrava. Foi nesse momento que surgiram as lembranças com o seu irmão, o também professor Antônio Giordano da Costa. Além de trabalharem juntos na Escola São Paulo de Tarso, lideraram a comissão emancipacionista na década de 1990. No relato, o professor João recordou o plebiscito de 1996, as batalhas judiciais até a eleição do professor Antônio como primeiro prefeito de Pinhal da Serra e a implantação do município em 2001.

As entrevistas realizadas com o professor João, acrescidas com os relatos das suas experiências como professor municipal e como professor estadual, foram fundamentais para a compreensão do processo de fundação das escolas rurais de Pinhal da Serra. Sua atuação enquanto político e o seu envolvimento em diversas atividades me fizeram perceber a dimensão da atuação dos/as professores/as rurais.

As lembranças do início da carreira do professor João foram as que mais me impressionaram: a preocupação do pai em dar estudo aos onze filhos e a sua inquietação em ensinar aos irmãos mais jovens, fizeram com que ele se tornasse professor ainda na adolescência; esse movimento fez surgir a Escola São Luiz.

Fotografia 4 – Professor João Rubens em 1965 e em 2019.



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado.

2.2.4 Professor José

Não consigo recordar ao certo há quanto tempo conheço o professor José, mas tenho a impressão de que sempre o conheci. Quando nasci, ele era prefeito da minha cidade e mais tarde assumiu a função por mais um mandato. Conhecia a sua trajetória enquanto político, não como professor. No dia 26 de junho de 2019 fui até a sua casa em Vacaria, conforme havíamos combinado por telefone na semana anterior.

Fui recebida pelo professor e sua esposa Elza, que nos encaminhou até a sala para realização da entrevista. Os quadros que decoravam a parede com imagens e placas de homenagens revelavam a sua atuação na política e sua ligação com Pinhal da Serra. O professor José nasceu em São Sebastião, comunidade que hoje pertence à Esmeralda, e aos nove dias de vida foi morar em Pinhal da Serra. Com relação aos seus primeiros anos de escolarização, conta que iniciou no Grupo Escolar, mas logo foi transferido para a escola para meninos mantida pelo professor Marcolino Chaves: “Os primeiros anos fiz no Pinhal, depois vim estudar na Marcolino Chaves, que os alunos que eram rebeldes eles colocavam estudar na Marcolino Chaves” (José, entrevista, 2019).

A escola mencionada pelo professor José era um internato para meninos mantido pelo professor Marcolino Chaves, na comunidade de São Sebastião. O professor Marcolino ficou conhecido por educar os meninos “mais levados” de Esmeralda e as lições do professor Marcolino acabaram virando música (Anexo 4). A Escola Municipal Marcolino Chaves, que existiu na Serra dos Gregórios, foi nomeada em sua homenagem.

Aos 13 anos, o professor José fez admissão ao Ginásio na Escola São Francisco, em Vacaria, e, ao conseguir a aprovação, foi cursar o Normal Rural, iniciado em Caxias do Sul e concluído em Nova Bréscia. Após concluir o Curso Normal Rural, o professor José retornou para Vacaria, onde foi cabo do exército e jogador do Grêmio Esportivo Glória, o maior time de futebol da cidade. A pedido dos pais, retornou para Pinhal da Serra em abril de 1963 e assumiu como professor na Escola Rural da Capela São Jorge, onde permaneceu até 1971, quando foi transferido para a Escola São Paulo de Tarso, como interventor. Por possuir o Curso Normal, a trajetória do professor José em Pinhal da Serra aconteceu nas escolas

estaduais e sua relação com as escolas municipais iniciou com a sua trajetória como vereador de Esmeralda em 1964.

Durante a entrevista, o professor José lembrou com carinho da professora Caetana Elisa da Silva Pereira, diretora da Escola Rural da Capela São Jorge e sua colega de trabalho entre 1963 e 1970. Além da professora Caetana, o professor José guarda memórias afetivas dos alunos, dos pais e das comunidades, decorrentes do seu envolvimento político, mas principalmente das relações de amizade que construiu ao longo da sua trajetória em Pinhal da Serra e Esmeralda.

Fotografia 5 – Professor José em 1963 e em 2019.



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado.

2.2.5 Professora Olívia

Seguindo as atividades da pesquisa previstas no cronograma, as entrevistas com o professor João Rubens seriam as últimas a serem realizadas, entretanto, em diversas passagens da entrevista ele me disse: *pergunte para a Olívia, você já falou com ela? A Olívia deve lembrar, ela é desse tempo*, em tentativas de aproximar as histórias que me contava com o passado da minha família. O nome dela já havia surgido nas entrevistas com a professora Ariolina e com o professor José e estava frequentemente presente nos documentos que havia selecionado para o corpus

documental. Ao longo do processo de pesquisa percebi que minha tia Olívia havia iniciado a sua carreira no contexto em que desenvolvo a minha pesquisa. Na dúvida em entrevistar ou não alguém com quem tenho intimidade, optei por realizar a entrevista, considerando “[...] saber que nenhuma escolha deixaria o escolhido livre da responsabilidade pelas suas consequências” (BAUMAN, 1998, p. 249).

A professora Olívia é a filha mais velha dos meus avós maternos, aprendeu a ler com a minha vó Cassimira, estudou com uma professora particular, contratada por um vizinho fazendeiro até ingressar na Escola Presidente Kennedy, na comunidade de Porteira do Pinhal. Iniciou o Ginásio na Escola Nossa Senhora da Luz¹³, em Esmeralda e concluiu na cidade de Paim Filho, era interna e trabalhava com as freiras para conseguir estudar. Concluiu o ginásio em 1969 e retornou para Pinhal da Serra.

Contou que teve que insistir com o meu avô Francisco para que pudesse iniciar a carreira em 1970, pois ele não queria que saísse de casa. Iniciou lecionando na Escola Sagrado Coração de Jesus, na comunidade Encruzilhada dos Silveiras, Serra dos Gregórios e assim como a professora Erci, foi recebida por uma família da comunidade. Em 1971 foi transferida para a comunidade de Nossa Senhora da Conceição, onde acompanhou a construção da estrutura da Escola Miguel Couto, enquanto dava aulas para cerca de vinte alunos no galpão da casa do seu pai, entre eles seus irmãos. Entre 1972 e 1985 trabalhou como coordenadora do setor de merenda escolar na Diretoria de Educação de Esmeralda. No exercício dessa função visitava regularmente todas as escolas rurais do território entregando merenda e realizando cursos para os professores.

A entrevista com a professora Olívia foi a mais longa que realizei, talvez pela proximidade, tive mais liberdade para questionar além do roteiro. Ao encerrar a gravação estava convencida de que havia feito a opção certa, o relato das suas vivências em Esmeralda me oportunizaram compreender aspectos da organização da Prefeitura de Esmeralda sobre as escolas rurais. Seus 49 anos de trabalho na educação a fazem perceber sua experiência nas escolas rurais de Pinhal da Serra ainda como os primeiros passos da sua formação enquanto docente, sua trajetória profissional é um exemplo para mim.

¹³ Em Esmeralda (RS).

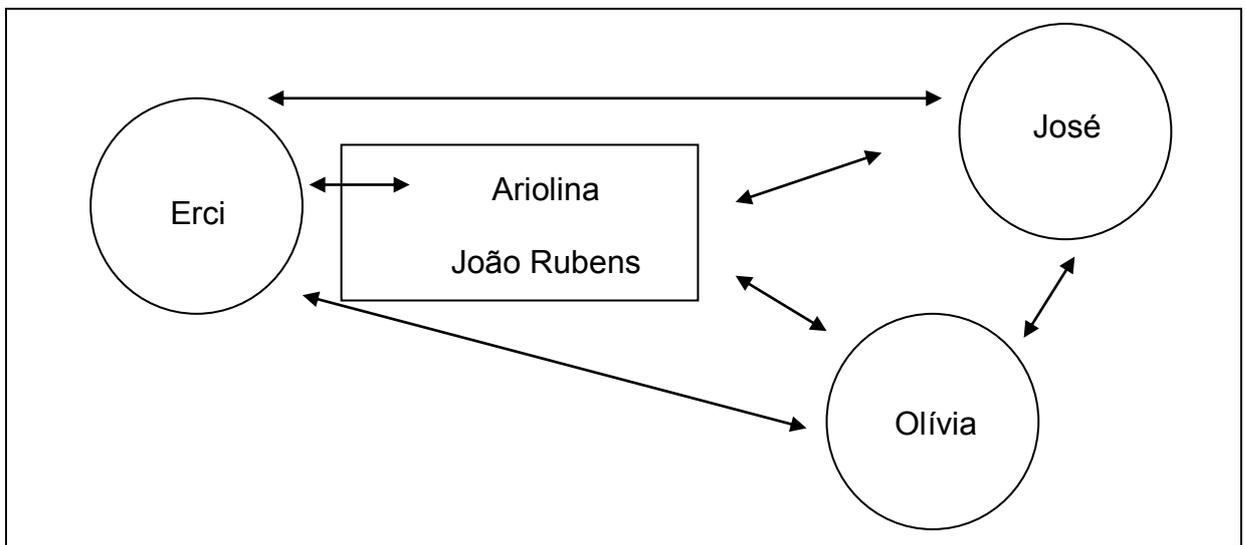
Fotografia 6 – Professora Olívia em 1972 e em 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada.

Entre os entrevistados, foi possível estabelecer algumas relações, como ilustra-se abaixo:

Figura 2 – Relações entre os entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora.

A imagem auxilia na compreensão das relações estabelecidas entre os entrevistados. O professor João Rubens e a professora Ariolina iniciaram no magistério municipal no mesmo período, um ano depois a professora Erci ingressou como professora municipal. A partir de 1972, a professora Olívia passou a visitar as

escolas rurais municipais e estaduais, como orientadora da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE); nesses trajetos, visitava tanto as escolas estaduais como as municipais e, assim, contatava os demais entrevistados. O professor José, que lecionou apenas nas escolas estaduais, conheceu as demais quando exerceu a função de secretário da administração municipal. Além disso, o professor José e a professora Olívia trabalharam na prefeitura de Esmeralda no mesmo período.

Tais relações nos auxiliam na compreensão das diferentes representações e as narrativas de memórias possibilitam perceber como sujeitos diferentes apropriaram-se das práticas escolares e como as recordam; por vezes, uma mesma situação pode ser lembrada de maneira quase contraditória (BELUSSO, 2016).

A partir da análise dos documentos orais e escritos foi possível construir o Quadro 3, com as escolas e comunidades onde lecionaram os/as entrevistados/as.

Quadro 3 – Escolas e comunidades onde os professores atuaram.

Professor (a)	Escolas onde lecionou	Administração	Comunidade
Ariolina	São Nicolau	Municipal	Santo Antônio / Fazenda do Boqueirão
	Epitácio Pessoa	Municipal	São Pedro
	Nossa Senhora de Fátima	Municipal	Serra dos Gregórios
	São Jorge	Municipal	São Jorge / Rincão dos Crentes
Erci	Princesa Isabel	Municipal	Serra dos Gregórios / Campestre da Boa Vista
	Santo Antônio	Municipal	Capela Santo Antônio
	João Pessoa (Antônio Raimundo dos Santos)	Municipal	Capela Conceição
	Presidente Kennedy	Municipal	Porteira do Pinhal
João Rubens	São Luiz	Municipal	Capão / Campo Alto
	São Pio X	Municipal	Campo Alto / Porteira do Pinhal
	São Paulo de Tarso	Estadual	Pinhal da Serra
José	Escola Rural Capela São Jorge	Estadual	Capela São Jorge
	São Paulo de Tarso	Estadual	Pinhal da Serra
Olívia	Sagrado Coração de Jesus	Municipal	Serra dos Gregórios / (Encruzilhada dos Silveiras)
	Miguel Couto	Municipal	Capela Conceição

Fonte: Elaborado pela autora

Os/as professores/as entrevistados/as chegaram a atuar na mesma comunidade, mas em escolas diferentes. As professoras Ariolina, Erci e Olívia lecionaram apenas nas escolas municipais e o professor José apenas nas escolas estaduais, enquanto o professor João Rubens vivenciou a docência nos dois espaços.

As entrevistas são momentos de encontros e compartilhamentos; por exercerem a docência no mesmo distrito e no mesmo período, os/as entrevistados/as tiveram vivências comuns, mas também experienciaram momentos únicos. A História Oral “[...] é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto a consonância” (PORTELLI, 2010, p.35).

A nossa intenção ao apresentar os/as entrevistados/as ao longo desse capítulo, considera o argumento de Antoinette Errante:

[...] nossa posição no mundo não somente afeta nossa interpretação do mundo, como também nosso senso do eu serve de intermediário para o nosso modo de contar e rememorar o mundo – e nosso lugar dentro dele – para os outros (ERRANTE, 2000, p. 163).

No capítulo seguinte abordaremos aspectos da história local, com a finalidade de compreender o contexto das práticas escolares.

3 ENTRE HISTÓRIAS E CONTEXTOS

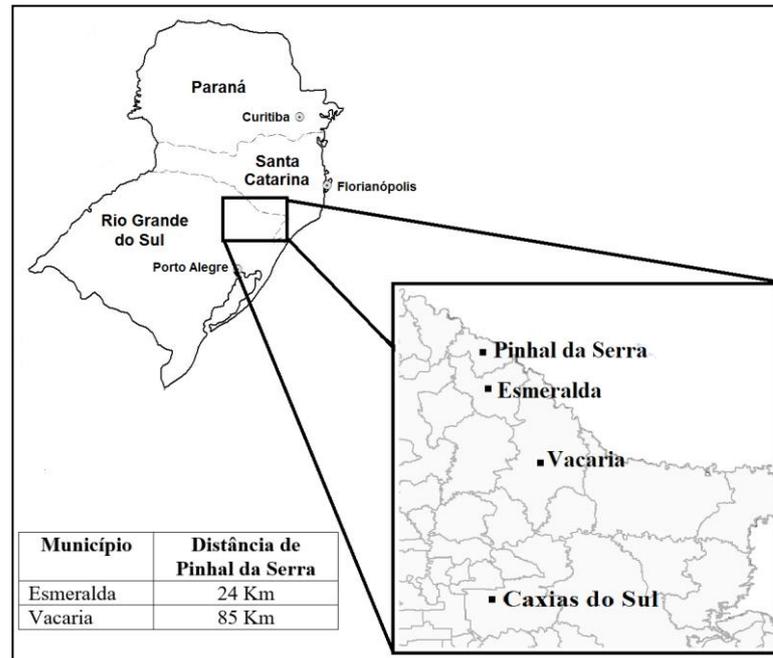
Este capítulo tem como objetivo apresentar a história local, pois o contexto social torna-se a linha norteadora para a compreensão do funcionamento da educação nesse espaço eminentemente rural. Nesse sentido, Pinhal da Serra vivenciou três períodos, que marcaram também os seus processos pedagógicos: o primeiro, desde o início do seu povoamento até o ano de 1963, enquanto 10º distrito de Vacaria; o segundo, a partir de 1964, quando tornou-se distrito de Esmeralda, e o terceiro e último com sua emancipação, em 1996, e posterior instalação em 2001.

Entre 1963 e 1993, recorte temporal desta pesquisa, Pinhal da Serra foi um distrito. Este capítulo relata acontecimentos que antecedem e ultrapassam esse período, por considerar que este estudo constitui um espaço e uma oportunidade para o registro dessa história. Seleccionamos e analisamos documentos entre fotografias, livros e relatos, fragmentos do passado que auxiliaram a construção deste capítulo dedicado à história local que perpassa Vacaria e Esmeralda até chegar a Pinhal da Serra.

Na construção de um discurso sobre o passado, “a narrativa histórica, mesmo apoiada em sólida pesquisa, ao lidar com rastros e provas, apresenta uma versão do supostamente acontecido” (PESAVENTO, 2004, p. 110). Para contarmos a nossa versão sobre a formação do espaço em que se desenvolve esta pesquisa, começamos lembrando os povoadores dessa região, conhecida como Campos de Vacaria ou, em definição atual, Campos de Cima da Serra¹⁴.

¹⁴ Os Campos de Cima da Serra constituem uma região fisiográfica do Rio Grande do Sul localizada no extremo nordeste do estado, na divisa com Santa Catarina. Além de Vacaria, Esmeralda e Pinhal da Serra, integram a região os municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Ipê, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes.

Figura 3 – Distâncias de Pinhal da Serra.



Fonte: Elaborado pela autora

3.1 OS CAMPOS DE VACARIA

Os Campos de Cima da Serra, região de planalto de altitude e cobertura de mata atlântica, no nordeste do Rio Grande do Sul, é hoje formado por municípios, que, em sua maioria, se desmembraram da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria, fundada em 1768.

Ainda no século XVII, a região passou a pertencer ao que os jesuítas¹⁵ espanhóis demarcaram como Baqueria de los Piñales, grandes extensões de campos naturais onde os missionários jesuítas deixavam seus rebanhos soltos. Antes deles, “foram os bandeirantes paulistas os primeiros homens brancos a pisarem em terras vacarienses. Várias bandeiras cruzaram o solo do Planalto a caminho das fundações jesuíticas espanholas na margem oriental do Rio Uruguai” (PINOTTI, 2011, p. 26). A partir de 1740, fixaram-se os primeiros moradores, já durante o ciclo do tropeirismo; segundo Barbosa, “foram os tropeiros paulistas que fundaram Vacaria” (1984, p. 16)

“Os campos de Vacaria, à chegada dos primeiros povoadores, eram habitados pelos índios Guaianás (Coroados ou Caingangues), e, nas proximidades da Serra

¹⁵ Segundo Oliveira (1959), a presença dos jesuítas na região é de 1692 e a fundação da Vacaria dos Pinhais data de 1697.

dos Aparados, pelos Botocudos” reforça Barbosa (1978, p. 17). A resistência indígena no território foi marcante, tendo, nas primeiras décadas do povoamento, espantado muitos moradores para Lages e para a região das Missões. Somente a partir de 1780 uma nova leva de imigrantes, ligados às atividades pecuárias, conseguiu fixar-se definitivamente no território, aumentando, aos poucos, o número de habitantes locais (OLIVEIRA, 1959; BARBOSA, 1984). Esses imigrantes, segundo Barbosa (1984), eram paulistas, lagunenses, portugueses e cariocas; mais tarde algumas famílias de Viamão, Taquari e Santa Maria migraram para estas terras.

As estradas abertas pelos tropeiros ligavam as estâncias do sul do território gaúcho aos centros comerciais do sudeste do país, os tropeiros cruzavam o território para comercializar os rebanhos, pela estrada que era conhecida como Caminho de Sorocaba. Durante mais de um século, Vacaria colaborou com as feiras de Sorocaba e tornou-se um entroncamento nas rotas dos tropeiros, fazendo com que o povoamento desses campos se intensificasse.

Em 1809, com a divisão da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em quatro vilas, a Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria passou a ser distrito do município de Santo Antônio da Patrulha. Em outubro de 1850, tornou-se Vila, sede do município, porém, sete anos mais tarde foi extinto¹⁶, voltando a pertencer a Santo Antônio da Patrulha. No ano de 1878, foi novamente elevada à categoria de Vila, com a denominação de Vacaria, pela lei provincial nº 115.

A população, majoritariamente residente no campo, aos poucos foi povoando as extensas áreas rurais de Vacaria, mas as dificuldades para acessar os centros urbanos eram grandes, em virtude das distâncias e dos meios de transporte disponíveis. A ocupação do interior do seu território deu origem aos distritos, conforme o quadro abaixo:

¹⁶ A Lei nº 337, de 16 de janeiro de 1957, mudou a sede da vila para a Capela de São Paulo de Lagoa Vermelha, território que anteriormente pertencia à Vacaria, mas que, em função do seu rápido desenvolvimento, havia superado a população de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria. O descontentamento dos vacarianos gerou desentendimentos com os lagoenses; o governo provincial, para acalmar os ânimos, acabou por extinguir a vila, passando as duas freguesias a pertencer novamente ao município de Santo Antônio da Patrulha, Lei nº 391, de 26 de novembro de 1857. Entretanto, em 1876, o município de Lagoa Vermelha foi criado e a Freguesia Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria era parte do seu território. Somente em 1878, Vacaria passou a ser a sede e Lagoa Vermelha, seu distrito. A situação só foi definitivamente resolvida em maio de 1881, quando Lagoa Vermelha emancipou-se de Vacaria (BARBOSA, 1978; PINOTTI, 2011).

Quadro 4 – Distritos de Vacaria.

Ano	Distritos	População	Área	Densidade Demográfica
1846		2.113		
1858		2.670		
1890		13.681		
1900	1º Nossa Senhora da Oliveira; 2º Entre Rios; 3º Bom Jesus; 4º Fazenda Branca.	17.208	8.526 Km ²	2,02 hab/Km ²
1920	1º Vacaria; 2º Vista Alegre; 3º Capão Alto; 4º São Luís de França; 5º São João Batista ; 6º São Pedro; 7º Santo Antônio; 8º Capela da Luz.	30.000	8.526 Km ²	3,08 hab/Km ²
1940	Vacaria, Coxilha Grande, Entre Rios, Esmeralda , Ipê, Korf, Luz, Muitos Capões, Pinhal , Segredo.	32.874	5.842 Km ²	5,63 hab/Km ²
1950	Vacaria, Coxilha Grande, Esmeralda , Esteira, Ipê, Ituim, Korf, Muitos Capões, Pinhal da Serra , Segredo.	41.722	5.842 Km ²	7,14 hab/Km ²
1960	Vacaria, Coxilha Grande, Esmeralda , Esteira, Ipê, Ituim, Muitos Capões, Pinhal da Serra , São Manuel, São Paulo, Segredo.	56.598	–	–

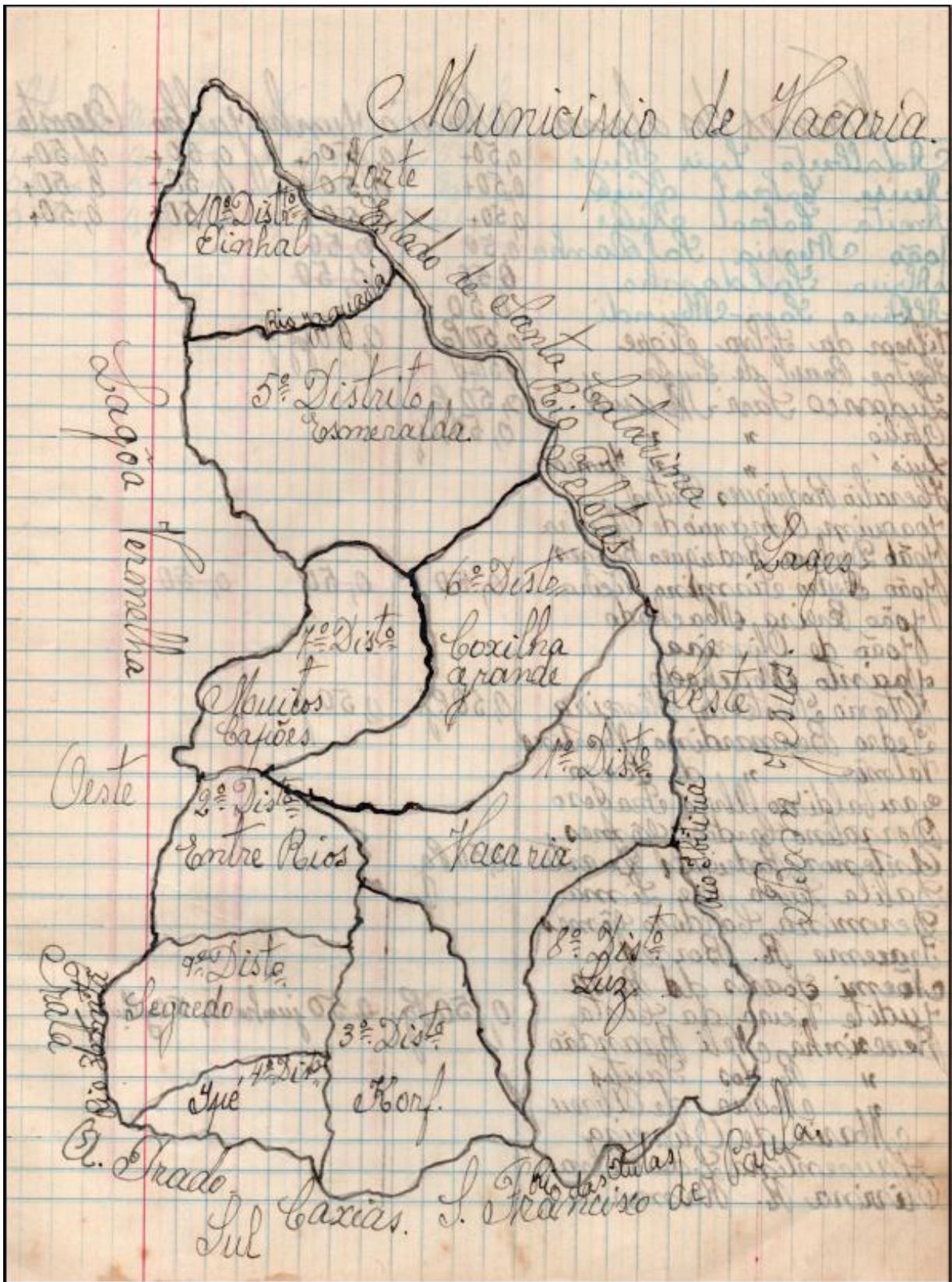
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960. Até 1950, dados extraídos de *Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

3.1.1 Esmeralda

A Capela de São João Batista, que originou o município de Esmeralda, aparece pela primeira vez no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1920. A primeira menção ao distrito de Pinhal ocorre somente no censo IBGE de 1940¹⁷. A divisão dos distritos realizada pelo Censo Demográfico de 1940, se assemelha ao mapa do município de Vacaria, cuidadosamente desenhado pela professora Nayr de Souza, em 1944, como vemos na Figura 4, a seguir:

¹⁷ De acordo com a legislação municipal de Vacaria, o Distrito de São João Batista foi criado, pelo Ato Municipal nº 46, em 17 de novembro de 1900, e o Distrito de São José do Pinhal, fundado em 20 de março de 1924, pelo Ato Municipal nº 437, e anexado ao município de Vacaria.

Figura 4 – Mapa dos distritos de Vacaria, localizado no livro-caixa do Grupo Escolar de Pinhal da Serra.



Fonte: Arquivo EEEM São Paulo de Tarso.

O distrito de São João Batista formou-se nas proximidades da Capela de São João, fundada pelo padre Mário Deluy¹⁸, vigário de Vacaria, em 1900. Os primeiros moradores da capela, entre eles muitos índios e escravos, estavam ligados a Inácio Antônio Velho e Antônio Joaquim Velho, sendo este último o doador do terreno onde foi construída a igreja da capela. “O povoado passou a ser chamado de Capela de São João Velho em homenagem ao seu padroeiro e Velho por causa do doador das terras para a igreja, senhor Antônio Joaquim Velho” (MARTINI, 1996, p. 337).

A vida no povoado era simples. Com a construção da igreja, feita de madeira bruta, o número de moradores aumentou no vasto território que se estendia da Fazenda da Extrema ao Rio Pelotas. Segundo Barbosa, “outrora, todo o atual território do município era formado por apenas três enormes fazendas: Fazenda de São João, Fazenda dos Gregórios e Fazenda do Pinhal, as quais, com o passar dos anos, foram sendo desmembradas” (BARBOSA, 1984, p. 199).

Fotografia 7 – Igreja e Casa Paroquial do Distrito de Esmeralda.



Fonte: Arquivo pessoal Inara Giordano

¹⁸ O padre Mário Deluy era francês, nascido em Marselha, e veio para a Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria no final do século XIX, é conhecido por iniciar as obras da Catedral e introduzir a prática da Primeira Comunhão. Através das visitas ao interior da freguesia, percorrendo longas distâncias a cavalo, os padres foram responsáveis pela fundação de muitas capelas, destas, surgiram os povoados que acabaram dando origem aos distritos de Vacaria.

Assim como nas demais áreas dos Campos de Vacaria, há registros da passagem dos tropeiros pelas terras do Distrito de São João Velho, onde usavam as invernadas dos proprietários da região para o descanso e a alimentação das tropas. Martini informa que “o terreno em frente à igrejinha era muito grande. Ali, muitos tropeiros costumavam acampar a fim de continuar a viagem. Ou, muitas vezes, para comprar o gado aqui existente” (MARTINI, 1996, p. 338). Assim como em Vacaria, alguns moradores do distrito eram tropeiros e a maioria da população estava envolvida direta ou indiretamente nas atividades pecuárias.

Em 1938, o Distrito de São João Velho passou a denominar-se Vila Esmeralda¹⁹, em homenagem ao médico Antonio Mendes Dias Fernandes, que, em seus trajetos a cavalo para atender a população da localidade, comparava o verde dos campos à pedra preciosa de seu anel. Além da pecuária e da agricultura, muitas serrarias foram instaladas no local, a fim de explorar as matas ainda virgens para o beneficiamento e a comercialização da madeira.

O movimento emancipacionista teve início em fevereiro de 1962; cerca de 40 pessoas, lideradas pelo médico Dr. Orly Labarthe Alves e pelo Frei Ângelo de Alfredo Chaves²⁰, iniciaram a campanha pela fundação do município. A motivação pela emancipação surgiu com a insatisfação dos moradores em relação ao município de Vacaria. De acordo com Silva,

[...] isto se devia às dificuldades e às grandes distâncias existentes entre Vacaria e seus distritos, pela imensa extensão territorial do município, pois da sede até a barranca do Rio Pelotas, divisa com Barracão, são 100 Km (SILVA, 1996, p. 335).

Assim como todo o processo emancipacionista, o movimento dividiu opiniões e enfrentou a oposição do município-mãe.

A emancipação foi muito conturbada, renhida. [...] Foi constatado que os distritos de São Sebastião²¹ e Pinhal da Serra contrários ao movimento, afirmavam que preferiam pertencer ao Barracão ao invés de pertencer a Esmeralda (SILVA, 1996, p. 335).

O plebiscito que ocorreu em 7 de outubro de 1963 foi favorável à

¹⁹ Em 31 de março de 1938, pelo Decreto Estadual nº 720, o 5º distrito de Vacaria, São João Batista, passou a denominar-se Esmeralda.

²⁰ Frei Ângelo, de Alfredo Chaves esteve como vigário de Esmeralda por 23 anos, no período entre 1952 e 1975.

²¹ São Sebastião, nesta data, ainda era uma comunidade e não um distrito.

emancipação. A Lei nº 4.616, de 27 de novembro de 1963, criou oficialmente Esmeralda²², formada pelo distrito sede e pelos distritos²³ de Gregórios e Pinhal da Serra. Assim, de 10º distrito de Vacaria, Pinhal da Serra tornou-se distrito de Esmeralda.

3.1.2 Pinhal da Serra

Pinhal da Serra²⁴ é um município localizado no nordeste do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina, em destaque no mapa da Figura 5 (página seguinte). O território compreende uma área de 437,4 Km² e uma população de aproximadamente 2.130 habitantes, sendo que 78% deles vivem na área rural²⁵.

O processo que resultou na emancipação de Pinhal da Serra foi iniciado em 19 de dezembro de 1994, quando o professor Antonio Giordano da Costa registrou a Comissão Emancipacionista na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Esta comissão, liderada pelo professor Antonio, era formada por João Rubens da Costa, José Tadeu Marques da Silveira, Otaviano Alves da Costa, João Alves da Silva, Hélio Salvador Varela do Prado, Alair Vilson Matté, Nelsi Fernandes de Vargas, Joaquim Mendes Teixeira, Alberto Santo Fernandes, Adelino Paganella, João Alves do Prado, Cilon Antonio da Costa e Orival Antonio da Costa. A principal motivação para a emancipação foi o projeto de construção de uma usina hidrelétrica²⁶ no Rio Pelotas, cujo planejamento havia sido realizado ainda na década de 1980; a constituição do município era uma forma de garantir que a arrecadação gerada pela usina hidrelétrica fosse investida, prioritariamente, em Pinhal da Serra.

²² Em 29 de março de 1964, ocorreu a primeira eleição. Foram eleitos os líderes emancipacionistas Dr. Orly Labarthe Alves, como prefeito, e Walter da Rosa Borges para vice-prefeito, nomes recorrentes nas falas dos nossos entrevistados. Nos mandatos seguintes, foram prefeitos de Esmeralda Walter da Rosa Borges (1969-1973), Irineu Nery da Luz (1973-1977), novamente Orly Labarthe Alves (1973-1977), José de Oliveira e Silva (1983-1988; 1993-1996) e Luiz Jaime Kramer (1989-1992).

²³ Criados pela lei municipal nº 6, de 19 de maio de 1965.

²⁴ Limita-se com Esmeralda (RS), Barracão (RS), Lagoa Vermelha (RS), Anita Garibaldi (SC) e Celso Ramos (SC).

²⁵ Censo demográfico IBGE/2010.

²⁶ Após aproximadamente quatro anos de construção, as atividades da Usina Hidrelétrica de Barra Grande tiveram início em junho de 2001. Hoje, essa usina, a segunda mais alta do país, representa a maior parte do total da arrecadação do município. A pecuária, a agricultura e a geração de energia constituem as principais atividades econômicas de Pinhal da Serra.

O plebiscito ocorreu em 24 de março de 1996 e teve 939 votos favoráveis à emancipação e 75 contrários; a estratégia do grupo contrário à emancipação foi não participar do plebiscito. Em 17 de abril de 1996 foi criado o município de Pinhal da Serra, anexando o distrito de Serra dos Gregórios. A primeira eleição foi realizada somente em 1º de outubro do ano 2000, quando foram eleitos Antonio Giordano da Costa como prefeito e Volni Francisco Neves como vice-prefeito.

O período entre 1996 e 2000 foi marcado por intensa disputa política, após o grupo contrário à criação do município, liderado pelo senhor Valdivino Lisboa da Costa, ter entrado com um mandato de segurança, impedindo que a eleição ocorresse em 1996. Neste ano, nenhum pinhalense participou como candidato das eleições no município de Esmeralda, pois ainda acreditavam na possibilidade da realização do pleito em Pinhal da Serra.

Após a derrota em primeira e segunda instância, Pinhal da Serra e mais 29 municípios, que viviam situações semelhantes, formaram um grupo que recorreu em terceira instância ao processo na capital federal, Brasília, para conseguir a sua emancipação. A situação só teve um desfecho no ano 2000, quando Pinhal da Serra definitivamente emancipou-se de Esmeralda e realizou sua eleição. Sua instalação aconteceu em 1º de janeiro de 2001, consumando como município um povoado cujas origens remontam às primeiras décadas do século XX.

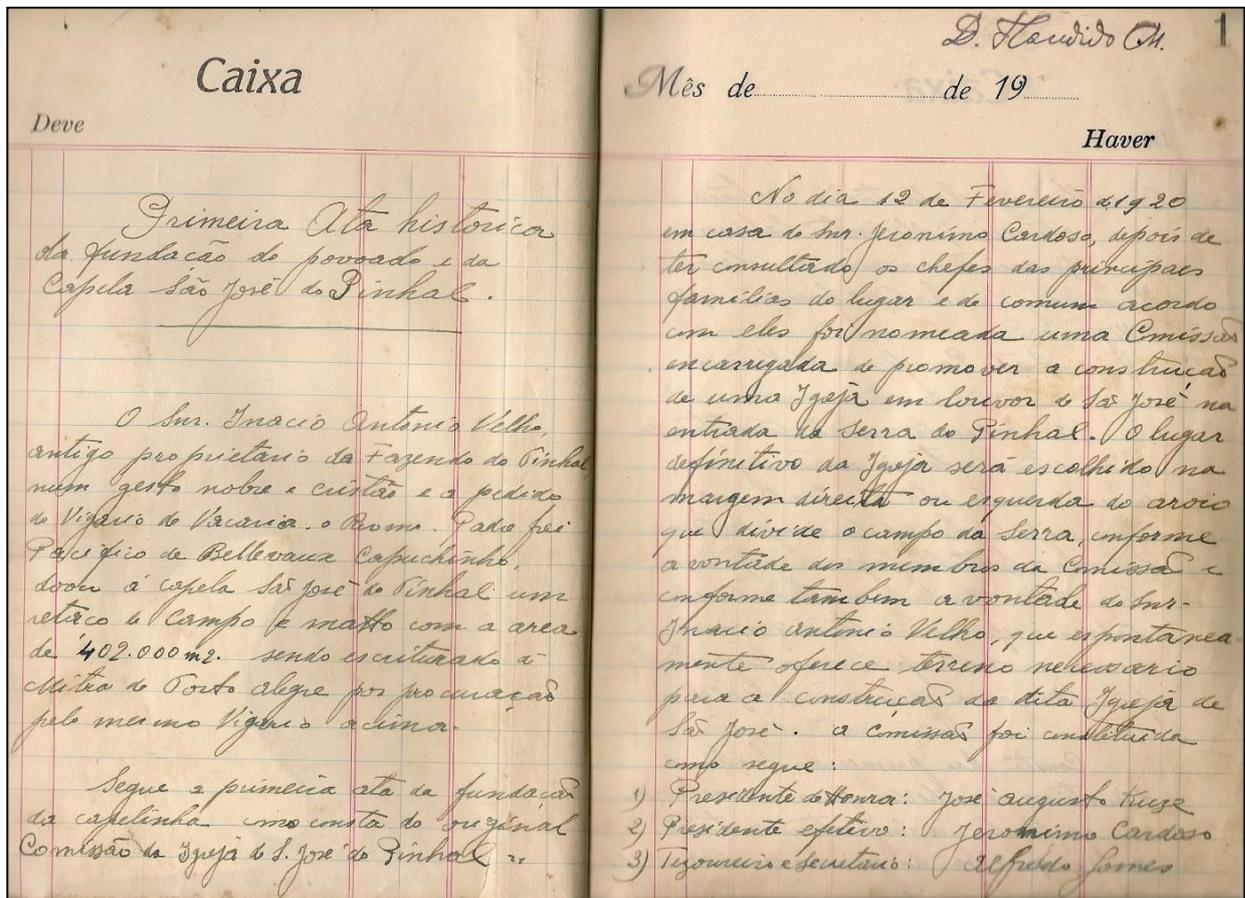
Figura 5 – Mapa de Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul.



Fonte: 540px-RioGrandedoSul_Municip_PinhaldaSerra.sgv (2019).

O surgimento do povoado de São José do Pinhal, ou Fazenda do Pinhal, ocorreu nos primeiros anos do século XX. As terras do 5º distrito de Vacaria, São João Batista, foram divididas em três fazendas: a Fazenda do Pinhal, a Fazenda dos Gregórios e a Fazenda de São João (BARBOSA, 1984). As propriedades que pertenciam a Antônio Joaquim Velho, após sua morte passaram a Inácio Antônio Velho, que no ano de 1920, a pedido do Frei Pacífico de Bellevaux²⁷, doou a fazenda para a construção da capela de São José do Pinhal, conforme a ata de fundação da capela e do povoado, transcrita abaixo²⁸.

Figura 6 – Ata de fundação da capela e do povoado.



Fonte: Arquivo da Capela de São José

Primeira Ata Histórica da fundação do povoado e da Capela São José do Pinhal.

²⁷ Frei Pacífico nasceu em Bellevaux, França. Veio para Vacaria ainda no início do século XIX, com as primeiras levas de missionários capuchinhos que chegaram ao Rio Grande do Sul, liderados pelo Frei Bruno de Gillonnay.

O Snr. Inacio Antonio Velho, antigo proprietario da Fazenda do Pinhal num gesto nobre e cristão e a pedido do Vigario de Vacaria o Revmo Padre frei Pacífico de Bellevaux Capuchinho, doou á capela São José do Pinhal um retoico de campo e matto com a area de 402.000 m² sendo escriturado a mitra de Porto Alegre por procuração pelo mesmo Vigário acima.

Segue a primeira ata de fundação da capelinha como consta do original a comissão da Igreja de S. José do Pinhal.

No dia 12 de Fevereiro de 1920 em casa do Snr. Jeronimo Cardoso, depois de ter consultado os chefes das principais famílias do lugar e de comum acordo com eles foi nomeada uma Comissão encarregada de promover a construção de uma Igreja em louvor a São José na entrada da Serra do Pinhal. O lugar definitivo da Igreja será escolhido na margem direita ou esquerda do aroio que divide o campo da Serra, conforme a vontade dos membros da comissão e conforme tambem a vontade do Snr. Inacio Antonio Velho, que espontaneamente ofereceu terreno necessario para a construção da dita Igreja de São José. A comissão foi constituída como segue:

- 1) Presidente de Honra: José Augusto Kuze*
- 2) Presidente efetivo: Jeronimo Cardoso*
- 3) Tezoureiro e secretario: Alfredo Gomes*
- 4) Conselheiros: Sebastião Antonio de Oliveira, Vicente Salami e Inacio Francisco dos Santos.*

Vacaria, Pinhal, 12 de fevereiro 1920

O Vigário

Padre Pacífico de Bellevaux

²⁸ Na transcrição, optamos por manter a ortografia original do documento.

Figura 7 – Ata de fundação da capela e do povoado.

Caixa		D. Cândido M. Mês de de 19	
Deve.	Haver		
<p>4) Conselheiros: Salustiano Antônio de Oliveira, Vicente Salami e Inácio Francisco dos Santos. Mariaia, Pinhal, 12 fevereiro 1920. Vigário Padre Pacífico de Bellevaux.</p> <p>a comissão acima constituída mandou construir na margem do aroio, onde está a atual praça uma capelinha pelo empreiteiro Palmiro Subtil pagando pela mão de obra 750,00 e o material necessário (taboas e cepos) no valor de 800,00 mais ou menos. Esta primeira capelinha foi ultimada pelo ano de 1921....</p> <p>Consta das primeiras listas de donativos recolhidos para a construção da capelinha a importância total de CR\$ 902,60 dos primeiros moradores.</p>	<p>Relação das principais famílias do povoado de São José:</p> <p>Primeira Comissão</p> <p>José Augusto Trize - Presidente de honra Jerônimo Cardoso - Presidente efetivo Alfeu Gomes - Tesoureiro - secretário Salustiano Antônio de Oliveira - Conselheiro Vicente Salami - .. Inácio Francisco dos Santos - ..</p> <p>Jorge Pereira de Silva - Subprefeito Luiz Franca de Oliveira - 1º Escrivão Gregório Pereira de Mattos João Antônio Pires Pristê de José Domingues Salvador Osório de Paula (Sarú) Diogo Prestes de Oliveira</p>		

Fonte: Arquivo da Capela de São José

A ata²⁹ segue com o seguinte texto:

A comissão acima constituída mandou construir na margem do aroio onde está a atual praça uma capelinha pelo empreiteiro Palmiro Subtil, pagando pela mão de obra 750,00 e o material necessário (taboas e cepos) no valor de 800,00 mais ou menos. Esta primeira capelinha foi ultimada pelo ano de 1921.

Consta das primeiras listas de donativos recolhidos para a construção da capelinha a importância total de CR\$ 902,60 dos primeiros moradores.

²⁹ A ata é assinada pelo vigário, Padre Pacífico de Bellevaux, em 12 de fevereiro de 1920 e não apresenta a assinatura dos fundadores. A abertura do Livro Caixa da Capela de São José do Pinhal foi feita pelo Frei Cândido Maria Bampi, em 21 de março de 1945 (Anexo 1) A sequência do texto da ata de fundação, realizada pela mesma caligrafia diz: *Esta primeira capelinha foi ultimada pelo ano de 1921*, podendo indicar que o registro tenha sido feito após 1921, ou ainda, em 1945. Escrita na década de 1920 ou mesmo posterior, a ata registrada no livro caixa da Capela de São José do Pinhal, é o documento escrito mais antigo que marca a fundação da capela e do povoado.

Relação das principais famílias do povoado São José:

Primeira Comissão

José Augusto Kuze – Presidente de Honra

Jeronimo Cardoso – Presidente efetivo

Alfredo Gomes – Tezoureiro-secretario

Sebastião Antonio de Oliveira – conselheiros

Vicente Salami

Inacio Francisco dos Santos

Jorge Pereira da Silva – Subprefeito

Luiz França de Oliveira – 1º Escrivão

Gregório Pereira de Mattos

João Antunes Pires

Aristides José Domingues

Salvador Ribeiro de Jesus (Sarú)

Diogo Prestes de Oliveira

No mesmo livro, em registro de 25 de janeiro de 1931, o padre de Vacaria, em visita ao distrito, encarrega a comissão da igreja presidida por Vitório Antonio Giordano³⁰, de “zelar as terras de propriedade do Santo e tirar uma pequena renda anual das terras ocupadas em benefício da capela”. Assim, os terrenos da capela ocupados, passaram a pagar arrendo à Igreja. Entre 1939 e 1940, é realizada a escrituração dos terrenos da Capela de São José do Pinhal, sendo o agrimensor Joaquim Afonso P. Mattos, o responsável pela demarcação das propriedades.

³⁰ Farmacêutico da localidade e avô materno de um de nossos depoentes, o professor João Rubens da Costa.

compradores, que são membros das famílias dos primeiros moradores do povoado ou seus descendentes. No ano de 1946, foram vendidos lotes para Bernardo Pessoa da Silva e Bernardo Pessoa da Silva Filho (seis lotes, 3.600m²), Acacio Corea de Andrade (dois lotes, 2.000m²), Bertoldo Marciano da Silva (seis lotes, 4.320m²), Antonio Espíndola (dois lotes, 2.000m²), João Leite do Prado (dois lotes, 1.440m²), Osvaldo Paganella (dois lotes, 2.000m²), Antonio Nunes da Silva Primo (cinco lotes, 5.000m²), Antonio Alves da Silveira Sobrinho (dois lotes, 2.000m²), Paulo Monteiro e Aníbal Silveira (10 lotes, 10.028m²), Etelvino Marques da Silva (nove lotes, 6.480m²) e Fabio Alves da Silva (17 lotes, 15.440m²).

Compraram lotes da capela em 1947: Leopoldo Alves Subtil (dois lotes, 1.440m²), Artulino Alves da Lima (três lotes, 3.000m²), Maria Rosa de Bitencourti (um lote, 1.700m²), Estanislau Nicolau Conrado (cinco lotes, 5.720 m²), Francisco Nicolau Conrado (dois lotes, 3.400m²), Teofilo Inacio de Souza (um lote, 1.000m²), Fabio Alves da Silva (um lote, 1.000m²), Acacio Corea de Andrade (quatro lotes, 4.000m²), Emílio Pereira da Silva (dois lotes, 2.000m²), Francisca Albertina Kuze (um lote, 1.000m²), Maria Luiza Cabral (três lotes, 3.000m²), Antonio Francisco Fernandes (um lote, 1.000m²), Abitino Alves Maciel (um lote, 1.000m²), Vicente Nicolau Conrado (quatro lotes, 4.000m²), Henrique Nunes de Oliveira e Otilia Elias de Moura (dois lotes, 2.000m²), Luiz Pessoa da Silva Netto (cinco lotes, 5.000m²), Pedro Moreira Boeno (seis lotes, 4.320m²), Defende Morsele (um lote, 360m²), Antonio Nunes da Silva Primo (nove lotes, 9.000m²), Oscar Bernardo dos Reis (três lotes, 3.000m²), Genesio Soares Pereira (um lote, 1.000m²), João Venâncio Bernardo (um lote, 1.000m²), Juvelino Francisco da Costa (dois lotes, 2.000m²), Furtuosa Rodrigues dos Santos (um lote, 1.000m²), Henrique Albino Brandão (dois lotes, 2.000m²), Nestor Fernandes Borges (dois lotes, 720m²), Afonso Stedile e Zulmira Regenini (um lote, 1.000m²), João Laurindo de Souza (três lotes, 2.160m²), Francisco Nicolau Conrado (dois lotes, 2.000m²), Paulo Monteiro (dois lotes, 2.000m²), Reinaldo Luiz Pacheco (três lotes, 3.000m²), Etelvino Marques da Silva (20 lotes no banhado, com 20.000m²), José de Oliveira e Silva (um lote, 1.000m²) e Emílio Carneiro Borges (dois lotes, 2.000m²). Adquiriram lotes da capela em 1948 Bernardo Pereira (um lote, 1.000m²) e Pedro Isidoro dos Santos (um lote, 1.224m²).

Aos poucos, a antiga Fazenda do Pinhal foi se desmembrando e, em 1924, o

10º Distrito, São José do Pinhal, foi oficialmente fundado³¹. Em 1938 São José do Pinhal, passou a chamar-se Pinhal³² e, em 1939, Pinhal da Serra. Além das denominações anteriormente citadas, encontradas nos documentos pesquisados, os moradores também chamaram o povoado de São José dos Tocos, em referência aos tocos de guamirim e araucária, restantes da derrubada da vegetação. Barbosa, ao descrever o caminho dos tropeiros nas terras de Vacaria, indica que, nas proximidades e no município de Barracão, área que atualmente contempla também o território de Pinhal da Serra, estava “a famosa Reserva de Barracão, uma das maiores florestas de pinheiro-araucária do Estado, hoje destruída” (BARBOSA, 1978, p. 18).

Em Pinhal da Serra, assim como em Vacaria e Esmeralda, existiam pessoas que trabalhavam como tropeiros e as chamadas *casas de pasto*, habitações como a do senhor José Pessoa, que funcionavam como pensões para o descanso dos tropeiros, e pastagens, onde ficavam os animais.

Fotografia 8 – O senhor Oliveira Alves da Silveira conduz o gado de Pinhal da Serra até o Barracão.



Fonte: Arquivo pessoal Denize Gallio da Silveira.

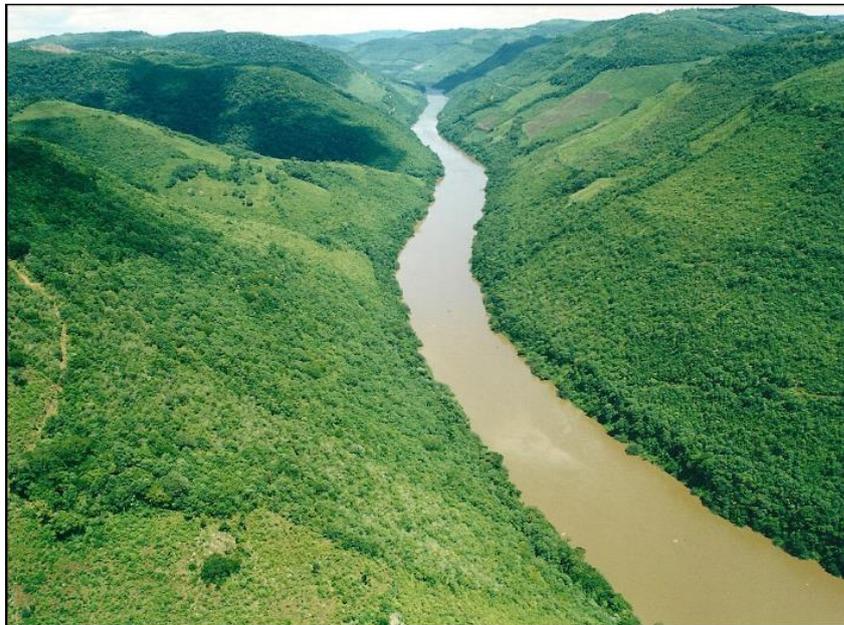
³¹ O 10º Distrito de Vacaria, São José do Pinhal, é fundado em 20 de março de 1924, pelo Ato Municipal nº 437.

³² Em 31 de março de 1938, pelo decreto estadual nº 720.

Os primeiros habitantes dessa região de serra e matas de araucárias foram os índios, cuja presença foi inicialmente identificada pelos vestígios das suas casas, chamadas *casas de bugre* (ou *buracos de bugre*), presentes nos campos pinhalenses e que já foram objeto de pesquisas na área da arqueologia. Esses estudos nos permitem afirmar que a primeira ocupação do território foi feita pelos índios da etnia Jê, popularmente chamados de bugres³³, cujos traços étnicos e culturais ainda estão presentes na população.

Segundo Copé (2002), o assentamento Jê no território que hoje pertence à Pinhal da Serra, incluía, além das casas subterrâneas, centros cerimoniais e cemitérios; as concentrações de artefatos líticos e cerâmicos foram associados à tradição Taquara. Os estudos arqueológicos³⁴ temporalizam o início dessa ocupação no ano 800, intensificando-se a partir de 1200, especialmente entre 1400 e 1650. As ocupações buscavam a proximidade com cursos de água, abundantes na região, especialmente nas margens do Rio Pelotas, uma extensão do Rio Uruguai, que faz divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Fotografia 9 – Rio Pelotas, entre os municípios de Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC), antes da construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande.



Fonte: Arquivo pessoal Silvia Mara de Jesus Costa.

³³ Bugre é a forma pejorativa como foram chamados os indígenas das tribos que viviam na região.

³⁴ Os estudos arqueológicos que nos permitem conhecer sobre a ocupação mais antiga do município, foram motivados pela instalação da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, pela arqueologia de contrato. Essas pesquisas originaram o Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias, o PAHPA, inaugurado em dezembro de 2016, na Comunidade de São Jorge (Prédio).

Com o início do povoado que deu origem ao distrito de Pinhal, outro curso d'água foi primordial, o Arroio ou Lajeado dos Potreirinhos, citado na ata escrita pelo Padre Frei Pacífico de Bellevaux: “o lugar definitivo da Igreja será escolhido na margem direita ou esquerda do arroio que divide o campo da Serra”.

Localizado nas proximidades do povoado, o Lajeado dos Potreirinhos abasteceu o distrito com energia elétrica entre as décadas de 1940³⁵ e 1980, por meio de uma usina construída por iniciativa do senhor Bernardo Pereira, posteriormente vendida ao senhor João Leite (KRAMER; KRAMER, 2004). A usina, construída com blocos de pedra, formava um reservatório; a água, então, era conduzida cerca de 150 metros por um cano de larga espessura até a turbina, onde desaguava, movimentando-a. O movimento da turbina acionava o gerador que produzia a energia, conduzida até as casas através da rede elétrica. O responsável por acionar o gerador era o senhor João Bernardo Borges, que, todos os dias, por volta das 18h, descia até a cachoeira onde ficava o motor e o ligava. A energia era disponibilizada até às 22h, exceto nos dias de chuva, quando o motor mantinha-se ligado até às 6h do dia seguinte (KRAMER; KRAMER, 2004).

A energia produzida gerava nas casas uma luz amarela, semelhante à luz de velas, e cada morador pagava cerca de um cruzeiro por lâmpada. A precariedade da energia gerada pela usina não permitia a utilização de eletrodomésticos e os aparelhos existentes funcionavam ligados à bateria; o mais comum nas casas do distrito eram os rádios AM – “o primeiro proprietário de rádio de Pinhal da Serra foi o senhor Bernardo Pessoa” (KRAMER; KRAMER, 2004, p. 14). Até 1980, devido à distância dos grandes centros e às dificuldades do acesso à energia elétrica, o rádio foi a principal fonte de informação para essa população. O primeiro aparelho de televisão da localidade funcionava à bateria e pertencia ao senhor Aristides Paganella.

Nos dias de jogos, ele ligava sua televisão e cobrava ingressos daqueles que queriam assistir ao jogo. [...] Na copa do mundo de 1970, os homens pinhalenses tiveram a oportunidade de assistir e comemorar a vitória brasileira em frente ao televisor preto e branco do senhor Aristides (KRAMER; KRAMER, 2004, p. 14).

Os cavalos e as charretes foram os primeiros meios de transporte utilizados.

³⁵ O livro-caixa da Capela de São José indica gastos para a instalação elétrica e a compra de lâmpadas para a igreja no ano de 1946.

Mais tarde, alguns moradores passaram a utilizar automóveis; “o primeiro carro foi adquirido pelo senhor Joaquim Brandão, de Esmeralda, e o segundo pelo senhor Bernardo Pessoa da Silva, que era uma espécie de táxi” (KRAMER; KRAMER, 2004, p. 20).

Os jornais chegavam ao distrito alguns dias após a sua publicação, pois eram enviados pelo ônibus que fazia a linha Vacaria-Pinhal da Serra. A partida da linha acontecia três dias por semana, saindo de Pinhal da Serra no início da manhã e, depois de percorrer 85 quilômetros de estradas sem pavimentação³⁶, chegava à Vacaria ao meio-dia e retornava somente na manhã do dia seguinte:

Quando o ônibus atolava, todos os passageiros desciam e puxavam uma corda até sair do atoleiro. O primeiro proprietário de ônibus foi o senhor Valdomiro Silveira, o segundo o senhor Jorge Tigre, posteriormente o senhor Tide Vieira e depois Heitor Kramer Pinto (KRAMER; KRAMER, 2004, p. 20).

Segundo Pinotti (2011), a Empresa Planalto de Transportes, propriedade do senhor Heitor Kramer Pinto, que realizava o transporte de passageiros entre Vacaria e os distritos de Esmeralda e Pinhal da Serra, foi inaugurada em 1949; entretanto, pela sequência de proprietários, a linha estava em funcionamento antes dessa data.

Fotografia 10 – Ônibus que realizava a linha Pinhal da Serra-Vacaria.



Fonte: Arquivo pessoal José Gerpes Paganella.

³⁶ O acesso asfáltico na ERS 456, que liga Vacaria à Esmeralda, foi inaugurado em 2016. O trecho de 25 quilômetros da rodovia que liga Esmeralda à Pinhal da Serra ainda não possui pavimentação.

Até a década de 1980, o ponto de embarque e desembarque dos passageiros do ônibus era o armazém do senhor Etelvino Marques da Silva³⁷. Por ônibus também chegavam as cartas, meio de comunicar-se com parentes e amigos que viviam distante. Em Pinhal da Serra foram estafetas os senhores Altino José de Lima (1927), Hermínio Theodoro dos Santos (1931), Laureano Borges Vieira (1938), Luís Moreira e Emílio Costa, que traziam as cartas de Vacaria e guardavam em suas casas até providenciarem uma forma de envio aos destinatários.

O senhor Hermínio, além de estafeta, no mesmo período foi também sub-prefeito do 10º Distrito, assim como Jorge Pereira da Silva (1920), Leopoldo Marques Pacheco (16.2.1938), Altino Varela Duarte (31.8.1940), Celso Gonzaga dos Santos (31.12.1940), Marcelino Alves Ferreira (15.5.1944), Euclides Lacerda Vieira (31.12.1945), Leopoldo Alves Subtil (11.6.1946), Natalino Giordano (7.1.1953) e Antônio Cirino dos Santos (4.5.1954)³⁸.

As primeiras casas de comércio do povoado pertenciam a Fabio Alves da Silva, Olivério Pereira, Vítor Zen e Etelvino Marques da Silva, que comercializavam alimentos básicos como açúcar, farinha de trigo, café e arroz. Os mantimentos, transportados em bolsas de pano, eram despejados nas tuias³⁹ e comercializados a quilo. Os armazéns vendiam, entre outros produtos, fumo em corda, querosene, cachaça, fazendas, caramelos, rapaduras, chapéus de palha e utensílios domésticos, além de arames, enxadas, cordas e encilhas para os animais. Muitos produtos vendidos nos armazéns provinham de Porto Alegre, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Taquara. Os comerciantes também “buscavam alimentos nas localidades de Antônio Prado e até mesmo no mercado do senhor Narciso Maccari, na Extrema Velha (distrito de Esmeralda)” (KRAMER; KRAMER, 2004, p. 20). Na década de 1960, o senhor Luiz Gabriel Giordano abriu o seu armazém, que esteve em funcionamento até 2012.

A influência da Igreja Católica, por meio da ação dos seus padres, foi determinante para a fundação dos povoados que deram origem aos municípios de Esmeralda e Pinhal da Serra. Essa influência revela-se pelos nomes das comunidades de Pinhal da Serra: Santo Antônio, São Pedro, Nossa Senhora

³⁷ Localizado onde foi construída a prefeitura. O senhor Etelvino é pai adotivo do nosso entrevistado, professor José.

³⁸ O livro de registro de termo de posse da Prefeitura Municipal de Vacaria, registra a posse dos sub-prefeitos do distrito, assim como dos estafetas.

Consoladora, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel, São Jorge (Prédio), São Roque e São Cristóvão. Entre as comunidades do interior do município, apenas Campo Alto, Barra Grande, Assentamento Nova Esmeralda, Serra dos Gregórios e Porteira do Pinhal não carregam nomes de santos e santas em suas designações. As tradicionais festas de capela, realizadas em homenagem aos santos que lhe denominam, são um costume herdado dos primeiros moradores. As festas em honra a São José, na sede, são realizadas desde o ano de 1927.

Fotografia 11 – Igreja da Capela de São José.
Construção da segunda capela foi idealizada em 30 de junho de 1932.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra

Mesmo constatando-se que o catolicismo era predominante, o espiritismo também se configura como um traço marcante da sociedade no período pesquisado. Em funcionamento na sede desde 25 de abril de 1942, a Casa Espírita Jesus de Nazaré é uma das mais antigas do estado do Rio Grande do Sul e foi filiada à Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), em 13 de abril de 1955.

Na fundação da casa espírita (Anexo 2) estavam presentes José Maria da Silva Sobrinho, Walter Fernandes Costa Muricy, José Maria Martins da Silva, Jacó

³⁹ Designação dada para as grandes caixas de madeira com tampa, existentes nos armazéns para comercializar os mantimentos.

Cardoso Gomes, Oliria Lemos Cavalheiro, Luiz Antonio da Costa, Luiz Francisco Fernandes, Virgiliano Cardoso Gomes, Zilda Lemos Cavalheiro, Dorvina Borges da Silva, Abtino Alves Maciel, Pedro Isidoro dos Santos, Estanislau Conrado, Francisco Conrado e Acacio Corrêa de Andrade. Além deles, na data de criação da casa estavam presentes o italiano Francisco Spinelli⁴⁰, reconhecido divulgador e estudioso da doutrina, Eudoxio Theodoro dos Santos, Luiz Gualdi e Mario Cilo Zambelli, espíritas de Vacaria, o professor Mario Manso, o coronel Emílio Carneiro Borges e Teófilo Ferreira Pio, espíritas da Vila Esmeralda, e Cristovam Soares de Castro, inspetor de polícia. Em 1942, o mundo vivia as consequências da Segunda Guerra Mundial, situação que não passou despercebida na reunião de fundação, já que a ata registra o pronunciamento do Sr. Luiz Gualdi:

[...] concita a todos cumprirem o preceito cristão de apoio à autoridade, e de solidariedade ao Exmº Snr. Presidente da República, na hora grave que passa, demonstrando que o espírita, membro que é da sociedade, não pode e não deve fugir a parcela de provação que lhe couber, consequência do vírus infiltrado no organismo coletivo. Assim cada um esteja atento ao chamamento governamental, quando lhe tocar a vez.

O dever dos espíritas com a sociedade, citado na ata, revelava-se em Pinhal da Serra nas ações da casa espírita Jesus de Nazaré. No Natal, realizavam-se festas para as crianças, com apresentações de cantos, poesias e dramatizações com teatro de sombras, distribuía-se presentes e alimentos. A farmácia de homeopatia mantida pela casa a partir da década de 1960, foi, por muitos anos, a única opção para acessar medicamentos, que eram distribuídos gratuitamente a quem precisasse.

A ata também traz o registro dos telegramas enviados em nome da casa espírita para o presidente Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro: “Temos honra de comunicar Vossencia que reunião hoje efetuada, fundado o Centro Espírita Jesus de Nazaré foi votada moção apoio a Vossencia, hora crítica vida mundo”. Outro para o Interventor Federal, em Porto Alegre: “Reunião hoje realizada Vila Pinhal, décimo distrito Vacaria, fundação Centro Espírita Jesus de Nazaré, votada foi moção integral apoio espíritas, governos República, Estado, motivo hora grave passa”. Percebe-se,

⁴⁰ Francisco Spinelli chegou ao Brasil em 1911, fixando residência em Vacaria. Alguns anos mais tarde mudou-se para Bom Jesus, onde tornou-se espírita. Em 1946 transferiu-se para Porto Alegre, tornando-se presidente da Federação Espírita do Rio Grande do Sul e membro da Federação Espírita do Brasil até sua morte, em 1955.

no discurso dos espíritas, a influência das políticas nacionalistas do governo Vargas, assim como o apoio destes religiosos aos governantes, explícito nos telegramas enviados.

A convivência entre católicos e espíritas em Pinhal da Serra foi harmoniosa. Muitos católicos frequentavam as festas de natal e recorriam à farmácia homeopática, assim como os espíritas participavam das festas promovidas pela capela. Além das festas, nos finais de semana realizavam-se corridas de cavalo, torneios de laço, jogos de futebol e bailes. Muitos desses bailes aconteceram no antigo salão paroquial da capela de São José, construído pelo senhor José Pessoa.

Fotografia 12 – O professor José Tadeu Marques da Silveira e Marcos Consuelo da Costa, em frente ao antigo salão paroquial. O salão localizava-se onde hoje é a Unidade Básica de Saúde.



Fonte: Arquivo pessoal Denize Gallio da Silveira.

Com a instalação de um moinho na jusante do rio Lajeado, ou Arroio dos Potreirinhos, passou a ser chamado de Arroio do Engenho. No moinho, o milho era transformado em farinha e quirera. Muitos moradores também utilizavam os moinhos para descascar o arroz produzido e levavam seus produtos a cavalo, em cargueiros, carros de boi ou carretas. Ao chegarem ao moinho, precisavam aguardar a sua vez para serem atendidos e muitos, inclusive, pernoitavam no local (KRAMER; KRAMER, 2004). Além do moinho localizado na sede, o rio movia mais dois moinhos, ambos construídos na comunidade de Santo Antônio.

Fotografia 13 – Antigas instalações do Moinho Santo Antônio.



Fonte: Arquivo pessoal Silvia Mara de Jesus Costa.

Devido à proximidade do Arroio do Engenho com as casas e as dificuldades do acesso à água, nas suas margens foram construídos tanques, alguns de pedra e outros de madeira, que represavam a água e a mantinham sempre limpa. Nesses tanques, as donas de casa lavavam suas roupas com o sabão por elas produzido: “existiam algumas mulheres que lavavam roupas para outras pessoas, cobrando por dúzia lavada” (KRAMER; KRAMER, 2004, p. 9). No mesmo local estavam os varais, onde as roupas secavam. Os tanques, local de trabalho diário das donas de casa, também eram espaços de convivência e de encontro entre as mulheres do povoado.

Em 1950, os senhores Nadir Miotto e Claudino Miotto construíram nas margens do Arroio do Engenho, para o lado de baixo dos tanques, uma serraria. A intenção da proximidade com o rio era o escoamento da serragem diretamente no curso da água, o que, com o tempo, provocou o seu assoreamento.

As densas matas de araucárias do território de Pinhal da Serra, que faziam jus a sua designação, aguçaram o interesse da exploração madeireira e, com o passar dos anos, foram surgindo serrarias no distrito. Estas serrarias ficavam conhecidas pelos nomes ou sobrenomes dos seus proprietários. No povoado, além da serraria Miotto, foram proprietários de serrarias Olívio Rodrigues e Delvino Zanotto (1970). Na comunidade de São Cristóvão existiram pelo menos três serrarias, propriedades de Carlos Kuze e Guilherme Kuze (1930), Germano (1944) e Santo Tomazi, esta posteriormente vendida para Calvino Matté. A serraria Decarle

estava instalada em dois locais, uma na Serra dos Gregórios e outra em Santo Antônio. Também em Santo Antônio encontrava-se a serraria de Ludovico Savi Mondo. Na comunidade de Nossa Senhora da Conceição esteve em funcionamento, nas décadas de 1960 e 1970, a serraria de Mario João Fontana, e, no Campo Alto, a serraria era propriedade do senhor Ari Pacheco (1957). As serrarias Braguine (1940) e Gallio funcionavam na comunidade Barra Grande; já na Serra dos Gregórios estiveram em funcionamento a serraria Gasperin, cujos proprietários eram Vergílio, Paulo e Valdomiro Gasperin, e, no Tabuleiro, a serraria Adolfo Cola (1943).

Fotografia 14 – Funcionários da Serraria Savi Mondo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra
Fotógrafo: Antônio Bráulio Pereira, em 1960. / Acervo: Iracema Silveira Pereira.

Segundo Kramer e Kramer (2004), os pinheiros serrados “eram tão grandes que cortando apenas um dava para construir uma casa, somando mais ou menos trinta dúzias de madeira” (KRAMER; KRAMER, 2004, p. 12) O trabalho nas serrarias era organizado por equipes, iniciando por volta das cinco horas da manhã e encerrando somente ao anoitecer. Uma equipe trabalhava nas matas, cortando os pinheiros e transportando-os até a serraria.

As árvores eram cortadas com machado, mais tarde surgiram alguns serrotes grandes, em que cada um ficava numa ponta do serrote e, vagarosamente, serravam as árvores e pinheiros. As toras eram puxadas com bois carreiros, quantos fossem necessários para conseguirem arrastar as árvores, chegando até oito bois para levarem uma única tora (KRAMER; KRAMER, 2004, p. 11).

Quando as toras chegavam à serraria, tinha início o trabalho da segunda equipe, encarregada de serrar e empilhar a madeira. O motor da serra era movido pelo vapor produzido pelos caldeirões; era preciso cuidado, pois não havia reguladores de pressão. Certa ocasião, Serraria Savi Mondo, localizada na comunidade de Santo Antônio, explodiu⁴¹; a força da explosão, além de destruir totalmente a serraria, também devastou um moinho que havia nas proximidades.

Há cerca de cem anos os primeiros moradores se estabeleceram no povoado que originou Pinhal da Serra. Antes deles, os indígenas estiveram ali. Buscaram sempre a proximidade com os cursos de água. As mesmas águas abasteceram o povoado, geraram energia, movimentaram moinhos, lavaram as roupas das donas de casa e os tanques foram espaços de convívio social. As matas, com imensos pinheiros de araucárias, primordiais para o modo de vida dos índios da região, forneceram, também, a madeira para a construção de casas, igrejas e escolas.

Ao mesmo tempo, a história de Pinhal da Serra revela um contexto de exploração dos recursos naturais, desde a ação das serrarias nas matas, no início da povoação, até a inundação de seis mil hectares de mata atlântica com a construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande.

Fotografia 15 – A Usina Hidrelétrica de Barra Grande, no Rio Pelotas, iniciou atividades em junho de 2001.



Fonte: Prefeitura de Pinhal da Serra, Secretaria de Educação.

⁴¹ Não encontramos registro da data da explosão.

Além do impacto ambiental causado pelo alagamento de áreas de preservação, a implantação desta usina trouxe um forte impacto social, com o deslocamento de parte da população atingida para reassentamentos nos municípios vizinhos. Em alguns casos, somente com a intervenção do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) é que os agricultores e moradores atingidos pela obra conquistaram o direito a reassentamentos e compensações pelo impacto da usina em suas terras. O impacto social também foi sentido pelas escolas, pois muitas perderam alunos, que acabaram migrando para outras cidades.

Atualmente, existem seis escolas na área: três na sede do município e três estabelecimentos na área rural, que atendem cerca de 450 crianças e adolescentes da Educação Básica. Mas, nem sempre foi assim. Nos capítulos seguintes abordaremos a história da educação em Pinhal da Serra, nosso objetivo principal de investigação.

3.1.3 As iniciativas de escolarização

A educação sistematizada em Pinhal da Serra foi construída ao longo do tempo, ainda quando era distrito de Vacaria e Esmeralda. Parte da documentação sobre suas escolas e seus professores permanece com os municípios que o administraram. Por essa razão, iniciamos este capítulo com o contexto educacional anterior ao recorte temporal estabelecido, por considerar que o período entre 1963 e 1993 (recorte temporal desta pesquisa), é a sequência do desenvolvimento de processos educacionais que já sinalizavam um caminho. Para analisá-lo, buscamos documentos nos arquivos dos municípios de Vacaria, Esmeralda e Pinhal da Serra, que por terem sido um só, compartilham essa história.

Segundo Barbosa (1978), os primeiros moradores dos Campos de Vacaria não se descuidavam da alfabetização dos seus filhos. Não tinham escolas, “mas havia professores itinerantes, que eram contratados pelos estancieiros para ensinar a ler, escrever e as quatro operações. O professor contratado ficava morando na fazenda o tempo necessário à alfabetização dos filhos” (BARBOSA, 1978, p. 93) Barbosa lembra que, por vezes, também os filhos dos moradores da vizinhança tinham permissão para frequentar as aulas.

Em relação aos professores:

[...] eram professores esforçados, embora, às vezes, mal alfabetizados eles mesmos, como o professor Maurício Cedilhado, que por assinar seu nome com ç, acabou levando este apelido. Por cada filho alfabetizado, o professor recebia, em geral, uma rês (BARBOSA, 1978, p. 93).

O hábito de abrigar os professores nas suas casas, comum entre os estancieiros e homens de posse dos Campos de Vacaria, tornou-se uma característica da região, e é possível que essa prática tenha se estendido para Esmeralda e Pinhal da Serra. Grazziotin (2011), sobre as práticas de escolarização no Nordeste gaúcho no período de 1910 a 1940, destaca que

nos Campos de Cima da Serra, o desenvolvimento da educação de modo geral e do ensino rural de forma específica, está relacionado aos interesses da população em busca da ampliação das condições de estudo e reflete algumas marcas deste local, estando mediado não só pela escola, espaço delimitado, mas por outros espaços, como a casa de pais; esses mediante a contratação de um professor, recebem outras crianças além de seus filhos; a casa de professores, que hospedam os alunos de lugares distantes; as casas de famílias, onde muitas crianças *param* com o objetivo de frequentar uma aula próxima (GRAZZIOTIN, 2011, p. 198).

Essas eram formas de conduzir a educação para as populações rurais nos Campos de Cima da Serra, frente à ausência de escolas. Vale ressaltar que essa prática de alfabetização nas casas ou fazendas, apesar das boas intenções e dos esforços de seus idealizadores, estavam a serviço da elite, como afirma Gardelin (1996):

Por muitos decênios, a alfabetização, nas casas de fazenda, esteve a cargo de professores ambulantes. Perduraram, nas áreas afastadas até o começo deste século. [...] A alfabetização na casa grande permite à elite Vacariana (de Cima da Serra) a obtenção de conhecimentos que, para o homem comum, eram inacessíveis (GARDELIN, 1996, p. 38).

As aulas com professores em casa foram por um longo período o único meio de oferecer escolarização para as áreas rurais da região dos Campos de Vacaria. Os professores, pagos pelos fazendeiros ou mesmo pelos pais das crianças que frequentavam as aulas, geralmente vinham de outras cidades. Tinham acesso a esse espaço de escolarização aqueles que tinham condições financeiras ou aqueles que tinham a sorte de conseguir assistir as aulas junto com os filhos dos fazendeiros.

As escolas que surgiram estavam localizadas na Vila, atendendo a minoria da população, tendo em vista que a maioria residia nas áreas rurais. Os dados abaixo

apontam que em 1920, apenas 6,34% da população vivia na área urbana, enquanto 93,66% residiam no campo.

Quadro 5 – População de Vacaria.

População de Vacaria			
Ano	População	Área	Percentual
1920	30.000 habitantes	Urbana	6,34%
		Rural	93,66%
1940	32.874 habitantes	Urbana	18,50%
		Rural	81,50%
1950	41.722 habitantes	Urbana	18,56%
		Rural	81,44%
1960	56.598 habitantes	–	–

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1960. Até 1950, dados extraídos *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

Nos anos subsequentes, Vacaria cresceu e escolas foram fundadas nos distritos e na sede do município; entre elas, destacam-se as escolas religiosas, das Irmãs de São José, e a Escola São Francisco, dos padres Capuchinhos. Com a expansão das escolas, os níveis de instrução da população foram mudando, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 6 – Vacaria: nível de instrução.

Vacaria: nível de Instrução		
Ano	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
1920	30,44%	69,56%
1940	47,73%	52,27%
1950	49,99%	50,01%
1960	83,93%	16,07%

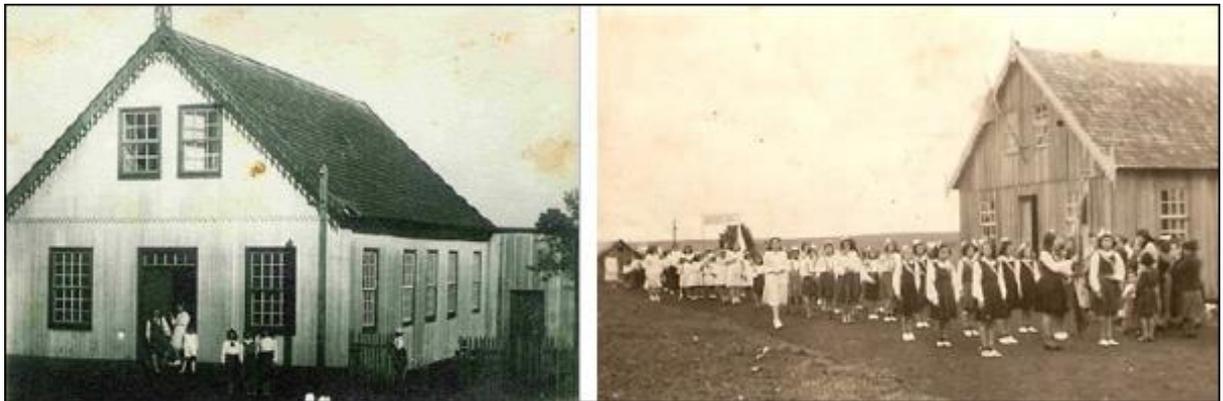
Fonte: IBGE, Censo demográfico 1960. Até 1950 dados extraídos *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

Se no início do século XX o acesso à escola era difícil na sede do município, nos distritos, onde as escolas só chegaram alguns anos depois, as adversidades foram ainda maiores. Segundo Martini (1996), os primeiros moradores de Esmeralda já se preocupavam com a alfabetização dos seus filhos, contratando para eles professores particulares:

[...] eles combinavam e traziam professores e cada família pagava uma quantia em dinheiro. Na capela o primeiro professor foi Antonio da Rocha Accioly. Lecionava num casarão onde hoje é a esquina da Avenida São João com a Rua 8 de Abril [...]. Ali foi a primeira sala de aula. Mais ou menos em 1920, esteve aqui como professor Amâncio Antônio Bernardino, vulgo Mano Lixa, um moreno, lecionava numa sala, num casarão onde funcionava a casa Comercial de Alexandre Frederico Kramer (MARTINI, 1996, p. 337).

O professor Francisco Castilhos dos Reis tomou posse na Intendência Municipal de Vacaria, em 1912, para exercer o cargo de professor público municipal da Capela de São João, no 5º distrito. O termo de compromisso (Anexo 3), evidencia que existia uma aula pública, onde as crianças do distrito eram alfabetizadas⁴²; entretanto, as aulas aconteciam na sede, considerando as distâncias e a extensão da área rural do distrito, as aulas públicas contemplaram apenas os moradores desses locais e das proximidades. O Grupo Escolar de Vila Esmeralda, fundado em 1937, foi a primeira escola pública do 5º distrito de Vacaria; a segunda escola foi instalada no interior no ano de 1959, a Escola Rural Santa Terezinha, na comunidade de mesmo nome.

Fotografia 16 – O Grupo Escolar de Esmeralda, na Rua Sete de Setembro, esteve em funcionamento neste espaço entre 1937 e 1960.



Fonte: Arquivo pessoal José Gerpes Paganella.

O Grupo Escolar foi a única escola da sede do distrito de Esmeralda até o ano de 1962, quando tiveram início as aulas no Educandário Nossa Senhora da Luz,

⁴² Após o professor Francisco Castilhos dos Reis, assinaram termos de compromisso para o exercício da mesma função os professores Theodoro Carneiro Borges Duarte, em 24 de abril de 1926, Celina de Moraes, em 27 de agosto de 1926, Estevão de Godoy Priuli, em 1º de julho de 1927, Francisca de Oliveira Bossle, em 1º de março de 1928, e Eudócio Theodoro dos Santos, em 22 de setembro de 1928. Em 4 de maio de 1926, a comunidade de Guabiju, no mesmo distrito, recebe o professor Felipe Silveira de Moraes.

administrado pelas Irmãs Franciscanas⁴³. Esta escola, que ofertava o ensino primário para meninos e meninas, atendia a elite da localidade e recebia como internas algumas alunas do interior de Esmeralda, assim como do distrito vizinho, Pinhal da Serra.

Fotografia 17 – Educandário Nossa Senhora da Luz e uma das suas salas de aula, em 1968.



Fonte: EEEM Marcílio Marques Pacheco.

Ainda antes da construção da escola, com a visita do governador Leonel Brizola no distrito de Esmeralda, em 2 de maio de 1959, ficou estabelecido que o Educandário Nossa Senhora da Luz seria subvencionado pelo Estado. “O colégio passou a receber 200 mil cruzeiros por ano e três mil para cada religiosa por mês” (BARBOSA, 1984, p. 204). O repasse de recursos públicos para escolas privadas foi comum durante o governo Brizola, e se concretizavam através da assinatura de convênios e acordos com as instituições de ensino (QUADROS, 2003).

⁴³ Segundo Barbosa (1984), em 24 de setembro de 1945, as irmãs de São José de Vacaria visitaram Esmeralda e foram convidadas para se estabelecerem no distrito com um colégio. As obras de construção desta escola iniciaram em janeiro de 1960. Mesmo com o convite feito para as irmãs de São José alguns anos antes, o colégio foi confiado às Irmãs Franciscanas vindas da Bahia. As aulas Educandário Nossa Senhora da Luz iniciaram em 5 de março de 1962.

Fotografia 18 – À esquerda, as Irmãs Franciscanas, vindas da Bahia, que administraram o Educandário Nossa Senhora da Luz entre 1962 e 1966: à direita, Frei Angelo de Alfredo Chaves, Frei Celso Chesini, professora e estudantes de 4º e 5ª série do curso primário do Educandário.



Fonte: Arquivo pessoal Inara Giordano.

Silva (1996) aponta a situação escolar do 5º distrito como um dos motivos pelos quais os esmeraldenses desejavam emancipar-se nos primeiros anos da década de 1960: “o setor educacional deixava muito a desejar, tendo em vista que as raras escolas que o distrito possuía eram estaduais e as municipais funcionavam em parceria com os fazendeiros” (SILVA, 1996, p. 335).

Após a emancipação, Esmeralda vivenciou um período de organização das escolas no interior e ampliação da oferta dos níveis de ensino na sede, antes restritos ao ensino primário. A presença de estudantes pinhalenses nas escolas em Vacaria e Esmeralda foi comum por muitos anos, era um meio de alcançar a oferta de níveis de ensino que não existiam em Pinhal da Serra.

3.1.4 Os primeiros professores

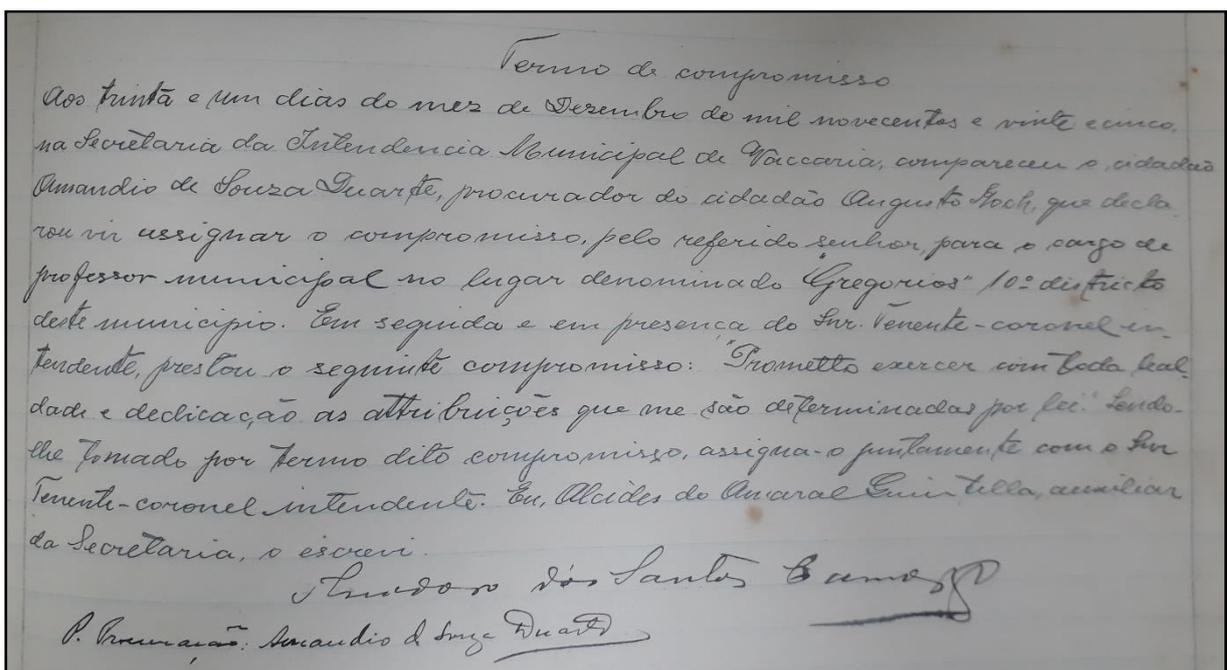
Desde o seu surgimento como povoado até 1963, Pinhal da Serra foi administrado por Vacaria. Com a emancipação de Esmeralda, tornou-se parte do seu território, assim como Gregórios, situação que perdurou até 2000⁴⁴. Compartilhou com esses locais algumas situações educacionais e vivenciou outras, particulares do seu território. Como em Vacaria e Esmeralda, foi comum em Pinhal da Serra as aulas com os professores em casa, geralmente financiadas pelos

⁴⁴ Apesar da criação do município datar de 17.4.1996, em virtude das disputas judiciais pela emancipação, Esmeralda administrou Pinhal da Serra até sua instalação em 2001.

fazendeiros, que permitiam que os filhos de seus capatazes e de seus vizinhos assistissem as aulas.

Somente a partir da segunda metade da década de 1920 encontramos registros da presença de professores públicos, contratados pelo município de Vacaria, para atuar no 10º distrito, São José do Pinhal, que havia sido fundado em 1924. Entre esses registros o mais antigo é o termo de compromisso assinado pelo senhor Carlos Gasser, em 30 de dezembro de 1925, na Secretaria da Intendência de Vacaria, para assumir a função de professor municipal. No dia seguinte, 31 de dezembro de 1925, compareceu na mesma secretaria o senhor Amândio de Souza Duarte, como procurador do professor Augusto Koch, que assinou o termo de compromisso para que o senhor Augusto assumisse a função de professor Municipal na comunidade de Gregórios.

Figura 9 – Termo de compromisso do professor Augusto Koch, em 1925.



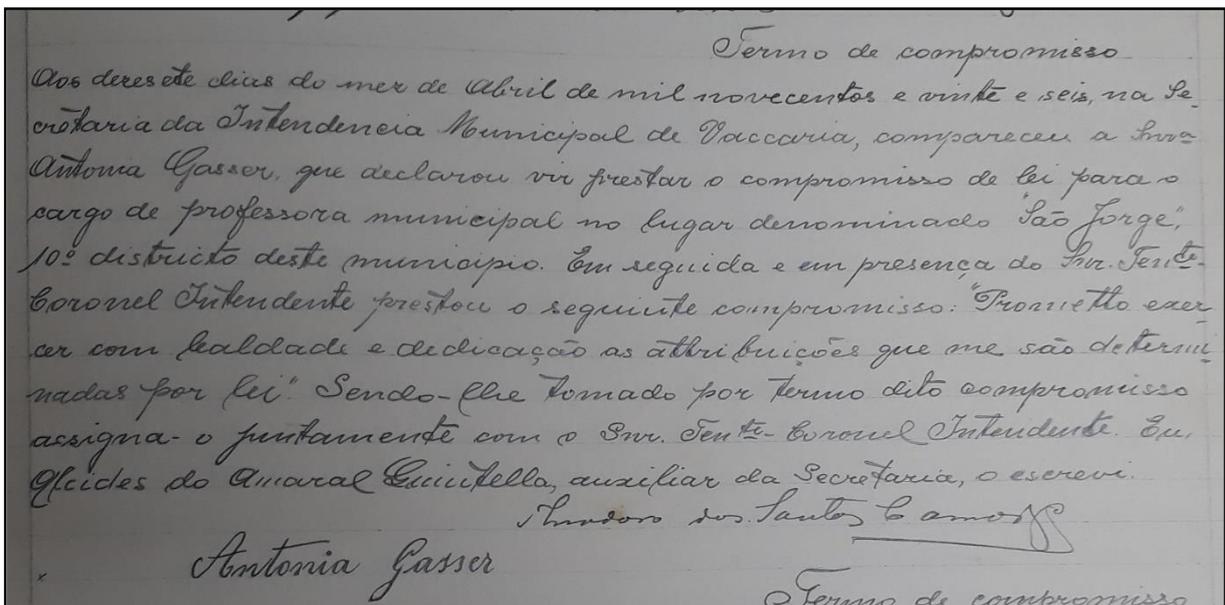
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Vacaria, Livro 02, Folha 58-A.

No ano seguinte, em 1926, o 10º distrito recebe uma professora: a senhora Antônia Gasser⁴⁵ passa a lecionar na comunidade de São Jorge. Em 1928 registram-se a assinatura de novos termos de compromisso: a professora Celina Moraes, que já ministrava aulas no 5º distrito em 1926, torna-se professora municipal na sede do 10º distrito; o professor Eudócio Theodoro dos Santos e o

⁴⁵ O sobrenome Gasser pode indicar algum vínculo de parentesco com o professor Carlos Gasser.

professor Augusto Koch, este último na comunidade de Gregórios. Em 1929 encontramos a assinatura do termo de compromisso pelo professor Eduardo Antônio de Oliveira e, em 1930, os professores Maximiliano Francisco de Souza e Virgílio Carneiro Borges. Felipe Silveira de Moraes tornou-se professor na comunidade de Gregórios no 10º distrito, em 1931. No mesmo ano o professor Henrique Albino Brandão assumiu o cargo para a sede do distrito.

Figura 10 – Termo de compromisso da professora Antônia Gasser, em 1926.



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Vacaria, Livro 02, Folha 63-A.

Considerando que, assim como o professor Felipe, a professora Celina e o professor Augusto constam em mais de um registro de termo de compromisso no livro de posse da Intendência de Vacaria, é possível que esses professores tenham sido contratados por um período de tempo, necessitando retornar à Intendência para renovar seus contratos⁴⁶.

Durante a década de 1920, os registros nominam os professores somente para a sede do distrito e para as comunidades de Gregórios e São Jorge; na década de 1930 outras comunidades passam a receber professores municipais (Apêndice F), como a Porteira do Pinhal e o Rincão dos Lourenços, na comunidade de Nossa Senhora da Conceição. Em 1940, outras comunidades são nominadas nos registros, como Campo Alto, Rincão do Gramado, Barra Grande e Cerro Alegre, revelando a

⁴⁶ Não foram encontrados no arquivo da Prefeitura de Vacaria outros documentos que pudessem comprovar o período de atuação desses professores. Os termos assinados pelos professores

ampliação do alcance das aulas públicas para o interior do distrito. Muitos desses professores contratados pela prefeitura de Vacaria, assim como os professores particulares, lecionavam em suas casas.

As aulas com os professores municipais não significaram o fim das aulas com os professores particulares, que continuaram acontecendo, principalmente nas comunidades mais distantes, onde o acesso era mais difícil.

Na década de 1940, os índices de analfabetismo da população do 10º distrito ainda eram expressivos. A inexistência de escolas públicas no local não passou despercebida aos fundadores da Casa Espírita Jesus de Nazaré, que, em 1942, enviaram um telegrama para Porto Alegre, para o Secretário da Educação, Dr. Coelho de Souza:

Temos honra comunicar Vossencia que em concorrida reunião hoje realizada Vila Pinhal, décimo distrito Vacaria, acabamos fundar Centro Espírita Jesus de Nazaré pt. Nosso primeiro ato dentro do postulado cristão é apelar Vossencia fundação do Grupo Escolar espalhar luz dezenas crianças, puros brasileiros, envoltos trevas analfabetismo.

A referência feita pelos espíritas às crianças do distrito de Pinhal da Serra como “puros brasileiros”, utilizando sua origem como argumento para a fundação de um grupo escolar, permite perceber a influência das políticas nacionalistas do Estado Novo, que estimulava o patriotismo, intensificava o ensino de história e geografia do Brasil e fiscalizava as escolas nas áreas de imigração, proibindo o uso de qualquer língua estrangeira nas escolas, assim como em reuniões e assembleias públicas (KREUTZ, 2011). A Casa Espírita Jesus de Nazaré ofertava aulas dominicais de reforço escolar para as crianças, além das atividades nos grupos de evangelização, que contavam com um calendário de atividades ao longo do ano letivo⁴⁷.

Na mesma década a população do 10º distrito era de pouco mais de três mil habitantes, como mostra o quadro abaixo. É possível que nas décadas anteriores este número tenha sido ainda mais expressivo.

Quadro 7 – População do distrito de Pinhal da Serra.

Ano	População	Área	Percentual
1940	3.141 habitantes	Urbana	6,7%
		Rural	93,3%

Fonte: BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre: EST, 1978.

mencionados trazem as seguintes definições para o cargo: professor municipal e professor municipal subvencionado pelo Estado.

⁴⁷ Informações obtidas no livro de atas da Casa Espírita Jesus de Nazaré.

Diante dessa realidade essencialmente rural e da ausência de escolas, o improvisado dos espaços foi prática comum, e as aulas aconteciam na casa dos professores ou nos salões das capelas da comunidade. Por volta do ano de 1938 o salão da capela de São José, na sede do distrito, foi cedido para o funcionamento da Aula Pública Subvencionada Mista Estadual de São José do Pinhal, que, em 1938, foi frequentada por 24 crianças de turmas de 1ª, 2ª e 3ª série do curso primário. No ano seguinte, em 1939, com a oferta da 4ª série, as matrículas somaram 50 alunos⁴⁸.

3.1.5 As primeiras escolas

Na década de 1940 surgem as primeiras escolas públicas estaduais do 10º distrito, o Grupo Escolar de Pinhal da Serra e a Escola Rural São Jorge.

As aulas subvencionadas que aconteciam no salão da capela de São José, deram origem ao Grupo Escolar de Pinhal da Serra, fundado em 29 de dezembro de 1944. Os professores Vilarina de Ataíde Pereira, Francisca Albertina Kuze e João Laurindo de Souza, que lecionavam na Aula Pública Subvencionada Mista Estadual de São José do Pinhal, passaram a dar aulas no Grupo Escolar de Pinhal da Serra.

Entre 1944 e 1953 a escola funcionou em um terreno nos fundos da Igreja de São José; no mesmo ano, um incêndio devastou a estrutura de madeira. A partir do incidente as aulas passaram a acontecer provisoriamente na casa da diretora do Grupo Escolar, a professora Vilarina de Atayde Pereira e, posteriormente, em casas alugadas⁴⁹.

Em 1959 o governador Leonel Brizola esteve em visita ao município de Vacaria, passando por Esmeralda e Pinhal da Serra. Durante o seu governo, Brizola colocou em ação o *Plano das duas mil*, que pretendia a construção de duas mil escolas no território gaúcho em dois anos (QUADROS, 2003). É possível que nesta data a questão da instalação por aluguel do Grupo Escolar, tenha motivado a

⁴⁸ De acordo com as atas dos arquivos da EEEM São Paulo de Tarso.

⁴⁹ Entre 1953 e 1957, o livro *Termo de visitas*, que registrava a passagem das autoridades e orientadores educacionais pela escola, não possui nenhum registro. No primeiro registro após o incêndio, em 14 de maio de 1958, a orientadora de educação primária, professora Ivanyr Melchior, esteve no 10º distrito, orientando a professora e estudando a possibilidade de aluguel de um prédio para o funcionamento do Grupo Escolar e menciona como possibilidade a casa de propriedade do senhor Gentil Subtil, ou ainda o salão paroquial que estava em construção.

construção de duas brizoletas⁵⁰ no distrito. Além desta que substituiu o prédio do Grupo Escolar da sede do distrito, outra foi construída na comunidade de Porteira do Pinhal, onde passou a funcionar a Escola Presidente Kennedy⁵¹.

A estrutura das brizoletas, apesar de simples, destacava-as das residências que existiam na comunidade no período. As escolas construídas em Pinhal da Serra durante o governo de Leonel Brizola, pertenciam ao que a Comissão Estadual de Prédios Escolares (Cepe) definia como Plano B. Esse modelo de construção de prédios de madeira era destinado às áreas rurais, de pequena densidade populacional, e foi o modelo que mais se expandiu sobre o estado durante o governo de Brizola, representando cerca de 53% do total edificado (QUADROS, 2003).

A brizoleta onde passou a funcionar a escola, foi inaugurada em 13 de junho de 1962, no mesmo ano, após uma reunião com o Conselho de Pais e Mestres, passou a chamar-se Grupo Escolar São Paulo de Tarso. Considerando que a minoria da população vivia na sede do distrito nessa época e que as dificuldades de transporte e de locomoção eram significativas, é possível afirmar que o Grupo Escolar oferecia uma educação formal para essa população, mas apenas a minoria podia usufruir dessa oferta.

Fotografia 19 – A brizoleta onde funcionou o Grupo Escolar São Paulo de Tarso foi inaugurada em junho de 1962. A mesma estrutura foi utilizada pela EEEM São Paulo de Tarso até 2018, inativada por questões de segurança.



Fonte: Arquivo EEEM São Paulo de Tarso.

⁵⁰ Denominação das escolas construídas por Brizola: “as escolas construídas no Rio Grande do Sul e que se popularizaram como as brizoletas, ou as escolinhas do Brizola, constituíram-se num símbolo do governo e do próprio governador” (QUADROS, 2003, p. 62) Em agosto de 1961 o senhor Abrelino Vazzata, orientador de Educação Rural, aponta no livro *Termo de visitas* a precariedade do prédio e das instalações do Grupo Escolar de Pinhal da Serra, mencionando que o senhor Carlos Marzotto, que lhe acompanhava na visita era o responsável pela construção do novo prédio do Grupo Escolar.

⁵¹ Não encontramos registros sobre a data de construção dessa escola.

A segunda escola pública do 10º distrito foi fundada em 19 de maio de 1949, denominada Escola Rural da Capela São Jorge, com o início das aulas em junho de 1950. Essa escola, localizada na comunidade de São Jorge, foi construída com madeira beneficiada e distinguia-se das demais casas do distrito pelo tamanho e pela qualidade da construção; por essa razão servia como ponto de referência aos moradores a chamavam “escola do prédio”.

Fotografia 20 – Alunos Grupo Escolar de Pinhal da Serra, em 1967. A escola era frequentada pelas crianças que moravam na sede do distrito.



Fonte: Arquivo pessoal Salete Giordano da Silva.

Fotografia 21 – Estrutura em madeira que abrigou a Escola Rural São Jorge por mais de 30 anos, desmanchada pela Prefeitura de Pinhal da Serra em 2016.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra, Secretaria de Educação.

Como era a única instituição localizada no interior com um currículo voltado para o meio rural, com aulas práticas de lavoura, atendia alunos da comunidade de São Jorge e de comunidades próximas, como São Pedro e Santo Antônio. A Escola Rural da Capela São Jorge recebia professores⁵² estaduais que tivessem formação em Curso Normal Rural, que equivalia ao curso ginásial. Entretanto, os arquivos da escola revelam a presença de professoras municipais contratadas para o cargo de professora auxiliar.

Fotografia 22 – Alunos da Escola Rural da Capela São Jorge acompanhados da professora Caetana Elisa da Silva Pereira, 1958.



Fonte: Arquivo pessoal José de Oliveira e Silva.

A existência de escolas estaduais⁵³ no distrito de Pinhal da Serra garantiu educação pública às crianças que viviam nas comunidades próximas ao local onde estavam instaladas. O interesse da população em ampliar as condições de estudo e alfabetizar as crianças das demais comunidades originou as escolas municipais,

⁵² Os primeiros professores da escola foram Júlio Alessi (1950), Almida Bender (1951), Teonila Subtil (1951), Acidina Paim Padilha (1951), Laurindo Vanzin (1952), Helio Boff (1953), Olga Boeira Jance (1953), Célia Pessoa da Silva (1953), Caetana Elisa da Silva Pereira (1956) e Cecília Nunes Fernandes (1957).

⁵³ As duas escolas estaduais de Pinhal da Serra ainda estão em funcionamento, o Grupo Escolar é hoje a Escola Estadual de Ensino Médio São Paulo de Tarso. A Escola Rural da Capela São Jorge, funcionou com atividades curriculares rurais até junho de 1982, quando tornou-se Escola de 1º Grau Incompleto Paulo VI. Em 1996 essa escola foi transferida para a comunidade de Serra dos Gregórios como Escola Estadual de 1º Grau Paulo VI, trocando de endereço e estrutura física com a Escola Municipal Marcolino Chaves. Atualmente a EEEF Paulo VI atende cerca de 14 estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. A terceira escola estadual fundada em 1991 no território de Pinhal da Serra, originou-se de uma escola municipal, a EEEF Sebastião Antunes de Almeida surgiu da Escola Municipal São Luís.

que, mesmo com uma estrutura mais simples, se comparadas às escolas estaduais, compartilharam os desafios de educar no meio rural.

Muitas escolas municipais surgiram das aulas com os professores particulares. As atividades delas estavam condicionadas ao número de matrículas em determinada comunidade; por essa razão, os documentos registram datas de início, cessação, inativação e extinção das atividades escolares (Apêndice A).

No recorte temporal estabelecido por essa pesquisa (1963-1993), identificamos o funcionamento de 30 escolas rurais, assim distribuídas:

Quadro 8 – Escolas Rurais de Pinhal da Serra 1963-1993.

Escola	Localização	Administração
Afonso Pena	Rincão da Barra Grande	Municipal
Bernardo Pessoa	Porteira do Pinhal/Capela do Divino	Municipal
Dom Vital de Oliveira	Capela Consoladora	Municipal
Duque de Caxias	Serra dos Gregórios	Municipal
Epitácio Pessoa	São Pedro	Municipal
Érico Veríssimo	Tabuleiro	Municipal
João Pessoa (Antônio Raimundo dos Santos)	Capela da Conceição	Municipal
Marcolino Chaves	São Miguel/ Nossa Senhora da Saúde	Municipal
Miguel Couto	Capela da Conceição/ Rincão dos Loureços	Municipal
Nossa Senhora Aparecida	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Milocas	Municipal
Nossa Senhora de Fátima	Serra dos Gregórios	Municipal
Oswaldo Cruz	Cerro Alegre	Municipal
Plácido de Castro	Serra dos Gregórios/ Capão da Espera	Municipal
Presidente Castelo Branco	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Barbozas (Barbosas)	Municipal
Presidente Getúlio Vargas	São Cristóvão	Municipal
Presidente Kennedy	Porteira do Pinhal	Municipal
Princesa Isabel	Serra dos Gregórios/ Campestre da Boa Vista	Municipal
Rainha da Paz	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Milocas	Municipal
Ruy Barbosa	Serra dos Gregórios	Municipal
Sagrado Coração de Jesus	Serra dos Gregórios	Municipal
Santa Catarina	São Roque/Rincão do Gramado	Municipal
Santo Antônio	Santo Antônio	Municipal
São Jorge	São Jorge	Municipal

São Jorge (Escola Rural São Jorge – Escola Paulo VI)	São Jorge	Estadual
São Luís (Escola Sebastião Antunes de Almeida)	Campo Alto (Assentamento Nova Esmeralda)	Municipal/ Estadual
São Nicolau	Santo Antônio/ Fazenda do Boqueirão	Municipal
São Paulo de Tarso (Grupo Escolar)	Sede do distrito	Estadual
São Pio X	Campo Alto	Municipal
São Pio XII	Rincão dos Basílios	Municipal
São Vicente	Rincão dos Basílios	Municipal

Fonte: elaborado pela autora.

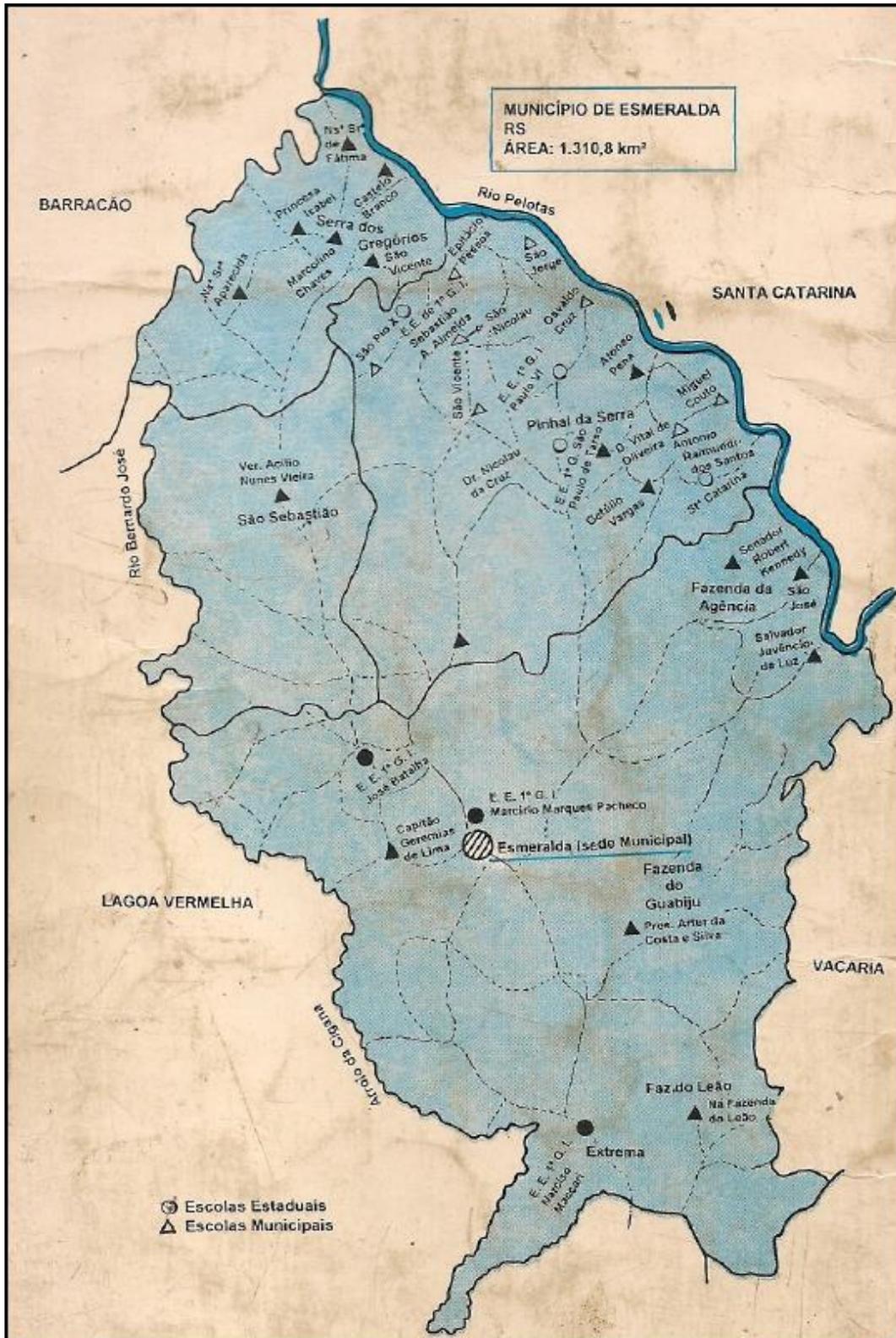
Possivelmente, a denominação das escolas tenha sido uma escolha dos pais e/ou do/a professor/a. Muitas carregam o nome das comunidades onde funcionavam, ou, ainda, a designação do santo ou da santa da capela da comunidade. Além dos santos e das santas estão ex-presidentes, políticos ou antigos moradores. Os nomes femininos, em menor número, estão relacionados a figuras religiosas, entre eles a exceção é a Escola Princesa Isabel. A escola que leva o nome da filha de Dom Pedro II foi a única escola municipal que sobreviveu ao tempo e ainda está em funcionamento.

Até 1963, as escolas municipais estavam sob a administração de Vacaria; os registros encontrados⁵⁴ sobre elas dizem respeito ao pagamento dos professores e ao pagamento de aluguéis para alguns deles, possivelmente do espaço nas suas casas, onde ministravam as aulas. No registro dessas aulas nos arquivos da Prefeitura Municipal de Vacaria, surgem como “escolas particulares” – o termo particular neste caso, empregado para constar que essas escolas funcionavam em casas particulares, as casas do professores.

A imagem na página seguinte, Figura 33, permite identificar, ainda no ano de 1991, a presença de vinte escolas entre as nomeadas na tabela acima. Apesar da imagem não representar todas as escolas identificadas, podemos perceber que a maior concentração está nas comunidades de Serra dos Gregórios e no distrito de Pinhal da Serra.

⁵⁴ Os únicos registros encontrados sobre essas escolas, anteriores à 1964 foram: o *Livro de Registros de Pagamento dos Professores Municipais de Vacaria* (com o nome do professor, a data de sua posse, o valor do vencimento e a data de realização do pagamento) e o *Livro de Posse* (onde consta o cargo: professor municipal, com a definição do local: 10º distrito).

Figura 11 – Mapa do município de Esmeralda em 1991, com a localização das escolas municipais e estaduais.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra (RS)

Após a emancipação Esmeralda vivenciou um período de organização das escolas no interior e ampliação da oferta dos níveis de ensino na sede, antes restritos ao ensino primário. De acordo com o Censo IBGE de 1970⁵⁵, 67,67% da sua população estava alfabetizada, 5,05% dos habitantes não estavam alfabetizados e 27,28% eram estudantes. Os 1.989 estudantes matriculados no período estavam distribuídos conforme o quadro abaixo.

Quadro 9 – Estudantes de Esmeralda.

Distrito	Número de estudantes	Área	Número de estudantes	Percentual
Esmeralda	785	Urbana	427	21%
		Rural	358	18%
Gregórios	381	Urbana	31	2%
		Rural	350	18%
Pinhal da Serra	823	Urbana	83	4%
		Rural	740	37%

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1970.

Os dados permitem observar a predominância da população rural no município, característica que revela também a importância da presença das escolas nos espaços rurais. Se olharmos especificamente para o distrito de Pinhal da Serra em 1970, percebemos que o maior número de matrículas do período, 740, ou 37% do total, eram de estudantes da área rural. É nesse contexto que se desenvolvem as práticas escolares, analisadas no capítulo seguinte.

⁵⁵ Os dados apresentados pelo Censo estão baseados na população residente com mais de cinco anos de idade.

4 ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS

Investigar a trajetória de professores rurais representa a possibilidade de produzir conhecimentos sobre um determinado tempo em determinado espaço. Neste capítulo, analisam-se as práticas e culturas escolares a partir das memórias de cinco sujeitos que vivenciaram a docência nos espaços rurais, indicando aspectos comuns e particularidades locais, compreendendo os entrelaçamentos que constituem a história da educação rural em Pinhal da Serra.

As transformações que a sociedade pinhalense vivenciou em sua constituição como município, a partir de 1996, reconfiguraram também os seus processos educativos. A existência das 30 escolas identificadas por este estudo estava ligada a uma realidade essencialmente rural e revelava a necessidade de oferta de uma escolarização formal para uma população que enfrentava adversidades ligadas ao isolamento do campo e às dificuldades de acesso à informação.

O olhar para essas instituições considera o pensamento de Viñao Frago (1995). O autor argumenta que cada instituição escolar possui uma cultura singular e também uma cultura plural, resultado do convívio de diversas culturas. Essa afirmação nos apresenta elementos para pensar as práticas que envolvem os processos educativos das escolas rurais de Pinhal da Serra, também a partir de Escolano Benito, pois “a escola foi e é um lugar de produção de cultura e essa cultura se objetiva nas práticas em que são operados os processos formativos” (ESCOLANO BENITO, 2010, p.12).

Escolano Benito (2017) define cultura escolar “como um conjunto de práticas e discursos que regularam ou regulam a vida das instituições de educação formal e a profissão docente” (ESCOLANO BENITO, 2017, p.19) As práticas escolares constituem-se como práticas culturais, pois “apresentam modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentido, partilhados social e historicamente” (VIDAL, 2006, p.158).

Essas práticas revelam características culturais do espaço onde foram geradas, em determinadas circunstâncias escolares e educacionais (VIDAL, 2006). Interessa-nos compreender tais práticas como representação da cultura escolar relacionando-as com o seu contexto. Como já pontuado, o processo de organização das escolas municipais rurais do território de Pinhal da Serra tem início com a instalação do município de Esmeralda em 1964; para a compreensão das práticas

escolares no espaço dessa pesquisa, deve-se também considerar o contexto educacional gaúcho e brasileiro.

No ano de 1959, Leonel Brizola⁵⁶ torna-se governador do estado do Rio Grande do Sul, após vencer a eleição do ano anterior com uma campanha eleitoral fortemente vinculada à educação, que propunha a erradicação do analfabetismo e a construção de escolas por todo o território gaúcho. Ao assumir a administração estadual, Brizola reestruturou a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), que considerava a mais importante do seu governo (QUADROS, 2003). Baseado em dados estatísticos sobre o analfabetismo no estado e o acesso à escola para as crianças entre 7 e 14 anos:

[...] o governo elaborou o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, que estabelecia duas metas a serem alcançadas pelo governo: a escolarização de todas as crianças em idade escolar, dos 7 aos 14 anos, e a erradicação do analfabetismo. Essas metas se consubstanciavam no lema adotado pelo governo: Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul (QUADROS, 2003, p.53).

Em 1961, o Brasil teve a sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei 4.024/61, durante o governo de João Goulart⁵⁷. Essa lei instituiu a obrigatoriedade escolar para crianças a partir dos 7 anos de idade e determinou que os municípios estruturassem as escolas de ensino fundamental nos espaços rurais, revelando assim uma omissão do governo brasileiro em relação a educação no campo. Apesar disso, mesmo com a obrigatoriedade figuravam algumas exceções, como no caso da insuficiência de escolas, da distância ou da pobreza; dessa forma, como a maioria da população rural enfrentava essas condições, a obrigatoriedade não chegou ao campo.

Brizola encerrou seu mandato como governador do estado do Rio Grande do Sul em 1963 e, no ano seguinte, “a Ditadura Militar veio por um golpe de estado contra o presidente Jango Goulart e, de certa forma, contra o líder petebista Leonel Brizola” (GHIRALDELLI JR., 2009, p.111) Durante os 21 anos da ditadura civil militar no Brasil, cinco generais passaram pela presidência da República.

⁵⁶ Enfatizamos as medidas educacionais do governo Brizola (1959-1963) por constituírem um programa que alcançou o território a que se refere o espaço desta pesquisa.

⁵⁷ Somente no ano de 1963, durante o governo de João Goulart, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. O estatuto significou a extensão da legislação social ao trabalhador rural, fornecendo as bases para a organização sindical do campo brasileiro.

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na presidência da República, se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional (GHIRALDELLI JR., 1992, p. 163).

O projeto dos militares para a educação ficou evidente após a aprovação da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. Enquanto a Lei 4.024/61 refletia os princípios liberais da democracia relativa dos anos 1950, sua substituta “a Lei 5.692/71 refletiu os princípios da ditadura, verificados pela incorporação de determinações no sentido da racionalização do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2º Grau” (GHIRALDELLI JR, 1992, p.182).

Elaborada sob a influência ideológica estadunidense e legitimando a proposta dos militares para a educação do país, esta lei nada propôs em relação a educação no espaço rural. Leite (1999) destaca três intenções implícitas na LDB de 1971:

Utilização do processo escolar, em todos os níveis de escolaridade, como meio de propagação, de divulgação e penetração do ideário nacionalista-militar do Estado, isto é, fazer prevalecer a ideologia empresarial-estatal; Controle político-ideológico-cultural, principalmente da classe operária, através da profissionalização e do currículo escolar mínimo desprovido de um conteúdo crítico-reflexivo; Recriação de infra-estrutura material e de recursos humanos adequados ao desenvolvimento do capital e da produção (LEITE, 1999, p.26).

Apesar do autoritarismo e da repressão imposta pelo regime militar, algumas possibilidades para a educação rural, ligadas aos movimentos de educação popular, começaram a ser pensadas. Entre elas se inserem os movimentos sociais ligados à igreja católica como os Centros Populares de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB), dirigido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tiveram como sustentação ideológica

[...] o trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos em favor dos desprotegidos da zona rural, cuja culminância se deu com a promulgação do Estatuto do trabalhador rural, lei 4214, de 2 de março de 1963 (LEITE, 1999, p.40).

As políticas industriais e agrícolas implementadas pelos militares “mudaram completamente a face do país, são outros os problemas e questões que se apresentam tanto para rural quanto para a educação rural” (DAMASCENO; BESERRA, p. 76, 2004).

É nesse contexto que encontramos os primeiros movimentos de organização das escolas rurais de Pinhal da Serra. Em 8 de abril de 1964, data da instalação do município de Esmeralda, as escolas existentes na área urbana de Esmeralda eram o Grupo Escolar, mantido pelo estado, e o Educandário Nossa Senhora da Luz, das Irmãs Franciscanas. No interior encontravam-se três escolas estaduais, a Escola Rural Santa Terezinha, na comunidade de Santa Terezinha e aquelas que pertenciam ao distrito de Pinhal da Serra: o Grupo Escolar de Pinhal da Serra, na sede do distrito, e a Escola Rural da Capela São Jorge, na comunidade de São Jorge.

Além das escolas estaduais⁵⁸ existiram escolas com professores municipais, como o a Escola Municipal Presidente Kennedy, uma brizoleta⁵⁹ localizada na comunidade de Porteira do Pinhal. Enquanto as escolas anteriormente citadas funcionavam em prédios próprios, as demais escolas funcionavam em estruturas mantidas pelas famílias, na casa dos professores ou ainda em espaços como a igreja das comunidades ou o salão paroquial, evidenciando certa informalidade e precariedade da educação voltada para a população das áreas rurais.

Com a administração territorialmente mais próxima das escolas, a partir de 1964, a situação dos documentos escolares começa a mudar, revelando a preocupação com a organização dos processos educativos no meio rural e a documentação das atividades escolares. Os primeiros registros dessas escolas com nomes e notas de alunos surgem nas atas de exames finais e atas de resultado final. A partir da LDB 4024/61 o professor torna-se o responsável pela elaboração de tais exames, os documentos identificados são registros simples, realizados em folhas de papel almaço, com a data, o nome dos alunos que prestaram as provas, o nome da escola, do professor e da diretora municipal de ensino (ANEXO 5).

A contratação de 30 professores/as pelo município de Esmeralda, em 15 de março de 1965, marca o início do movimento de regularização da situação dos docentes e também das escolas nas áreas rurais – Quadro 10, na página seguinte.

⁵⁸ As práticas analisadas por este estudo compreendem o espaço das escolas estaduais e municipais do território pinhalense. É importante destacar que as escolas estaduais guardam em seus arquivos livros e documentos desse período, enquanto a maior parte da documentação das escolas municipais se perdeu com o passar do tempo.

Quadro 10 – Professores nomeados em março de 1965.

Professor	Localidade
Aloí Vieira de Lima	São Sebastião, Gregórios
Altino da Costa Teixeira	Porteira do Pinhal
Alzira Augusta Kuze	Porteira do Pinhal
Ariolina Pereira Nunes	Serraria Gasperin, Gregórios
Balbina Mendes Maciel	Rincão dos Mendes
Cecília Nunes Teixeira	Serraria Gobatto, Santo Antônio
Celina Boeira de Almeida	Rincão dos Lourenços
Deoclécio Alves Fernandes	Rincão dos Basílios, Gregórios
Elna Vieira Maciel	São Pedro
Emílio Antonio da Costa	Campo Alto
Etelvina Barpp	Fazenda da Estrela
Helena Paganella	Rincão dos Potreirinhos
Jandira Marques Savi	Serraria Gobatto
João Maria Ferreira da Motta	Fazenda da Agência
João Maria Leite do Prado	Barra Grande
João Rubens da Costa	Campo Alto
Juvenil Nunes da Silva	Serraria Planalto, Gregórios
Leoni Messagi	Fazenda da Estrela
Lindóia Alves Paganella	Rincão dos Potreirinhos
Maria Elzi da Rosa	Granja Marques
Maria Eulides Pereira	Campestre da Boa Vista, Gregórios
Maria Joaquina da Silva	São Jorge
Maria Luísa Pereira Damasceno	Granja São Sebastião, Gregórios
Nilton da Silva Ramos	Baraúna
Orestes Soares de Oliveira	Granja São João Batista, Gregórios
Osvaldino Alves do Nascimento	Rincão dos Barbozas
Plínio Neri de Lima	Rincão da Cachoeira, Santa Terezinha
Tereza Bizzoto Fontana	Rincão dos Lourenços
Tereza da Silva Ramos	Serraria Alegretti
Vidermil Vieira de Lima	São Sebastião, Gregórios

Fonte: elaborado pela autora com base no Livro de Posses da Prefeitura de Esmeralda (RS).

Entre os/as 30 professores/as que assumiram a função em 1965, 25 atuavam nas comunidades rurais que hoje fazem parte do território de Pinhal da Serra. Entre eles, oito professores/as já lecionavam quando o território ainda pertencia à Vacaria: Alzira Augusta Kuze, Cecília Nunes Teixeira, Emílio Antônio da Costa, João Maria Leite do Prado, Juvenil Nunes da Silva, Lindóia Paganella Chaves, Orestes Soares de Oliveira e Tereza Bizzoto Fontana (Apêndice F).

⁵⁹ Por elas circularam os sujeitos entrevistados por este estudo, como alunos e também como professores.

Em 1965 o quadro docente era integrado por 34 professores, como podemos ver na imagem abaixo, dos/as professores/as acompanhados da diretora municipal de ensino, professora Lúcia de Almeida Brehm⁶⁰.

Fotografia 23 – Docentes de Esmeralda, em 1965.



Secretária de Educação, Lúcia Brehm Pacheco, e professores/as em frente ao Grupo Escolar, 1965.

- 1 – NI; 2 – Lorena Silveira; 3 – Jandira Marques Savi; 4 – Tereza da Silva Ramos;
 5 – Lindóia Alves Paganella; 6 – NI; 7 – NI; 8 – Deoclécio Fernandes; 9 – Orestes Soares de Oliveira;
 10 – João Maria Leite do Prado; 11 – Altino da Costa Teixeira; 12 – Elina Vieira Maciel;
 13 – Helena Paganella; 14 – NI; 15 – Nair Mendes; 16 – NI; 17 – NI; 18 – Horacília Silva; 19 – NI;
 20 – NI; 21 – NI; 22 – Alzira Augusta Kuze; 23 – NI; 24 – Maria Elzi da Rosa;
 25 – João Rubens da Costa; 26 – Silvana da Costa; 27 – Maria Eulides Pereira;
 28 – Ariolina Pereira Nunes; 29 – NI; 30 – Lúcia de Almeida Brehm; 31 – Ondina Lisboa;
 32 – Tereza Bizzoto Fontana; 33 – Maria Joaquina da Silva;
 34 – NI; 35 – NI; 36 – Elizabete Maria Machado Kramer.
 Fonte: Arquivo pessoal Hélio Salvador Varela do Prado.

⁶⁰ A primeira diretora municipal de educação de Esmeralda foi a professora Lúcia de Almeida Brehm, que esteve na função entre 1964 e 1965, nos anos seguintes o cargo foi ocupado pela professora Eroni dos Santos Duarte (1965-1966), Lêda Maria dos Santos (1967-1972), Luizinha Madalena Sganzerla Paganella (1973-1977), Maria Tereza Sgorla (1983-1988), Carmem Lúcia Mondadori Kramer (1989-1992) e Laira Maria da Silva (1993-1995). NI: Não identificado/a.

Os relatos sobre o ingresso e a posse desses professores municipais remetem à expansão do ensino primário no Rio Grande do Sul a partir de 1959, durante o governo de Leonel Brizola. A professora Ariolina, que tomou posse em 1965, recorda que prestou uma prova para iniciar o trabalho como docente.

[...] eles abriam os concursos e a gente fez esses concursos e fomos passando. Assim, eu me lembro de uma, que eu fui me esconder, que não escutar a Rádio Fátima perto do pai, de medo que eu tivesse rodado e o meu nome saiu primeiro, pela ordem alfabética [...] passamos numa turminha pouquinho e me encaixei naquela (Ariolina, entrevista, 2019).

O professor João Rubens, também do primeiro grupo de professores, menciona que antes da aplicação da prova do concurso público do Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (Sedep), participou de um curso preparativo:

[...] o primeiro concurso que deu na Esmeralda, preparativo foi durante uns sessenta dias. Reunia-se o pessoal e o pessoal se colocava normalmente em casas particulares, onde os pais eram interessados em dar a colocação para aqueles professores porque eles iam trabalhar para o município. Então cada família, daquelas mais influentes, dava alojamento para dois, três, quatro professores. Inclusive eu e Seu Altino e mais um, paravamos no Seu Nenê, durante o período do curso (João Rubens, entrevista, 2019).

As provas de que se recordam os professores, eram uma exigência do governo gaúcho para os municípios que mantinham acordos ou convênios com o estado. Para concretizar o *Plano das duas mil*, como ficou conhecido o plano de Brizola, que pretendia a construção de duas mil escolas em dois anos, organizou-se o Sedep e a Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE).

O Sedep foi o órgão criado e encarregado de gerenciar o Programa de Expansão Descentralizada do Ensino Primário. O programa, que apresentava características de uma experiência de descentralização da educação e tinha como lema ‘expandir, descentralizando’, baseava-se na celebração de convênios de colaboração envolvendo o Estado e os municípios. Por meio desses, os municípios informavam ao governo do Estado quais eram as suas necessidades em termos de prédios escolares e de salas de aula, e o Estado fornecia-lhes os meios técnicos e financeiros para a execução das obras (QUADROS, 2003, p. 65).

Segundo Quadros (2003), os dados fornecidos pelo governo⁶¹ informavam que até o ano de 1961, 147 dos 152 municípios gaúchos haviam realizado convênio com o Sedep, solicitando a construção de 4.110 escolas, destas, já haviam sido

construídas 2.711 e outras 384 estavam em construção no mesmo ano. As brizoletas construídas em Pinhal da Serra, no início dos anos 1960, revelam o alcance dessa política educacional estadual.

Em 1966, um ano após a posse dos primeiros professores de Esmeralda, o Sedep é extinto e substituído pelo DIMEP – Divisão de Municipalização do Ensino Primário⁶², cuja intenção era a mesma, manter, por meio de acordos e convênios dos municípios com o Estado, a articulação para a expansão da rede escolar e a descentralização do ensino primário. Assim, os professores eram contratados pela prefeitura, mas pagos pelo governo estadual, como recorda o professor João Rubens:

[...] eu era da Sedep na época, depois foi extinto aquele sistema. Funcionava via município, porque tinha essas siglas. Funcionava via município, o governo do estado pagava, repassava para o município, para pagar aqueles funcionários que pertenciam a essas escolas com essas siglas, eram aqueles que iam passando nos concursos. Já era professor, mas precisava de uma titulação. Quem passava na prova já se enquadrava naquele sistema que recebia o dinheiro, o estado repassava para o município que pagava porque também não tinha recurso, era pouco (João Rubens, entrevista, 2019).

O livro de registro de posse dos primeiros professores menciona o local para o qual foi designado, porém não há indicação do nome da escola, tendo em vista que somente em 10 de agosto de 1977, pelo decreto municipal nº 109, as escolas de Esmeralda foram criadas e denominadas (ANEXO 6). Possivelmente, este decreto, que cria as escolas de 1º Grau Incompleto, buscou atender ao prescrito pela LDB 5.692/71, que agrupou o curso primário e ciclo ginásial no ensino de 1º Grau.

As escolas rurais pinhalenses geralmente são lembradas pelos nomes de suas localidades⁶³ que, por vezes, faziam referência às famílias que habitavam essas áreas, como por exemplo: Rincão dos Lourenços, Rincão dos Mendes, Rincão dos Carneiros, Rincão dos Barbozas, Rincão dos Basílios ou Rincão dos Milocas; outras, como Capão da Espera e Campestre da Boa Vista, são denominações já pouco conhecidas.

As comunidades mais distantes sofriam com a falta de professores. Uma delas era a comunidade de Gregórios, hoje chamada de Serra dos Gregórios, no

⁶¹ Segundo o autor, os dados informados pelo governo divergem dos dados oficiais do Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais, publicado pela SEC em 1961, segundo o qual o número de escolas construídas foi 1087, sendo 587 municipais e 500 estaduais.

⁶² Decreto estadual Nº 17.948, de 05 de julho de 1966.

⁶³ Por esse motivo os quadros dos apêndices de A até E levam a informação dos nomes das comunidades onde funcionaram essas escolas.

noroeste do território⁶⁴. Foi na Serra dos Gregórios que professora Erci iniciou a sua carreira como professora em 1966, na Escola Princesa Isabel:

Comecei dar aula porque faltava professora lá na Serra dos Gregórios, na Princesa Isabel. [...] isso foi em 1966, e eles vieram de Esmeralda ver se eu queria ir dar aulas, que era uma aula lá nos fundos, era nos Carneiros e era difícil até professor para ir para lá. E eles vieram ver se eu queria ir e eu louca de medo, nunca tinha saído de casa, fui para experimentar. Cheguei lá, era a Maisa que dava aula, aí comecei, naquele tempo a dar aulas, ela dava aula de manhã e eu a tarde (Erci, entrevista, 2019).

Assim como a professora Erci, a professora Olívia também começou a lecionar na Serra dos Gregórios, na Escola Sagrado Coração de Jesus:

[...] O Dimas, que era meu primo e muito amigo do pai, foi lá em casa para mim lecionar em algum lugar. Ele falou com o seu Getúlio Pacheco, em Esmeralda, que era vereador e tinha um lugar para que eu lecionasse lá nos Gregórios. O pai estava achando ruim, que era muito longe e aquela coisa toda, o Dimas quase amanheceu lá em casa convencendo o pai a me deixar ir lecionar. [...] era na Encruzilhada dos Silveiras, uma escolinha pequenininha. Comecei no dia primeiro de abril de 1970. Já tinha começado o ano, não tinha professor porque ninguém queria ir para lá (Olívia, entrevista, 2019).

A contratação⁶⁵ dos professores considerava o seu nível de formação, que, embora muitas vezes fosse somente o curso primário, significava um diferencial, considerando o baixo nível educacional da maioria da população. As relações políticas entre as famílias muitas vezes interferiam na oferta dos contratos, segundo Souza e Grazziotin (2013).

[...] havia concepção de que o professor primário deveria ser profundamente enraizado na localidade em que leciona. Este aspecto permitia que se admitissem professores leigos e/ou com formação primária. Nas distantes localidades rurais, quando o professor não era indicado por outro docente à comunidade do lugar discutia e chegava a um consenso e as autoridades realizavam o convite ao futuro professor do SEDEP (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2013, p. 301).

Mesmo após a substituição do Sedep pelo DIMEP, os convites para os professores continuaram acontecendo. A precariedade do acesso à educação transformava em professor aquele que possuía maior tempo de estudo e demonstrava interesse para exercer a função “[...] seria para dar aulas o que soubesse mais, um pouquinho mais que os outros” (João Rubens, entrevista, 2019). Muitos eram atraídos pela possibilidade de um salário fixo, o que não era comum no

⁶⁴ A Serra dos Gregórios encontra-se a 38 quilômetros da cidade de Esmeralda e a 25 quilômetros da cidade de Pinhal da Serra, ligadas por vias não pavimentadas.

meio rural. “Naquele tempo era um bom emprego, era o emprego que tinha, não tinha outro” (Erci, entrevista, 2019). Entre os primeiros professores de Esmeralda, a maioria possuía o curso primário, poucos tinham a formação ginásial, como recorda a professora Olívia:

Como eu já tinha o ginásio, eu era uma das poucas professoras que tinha o antigo ginásio, a maioria dos professores tinha, em média, até a 5ª série, que era o que se exigia na época dos municípios para dar aula nas escolas até a 4ª série, então, a maioria dos professores tinha a 5ª série e davam aula até a 4ª série [...]. Depois, com o tempo, o pessoal foi fazendo, foi fazendo o supletivo e foram adquirindo e fazendo o curso ginásial. Alguns depois fizeram o curso normal (Olívia, entrevista, 2019.)

Ao contrário dos contratos municipais, rede estadual de ensino, já nessa época, exigia a formação ginásial, demanda que agravava ainda mais a situação da falta de professores nas áreas rurais. A contratação dependia da formação do candidato e da disponibilidade da vaga. Sobre sua contratação, o professor José nos conta que

Naquela época, a delegacia de educação era Caxias, 4ª Delegacia de Educação de Caxias, que atendia toda a região. Fui lá, foi só chegar e já sai com a indicação para me apresentar na escola, urgente. Fui dia 29 de março, dia 1º de abril tinha que começar lá no Prédio, já estava autorizado, com a apresentação na mão, oficializado. Voltei, peguei minhas coisas e fui trabalhar (José, entrevista, 2019).

Durante os primeiros anos de funcionamento da Escola Rural da Capela São Jorge, trabalharam na escola professores vindos de outras cidades, como Viamão, Santo Antônio da Patrulha e Caxias do Sul. Poucos pinhalenses tinham o curso ginásial e a falta de professores com formação para atender as numerosas turmas da escola abriu vagas para que professores contratados pelo município, sem a formação ginásial, trabalhassem enquanto professores auxiliares (Apêndice H).

Como os/as professores/as lecionavam em comunidades distantes, era comum que as famílias da comunidade os abrigassem em suas casas ou que estes/as os/as professores/as buscassem hospedagem na casa de algum parente ou conhecido. *Parar*⁶⁶ com alguém constituía uma necessidade e uma alternativa para os/as professores/as rurais diante das distâncias e da precariedade dos meios de transporte. Nas narrativas, os/as professores/as não comentam sobre algum tipo

⁶⁵ Nas fichas de trabalho dos professores municipais entrevistados a forma de admissão definia-se como “contrato verbal” ou “contrato de trabalho”.

⁶⁶ Termo regional que significa morar com alguém.

de pagamento, revelando um exemplo de solidariedade compartilhada, prática que diz respeito talvez a cultura da região (GRAZZIOTIN, 2011).

Tinha uma casa, a casa do falecido Francisco Carneiro, era ele que era o dono do ônibus, que era o ônibus, era uma camionete naquele tempo, então eu fui lá para a casa dele. Fiquei morando com eles, parando na casa deles. [...] Era tranquilo, era bom. Apesar de a gente passar dificuldade para ir lá e ficar longe da família (Erci, entrevista, 2019).

A professora Olívia também relata que foi recebida por uma família da comunidade onde lecionava, na Encruzilhada dos Silveiras:

Eu parava na casa do senhor Aurélio Nunes da Silveira, ficava uns dois quilômetros da escola, eu tinha que ir a pé pela estrada. Tinha a filha dele, a mais nova que ia para a escola também, ia comigo. Quando tinha que vir dos Gregórios para ir em casa ou em Esmeralda, vinha de ônibus, era uma loucura. Vinha e não tinha como voltar, porque funcionava alguns dias por semana, era quase uma semana que se perdia para ir e voltar em Esmeralda, da Serra dos Gregórios. Era muito difícil, as pessoas quase não tinham carro, era muito difícil (Olívia, entrevista, 2019).

Morar na escola era outra alternativa, mas poucas contavam com estrutura para receber os/as professores/as. A professora Ariolina nos ajuda a perceber como eram essas moradias.

Eu morava na escola e a outra professora morava na casa dela. Eu e a neta do falecido João Laurindo, que era professor, nós morávamos repartido. A casa, tinha uma casa fora o colégio. Ela morava na metade e eu na outra metade. [...] tudo bem dividido assim, bem apertado, mas bem dividido. Cada qual com a sua parte (Ariolina, entrevista, 2019).

Na Escola Rural da Capela São Jorge, que chegou a atender mais de 100 alunos durante a década de 1960, a moradia do diretor era dentro escola. A professora Caetana Elisa da Silva Pereira era catarinense e vivia em Vacaria; chegou em Pinhal da Serra no ano de 1956, permanecendo mais de uma década na função de diretora, residindo na escola.

Ela morava no mesmo prédio. Tinha duas salas, mas era só uma sala e a parte da moradia e onde ela tinha a administração. Tinha dois quartos, cozinha, uma salinha, o banheiro era fora naquele tempo, depois dentro (José, entrevista, 2019).

Com exceção da Escola Rural da Capela São Jorge⁶⁷ e das brizoletas, onde funcionavam o Grupo Escolar São Paulo de Tarso e a Escola Presidente Kennedy,

⁶⁷ Existiram duas escolas com nome semelhante, a Escola Rural da Capela São Jorge que pertencia ao estado e ficou conhecida como Escola do Prédio e a Escola Municipal São Jorge.

as demais escolas rurais de Pinhal da Serra possuíam uma estrutura simples, construída em madeira. Nos primeiros anos do município de Esmeralda, muitas continuaram a existir nas casas dos professores, como relata o professor José,

Depois que Esmeralda se emancipou, o Dr. Orly foi criando as escolas municipais. Foi criada a do São Jorge lá embaixo, foi criada a da Barra Grande, o senhor João Maria lecionava primeiro na casa dele, muitos anos lecionando na casa dele, quem construiu aquela da Barra Grande foi o Seu Irineu, já isso em 1970 e poucos, foi quando eu vim para Esmeralda. Foi construída no Santo Antônio, São Pedro, São Jorge, lá nos crentes (José, entrevista, 2019).

A construção de uma nova escola estava condicionada ao número de matrículas para o ensino primário e ao jogo de relações e interesses políticos. Como afirma a professora Olívia, “*era uma questão política, a comunidade que queria uma escola e buscava através dos vereadores, dos prefeitos [...]*” (Olívia, entrevista, 2019). O professor José, que foi vereador em Esmeralda entre 1964 e 1972, relata como funcionava esse processo:

Começamos a fazer os pedidos. O Dr. Orly dizia: vocês pensam que eu vou fazer tudo isso aí? Não tenho como fazer, não tenho dinheiro. Então ele mandava fazer os levantamentos, preenchíamos o requerimento e os pais e moradores das localidades assinavam (José, entrevista, 2019).

Quando o poder público não resolvia a questão escolar, muitas vezes as próprias famílias das áreas rurais se organizavam para manter ou fundar uma escola, como afirmam Souza e Grazziotin (2013),

[...] na região rural era comum a comunidade se responsabilizar pela compra do terreno (para construção da escola) e/ou providenciar o espaço a ser alugado pelo governo. Em alguns casos os próprios colonos doavam meio hectare de terra para que a escola fosse instalada na localidade (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2013, p. 302).

Assim aconteceu com a construção da Escola São Pio X, no Campo Alto, no início da década de 1970. O professor João Rubens foi transferido para essa escola em 1968 e relata como foi providenciado o espaço para a construção da escola.

Era um prédio municipal, porque naquele período foi criado o município. Então, como lá a população do Campo Alto também era minha gente, nós conseguimos um terreno de 40m x 50m para ser feita uma escola, com o documento do terreno passado para o município. [...] Uma doação em sistema de um comodato, então foi feito em sistema de doação até quando existisse a escola, quando a escola fechou, o terreno voltou para o dono que havia doado (João Rubens, entrevista, 2019).

A Escola São Pio X esteve em funcionamento entre 1965 e 1996, entretanto, ainda antes da construção do prédio em madeira, as aulas já aconteciam nas casas particulares. A professora Silvana de Oliveira da Costa foi a primeira a ser contratada pelo município de Esmeralda a lecionar nessa escola, que depois recebeu os professores Emílio Antônio da Costa, Eva Borges de Mattos, Eugênio Ferreira da Costa, até a chegada do professor João Rubens da Costa, em 1968.

O professor João Rubens iniciou a carreira ainda jovem, aos 15 anos, alfabetizando os seus irmãos mais novos, as crianças da vizinhança e quem mais tivesse interesse em participar das aulas que organizava na sua casa.

Vinham de manhã ou de tarde e estudávamos umas duas horas, jogava futebol, depois lavava, porque não se tinha compromisso com nada, era a vontade. Mas eles tinham o compromisso de estudar para depois jogar. [...] quem sabia alguma coisa ensinava àqueles que não sabiam nada. [...] ia até gente grande, porque se lidava muito com fazer as contas, que era o principal que a pessoa ocupava para fazer negócio de venda de porco, de galinha, negociar qualquer coisa. Aqueles que já sabiam e vinham só para brincar serviam para ajudar a ensinar os outros (João Rubens, entrevista, 2019).

O atrativo das aulas eram as brincadeiras, principalmente os jogos de futebol, no campo construído ao lado da casa. “*Quem não soubesse ler e não soubesse fazer as contas não jogava. Era a recompensa. Então, determinava-se algo, depois que soubesse aquilo podia laçar vaca parada ou jogar bola*” (João Rubens, entrevista, 2019). A Escola São Luís, construída na propriedade do senhor Olímpio Antônio da Costa, pai do professor João Rubens, surgiu a partir dessa iniciativa.

Com aquele movimento, nós fundamos uma escola oficial lá. [...] A gente deu a casa enquanto existiu a escola. Fizemos de madeira bruta, o assoalhado ajeitadinho, mas no sistema da época. [...] Aquela aula começou oficialmente quando começou o município de Esmeralda, em 1964. Depois em 1965 a Silvana foi para o Campo Alto e eu fiquei de titular ali, porque quando ela não ia na aula era eu que dava aula (João Rubens, entrevista, 2019).

O prédio da Escola Miguel Couto, no Rincão dos Lourenços, vivenciou um processo semelhante. Os documentos registram o funcionamento desta escola desde 1947, nas casas dos professores particulares, dada a ausência de prédios escolares na localidade nesse período. Em 1964, as aulas da Escola Miguel Couto aconteciam na casa da professora Celina Boeira de Almeida, que residiu na comunidade até o final de 1970. Em 1971, com a possibilidade de lecionar próximo da sua casa, a professora Olívia solicitou transferência da Serra dos Gregórios para a Escola Miguel Couto, no Rincão dos Lourenços.

Lembro que comecei dando aulas lá em casa, num galpão improvisado, ao mesmo tempo em que construíam a escola. [...] As famílias eram numerosas, eu tinha mais de vinte alunos. E escola foi construída por influência do Antoninho Ivo e nas terras do pai. Fizemos um baile com escolha de rainhas, tudo na base do voto em dinheiro para comprar o material para a escola, foi comprado um fogão a gás, pratos, colheres, coisas que não tinha, era tudo improvisado, a gente levava lá de casa. Era tudo muito precário (Olívia, entrevista, 2019).

A estrutura de madeira, construída pela prefeitura de Esmeralda nas terras do senhor Francisco Antônio da Silva, abrigou a Escola Miguel Couto entre os anos de 1971 e 1996. Também lecionaram nessa escola as professoras Soingelene Melo da Silva e Maria da Silva Santos, irmãs da professora Olívia. A professora Olívia e o professor João Rubens experienciaram lecionar em um ambiente familiar, ensinando irmãos, primos e vizinhos, em uma escola construída e equipada com o esforço coletivo, evidenciando o papel das comunidades rurais na preservação e na construção das escolas nesses espaços.

As estruturas de madeira bruta que abrigavam as escolas rurais de Pinhal da Serra eram simples e continham o básico. Sobre a Escola São Luís, o professor João Rubens recorda:

[...] lá foi feito seis por cinco metros, os bancos a gente fazia semelhante a banco de igreja, então cada banco dava quatro ou cinco alunos. Funcionavam seis bancos, sete bancos e em cada banco sentavam quatro ou cinco crianças. O banco e a mesa eram agrupados. Tinha o quadro e de móvel tinha o básico, o armário de o pessoal guardar os livros, assim feito em casa. Foi feita uma cozinha, por causa da merenda, tinha a pia, tudo feito no sistema antigo. Funcionava tudo ali (João Rubens, entrevista, 2019).

A Fotografia 24, na página seguinte, da Escola Eptácio Pessoa, na comunidade de São Pedro, seguia o mesmo padrão de construção da Escola São Luís, descrito pelo professor João Rubens, com as mesas e bancos no mesmo móvel, onde sentavam cerca de cinco crianças, evidenciando um modelo de construção da estrutura e do mobiliário escolar.

Fotografia 24 – A professora Ariolina e seus alunos na sala de aula da Escola Epitácio Pessoa, em 1969. Além da estrutura e do mobiliário, podemos ver, no canto da sala, nas imagens de santos e das santas, o espaço ocupado pela religiosidade.



Fonte: Arquivo pessoal Ariolina Nunes Chilante.

A simplicidade das salas e as dificuldades de acesso a água eram situações que se repetiam nas demais escolas, formadas por uma ou duas salas de aula, cozinha e sanitários, que ficavam sempre para o lado de fora. Algumas escolas não possuíam cozinha; naquelas onde moravam professores, muitas vezes possuíam apenas a cozinha da casa do/a professor/a, em alguns casos era preciso pedir ajuda aos vizinhos, como nos conta a professora Erci: *“A água era puxada das casas, tinha esse vizinho que era o Seu Gurizinho, irmão do Seu Romeu, ele cedia a água para nós e o fogão para fazer a merenda”* (Erci, entrevista, 2019).

Apesar dos esforços da prefeitura de Esmeralda para organizar a educação na área rural, muitas escolas ainda alguns anos após a criação do município, funcionavam nas casas dos professores ou em instalações extremamente precárias. Como a Escola Sagrado Coração de Jesus, onde a professora Olívia foi dar aulas em 1970.

Não tinha cozinha, eu fazia a merenda lá nessa casa onde parava e levava para servir na escola, quando precisávamos ir ao banheiro tínhamos que pedir aos vizinhos. Não existia água e nem luz, era uma escola de madeira rústica, nem de madeira beneficiada, era muito, muito simples (Olívia, entrevista, 2019).

Além das dificuldades de acesso à água, não havia energia elétrica nas áreas rurais. Na sede do distrito, a energia gerada pela usina construída no Arroio dos Potreirinhos era suficiente apenas para manter as lâmpadas das moradias. No Grupo Escolar São Paulo de Tarso, a situação não era diferente.

Tinha uma luz de uma usina, mas era muito fraca e ali não tinha porque a escola não tinha as instalações nem de água e nem de luz aí foi feito poço para ter a água, mas aqueles poços nunca chegavam no fim porque era muito fundo, então era uma dificuldade de água que você nem imagina. Problema da água e a falta da luz, só que naquela época na escola nada funcionava a luz. O piso era um piso bruto, mais tarde, que teve a administração na Esmeralda que começou a organizar (João Rubens, entrevista, 2019).

A falta de água dificultava também a preparação da merenda, que era responsabilidade dos/as professores/as nas escolas que não contavam com merendeiras. “Era nós que tinha que preparar. Dava uma tarefa, corria lá na cozinha, preparava e tinha que estar para lá e para cá”, lembra Ariolina (entrevista, 2019). Cada professor/a organizava a forma de preparar e servir a merenda para os alunos, na Escola São Pio X, conforme o professor João Rubens:

[...] tinha a cozinha e uma salinha. Mas como éramos nós que fazíamos a merenda, porque não existia merendeira, então como morava ali, de noite a gente deixava a merenda praticamente pronta, organizada. Quando era de manhã cedo era só cozinhar (João Rubens, entrevista, 2019).

A chegada regular da merenda nas escolas mantidas pelo município aconteceu somente com a instalação de Esmeralda; antes, os alunos levavam sua merenda ou os próprios professores providenciavam o alimento, como acontecia na Escola São Luís.

Quando não recebia, então era feito a merenda, baseado no leite e muitas vezes farinha de trigo, farinha de milho. Depois se recebia, teve um projeto via Estados Unidos, não sei bem como funcionava, vinha uma aveia laminada, esmagada e um trigo também. [...] Eu mesmo preparava e depois tinha as meninas lá de casa que já eram grandinhas, então uma cozinava a merenda, outro dia outra, era intercalado. Lá em casa tinha bastante leite, então a gente tirava o leite a quantia que fosse necessária para todos. Se fossem necessários dez litros de leite, a gente tirava, não custava nada (João Rubens, entrevista, 2019).

Nas escolas estaduais do distrito a merenda demorava a chegar. Após 1964, o município de Esmeralda passou a ser o responsável pela distribuição da merenda escolar também para essas escolas.

Merenda eles traziam, depois mais tarde, nos idos de 64, a Dona Caetana conseguiu na 4ª Delegacia de Educação arrumar uma assistente para fazer comida. No começo ela contratou uma empregada para ela e essa empregada fazia a comida. Na época em que começou a aparecer o sopão, aparecia os nutrientes, era a merenda que eles mandavam naquela época. Ela fazia na casa dela mesmo, não tinha sala específica. Depois a Maria minha irmã foi que assumiu de merendeira, ficou muitos anos. Também fazia em casa e levava a panela lá (José, entrevista, 2019)

No período entre 1964 e 1968, foram firmados doze acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a USAID – United State Agency for International Development, acordos que comprometeram a política educacional do país, submetendo a educação às determinações dos técnicos americanos (GHIRARDELLI JR., 1992). Um dos acordos assinados envolvia a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME)⁶⁸; a partir de então, o Brasil passou a receber alimentos excedentes da produção americana para a merenda escolar, como farináceos, cereais, leite em pó e leguminosas (soja, trigo e milho). Esses alimentos são mencionados pelos professores em seus relatos sobre a merenda escolar no período, como lembra a professora Olívia.

[...] a merenda vinha dos Estados Unidos, então era uma farinha de trigo bem diferente os alimentos, todos os alimentos eram diferentes do que a gente consumia na época, diferente do que as pessoas consumiam em casa. Então difícil de fazer, o mais fácil ainda era fazer pão, então a gente pedia para os alunos ovos, açúcar, gordura, então eu fazia pão levava para a escola para dar para os alunos. Tinha uma outra merenda que era uma sopa, as era muito diferente o gosto do que se comia na região, então era difícil, os alunos não gostavam. Vinha um trigo, uma canjiquinha, uma espécie de canjiquinha de trigo, o trigo bulgur⁶⁹ era o nome, que essa ainda ficava parecida com uma canjica de trigo, então os alunos comiam. Vinha um leite em pó, mas um leite forte, bem diferente, não era nada assim atrativo para os alunos e difícil para a gente fazer (Olívia, entrevista, 2019).

A merenda que passou a ser distribuída nas áreas rurais pela prefeitura de Esmeralda. Eram alimentos enlatados de origem estrangeira e não faziam parte dos hábitos alimentares da região. A intenção estadunidense era incorporar o

planejamento alimentar nutricional ao planejamento econômico dos países periféricos, o que, para muitos, significava a continuidade do controle político e econômico, a partir do uso ideológico da alimentação (LITWINCZIK, 2013).

⁶⁸ A CNME foi instituída pelo Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956. No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar – CNAE, através do Decreto nº 56.886/65.

⁶⁹ Também conhecido como trigoilho, é uma preparação feita com trigo.

O acordo envolvendo a CNME e a USAID previa o treinamento do pessoal em base municipal, regional e nacional. A convite da professora Lêda Maria dos Santos, diretora municipal de Educação de Esmeralda, a professora Olívia participou desses treinamentos em Porto Alegre e em Belo Horizonte nos anos 1970:

Saí um mês para fazer um curso em Porto Alegre, era promovido pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar e eu fiquei um mês fazendo esse curso, aprendendo a fazer as merendas com aqueles produtos. [...] lá eles tinham dito que quem fizesse esse curso tinha que trabalhar na prefeitura, na secretaria de educação para coordenar o programa de alimentação escolar, que era um programa do governo federal, que ele tinha esse convênio com os Estados Unidos. Então fui para Esmeralda trabalhar, coordenar a merenda escolar, comecei a dar cursos para os professores, porque eram os próprios professores que faziam a merenda. Então o professor tinha classes multisseriadas e ainda tinha que fazer a merenda (Olívia, entrevista, 2019).

Os treinamentos da CNAE foram determinantes para a carreira da professora Olívia. Em 1972, ela deixou de lecionar na Escola Miguel Couto para coordenar o setor de merenda escolar no município, assumindo o cargo de orientadora⁷⁰ municipal da CNAE, entre suas funções estava realizar as formações para os/as professores/as das escolas municipais rurais em Esmeralda, como podemos observar nas imagens abaixo:

⁷⁰ Em alguns documentos encontramos o termo “orientadora municipal da CNAE” e, em outros, como nos anexos 13 e 14, “supervisora municipal da CNAE”.

Fotografia 25 – Na imagem, à direita, a professora Luizinha Madalena Sganzerla Paganella, diretora municipal de Educação entre 1973 e 1977: ao seu lado, a professora Olívia, a professora Erci; segurando a filha, a professora Ariolina. O professor João Rubens é a quarta pessoa que aparece ao lado esquerdo da imagem.



Fonte: Arquivo pessoal Hélio Salvador Varela do Prado.

Fotografia 26 – Os cursos de merenda escolar, ministrados pela professora Olívia (a primeira, à esquerda), eram teóricos e também práticos, com o preparo de alimentos.



Fonte: Arquivo pessoal Olívia Melo da Silva.

Fotografia 27 – Os cursos para os/as professores/as das escolas municipais rurais eram realizados no salão paroquial.



Fonte: Arquivo pessoal Olívia Melo da Silva.

No exercício da nova função, que desempenhou até 1985, a professora Olívia percorria o território visitando as escolas municipais e estaduais para distribuir os alimentos da merenda escolar. Cumprir o roteiro de visitas a essas escolas era tarefa para vários dias, devido às distâncias e às condições das estradas. A professora Ariolina recorda de receber a equipe da secretaria de educação quando lecionava: *“Elas vinham de carro, visitar, ver como estava a escola, questionavam a gente, conheciam os alunos [...] era tudo muito difícil, até o acesso às escolas, as estradas, elas só conseguiam vir se o tempo estivesse bom”* (Ariolina, entrevista, 2019).

Lembrança que é reforçada pela professora Olívia:

Passava em todas as escolas, a gente tinha que achar uma casa para almoçar porque não existiam restaurantes, por exemplo, no Pinhal da Serra, nós almoçávamos na casa do Seu Adelino Paganela, que a Dona Amélia fazia almoço para nós. A gente avisava e ela fazia almoço, ela cobrava e a prefeitura pagava. Tinha essa dificuldade que a gente não tinha local onde comer, onde comprar, dependia de alguém que fizesse o almoço. [...] era muito longe, a gente saía, tinha que ir até o Pinhal avisar que ia almoçar lá, ia para os Mattés, íamos no Gramado, saía de lá ia na Conceição e ia lá no Rincão dos Lourenços. Ia almoçar no Pinhal, depois ia na Barra Grande, na Osvaldo Cruz e no São Jorge (Olívia, entrevista, 2019).

Na maioria das vezes, as visitas eram acompanhadas pela secretária municipal de Educação, como narra a professora Olívia: “O carro da prefeitura levava a merenda, eu já verificava os mapas da merenda, as quantidades e a secretária ia ver os cadernos de chamada, número de alunos, essas coisas” (Olívia, Entrevista, 2019) A professora Erci também recorda dos atendimentos recebidos durante as visitas: “As diretoras vinham fiscalizar, porque todos os meses elas vinham nos fazer visitas nas escolas, então, quando elas vinham, tinham que verificar e passar o visto nos cadernos” (Erci, entrevista, 2019).

O acompanhamento pedagógico das escolas nos espaços rurais de Pinhal da Serra acontecia durante as visitas. As escolas estaduais eram orientadas pela equipe da Delegacia de Educação (DE) que visitava as escolas, mas os professores nunca deixaram de comparecer, periodicamente, à DE. O professor José relata suas lembranças sobre as visitas realizadas pela DE na Escola Rural São Jorge.

Eventualmente a delegada também fazia visita, mas aí fazia no Pinhal e o nos reuníamos ali. As supervisoras pedagógicas essas iam direto na escola, primeira coisa ir na mesa do professor e pegar os livros e cadernos, e aí elas iam lá para a salinha da Dona Caetana, iam tomar um cafezinho com a Dona Caetana e de olho nos cadernos. Faziam também um relatório, uma avaliação apontando as falhas existentes e dando sugestões. Quando chegava o final da visita, elas passavam um visto nos cadernos de planejamento e te deixavam orientações. Faziam as avaliações e apontavam as falhas existentes e sugestões que poderiam ser utilizadas (José, entrevista, 2019).

As escolas municipais recebiam a visita da diretora municipal de Educação de Esmeralda, mesmo assim, alguns avisos eram transmitidos por escrito (ANEXOS A e B). Viñao Frago (1995) compreende a cultura escolar como a somatória das ações, idéias e normas que circulam no cotidiano escolar e que definem a forma como a escola age e como se entende ser; trata-se de algo invisível, mas que, solidamente presente, funciona como balizador das decisões a serem tomadas no dia a dia escolar. Assim, podemos compreender tais avisos enviados aos professores rurais em 1981 e 1982, enquanto orientadores de práticas nesses espaços rurais.

As orientações determinavam a realização de algumas atividades diárias como: manter os diários de classe completos, corrigir os cadernos dos alunos, aplicar ditado, cumprir o horário, fazer leitura e desenvolver atividades de matemática e língua portuguesa. A professora Ariolina narra a preocupação dos pais em relação ao que era ensinado na escola:

Tinha pais assim muito exigentes. Eles queriam que os gurus fizessem contas, porque eles precisavam fazer contas, isso aqui não precisa. Eles davam as explicações deles né: “Isso aí não precisa, por que aprender isso? Eu quero que aprenda a fazer conta, escrever o nome, ler e escrever”. A maioria dos pais tinha a mentalidade de que eles tinham que saber fazer contas (Ariolina, entrevista, 2019).

A ênfase no ensino de português e matemática nos leva a refletir sobre as questões relacionadas ao currículo escolar. A Lei 5.692/71 deixou a cargo do Conselho Federal de Educação (CFE) a organização das matérias do núcleo comum do 1º grau, assim, “o Conselho Federal de Educação fixou o núcleo comum, fazendo desaparecer a divisão entre Português, História, Geografia, Ciências Naturais etc., e colocando no lugar *Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências*” (GHIRALDELLI JR., 1992, p. 182). As orientações determinavam que ao menos uma vez por semana fossem realizadas atividades de Ciências e Estudos Sociais, assim como o hasteamento da bandeira.

A respeito do currículo escolar, o professor João Rubens relata que “recebia um programa, uma programação semelhante a hoje, então, português, matemática, estudos sociais que era agrupado, história e geografia, ciências separado, moral e cívica, que hoje não tem, e religião” (João Rubens, entrevista, 2019).

Alguns anos antes, em um contexto marcado pelo AI-5, a fase mais repressiva do regime militar, o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, havia instituído a disciplina de Educação Moral e Cívica como obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País. O decreto estabelecia ainda para os estabelecimentos de grau médio, o curso curricular de Organização Social e Política Brasileira; tais disciplinas ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime militar ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos, privilegiando o ensino de informações factuais em detrimento da reflexão e da análise (MENEZES; SANTOS, 2001).

As orientações da diretoria municipal de Educação definiam o que deveria ser trabalhado em cada turma. Os documentos revelam que a principal preocupação era com os estudantes de 1ª série, a quem deveria ser dada maior atenção. Tal documento enviado aos professores rurais, em 1982, prescreve que no processo de alfabetização a apresentação de uma nova consoante deveria ser fixada nas três aulas seguintes, aos alunos da 2ª série não deveriam ser apresentados textos muito longos; além disso, era imprescindível que os alunos de 1ª e 2ª série soubessem somar e subtrair ao final do ano. Os alunos de 3ª e 4ª série deveriam ter aulas de

composição⁷¹ durante todo o período letivo e, ao seu final, dominar as quatro operações matemáticas. Atividades de caligrafia e ortografia deveriam ser aplicadas a todos, assim como trabalhos de Educação Artística envolvendo datas comemorativas.

É importante ressaltar que este trabalho era desenvolvido em classes multisseriadas, pois as escolas das comunidades rurais de Pinhal da Serra reuniam as crianças, muitas vezes ligadas por laços de parentesco, em um contexto de elevadas taxas de natalidade. A escola deveria ser capaz de ofertar o ensino para todas que estivessem em idade escolar, por isso as escolas estavam organizadas em classes multisseriadas. Menezes e Santos (2001) definem as classes multisseriadas como uma forma de organização do ensino nas escolas, principalmente no meio rural, em que o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries simultaneamente. O modelo de escola rural predominante na história brasileira foi formado por classes multisseriadas e com professores leigos (MENEZES; SANTOS, 2001).

O número de professores dependia do número de matrículas, podendo o/a mesmo/a professor/a reunir todas as turmas em um único turno de aula ou lecionar em dois turnos, dividindo as turmas. Caso o professor não tivesse disponibilidade, trabalhava-se em duplas ou em trios de professores por escola. As turmas geralmente dividiam-se entre aqueles em fase de alfabetização, 1ª e 2ª série, e outra, reunindo 3ª, 4ª e 5ª série; entretanto, o fator determinante era sempre o número de matrículas. Tanto as escolas estaduais, quanto as escolas municipais de Pinhal da Serra, estavam organizadas em classes multisseriadas. O professor José conta como a professora Caetana organizava as turmas na Escola Rural São Jorge em 1963, ano em que assumiu como professor na escola:

Ela lecionava de manhã para quatro turmas e de tarde só o primeiro ano. Quando peguei a classe tinha 48 alunos, nas quatro turmas, e ela 62 só na primeira série, de tarde, mas olha era um tendel (bagunça/festa) de crianças. E alfabetizava aquele povo, impressionante. Começava dando as letras para os que estavam mais adiantados, as letrinhas para ir copiando e eu acho que talvez ficasse um ano, mas não passava de dois anos para alfabetizar. Era difícil, a não ser casos raros que sempre tem (José, entrevista, 2019)

A professora Ariolina descreve as aulas multisseriadas: *“Tinha que passar um trabalho para uma turma, depois ir no outro quadro, passar para a outra e alguns*

⁷¹ Tratava-se de aulas de redação.

tinha que pegar na mão, ajudar” (Ariolina, entrevista, 2019). Assim como a professora Ariolina, a professora Olívia relata as dificuldades que enfrentava ao lecionar para as classes multisseriadas:

No município era assim, era comum em uma escolinha pequena o professor dar aula do 1ª ao 5º ano, então imagine a qualidade das aprendizagens, era praticamente um faz de conta, porque me lembro que quando eu passava atividades para o 2ª ano, o 3º que já sabia ler ia copiando do livro, mas imagine, eu não dava explicação, enquanto explicava para aqueles, os outros, então era muito complicado. As pessoas saiam praticamente sabendo ler, escrever alguma coisa, pouco, porque imagina, uma que o professor não era formado, não tinha a parte pedagógica para dar aulas (Olívia, entrevista, 2019).

Segundo Souza e Grazziotin (2013), a organização das escolas em classes multisseriadas foram e ainda são uma prática do meio rural,

Embora as classes multisseriadas existam em espaços urbanos, o interior parece ter se configurado como lugar privilegiado dessa prática. O argumento da adversidade às condições físicas espaciais e o reduzido número de alunos das comunidades rurais colaboram para a continuidade desse tipo de escola (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2013, p. 294).

Considerando que a maioria dos/as professores/as das escolas rurais de Pinhal da Serra eram leigos, atuando em classes multisseriadas, que exigiam a preparação e o desenvolvimento de diferentes atividades concomitantemente, os livros didáticos, mesmo que limitados, eram a base dos conteúdos ministrados, como recorda a professora Olívia.

Cada professora fazia o que queria, não havia uma orientação assim o conteúdo é esse aqui, você tem que dar isso. Existiam os livros e os professores trabalhavam, eu pelo menos, trabalhava aquilo que estava no livro (Olívia, entrevista, 2019).

Muitas vezes a carência de material didático fazia com que os/as professores/as comprassem livros, giz e brinquedos para as escolas, o professor João Rubens conta sobre os cuidados que todos tinham com os livros,

Livros vinham via secretaria, então tinha que cuidar porque passava de um ano para o outro, o livro não era dos alunos, era da escola e eu cuidava para que no outro ano os livros estivessem limpos. Encapava bem os livros, cuidava, todo mundo cuidava, ninguém riscava o livro e nem sujava. Tinha os livros de todas as matérias, tinha os livros que começava português, matemática, estudos sociais, tudo assim uma sequência no mesmo livro (João Rubens, entrevista, 2019)

Os documentos⁷² apontam o recebimento de livros didáticos nas escolas rurais de Pinhal da Serra somente no ano de 1978, pelo Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro (PLIDEF/INL). A descrição do título dos livros indica que nem todas as disciplinas eram contempladas, entretanto todas as turmas receberam livros de Língua Portuguesa e Matemática. O PLIDEF/INL esteve em vigência entre 1971 e 1976 e previa um sistema de coedição entre o setor público e o setor privado; após esse período, o PLIDEF continuou existindo, mas passou a ser coordenado pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Em 1983 o Programa foi incorporado à Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), e somente dois anos mais tarde, em 1985, o PLIDEF foi extinto, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD (VAHL, 2014).

A precariedade dos recursos didáticos, a falta de formação dos/das professores/as e a organização em classes multisseriadas influenciavam a qualidade das aprendizagens, fatores que segundo a professora Olívia, tornavam à docência rural uma aventura:

Não tinha material didático, livros eu não lembro, acho que a secretária na época, de educação, mandou alguns livros, mas não tinha para todo mundo, era difícil. Não se tinha as cópias, então era cadernos, os alunos tinham que copiar, imagine cinco turmas, cinco níveis diferentes e sem os devidos recursos, era uma verdadeira aventura e muito deficiente. Eu na época não tinha preparo didático para ensinar e ensinava aquilo que estava nos livros e que eu sabia, mas não tinha uma metodologia de alfabetização. Então eu ensinei praticamente como minha mãe me ensinou e o que eu vi na escola também que era assim muito simples (Olívia, entrevista, 2019).

As atividades dos professores e professoras nos espaços rurais iam muito além da sala de aula, acumulavam as funções que hoje são desempenhadas por diferentes atores nas instituições escolares. Além de ministrar as aulas em classes multisseriadas, eram os responsáveis pela documentação, limpeza, merenda, organização das salas de aula e do pátio da escola.

Os avisos da diretoria municipal de Educação ainda aconselhavam os/as professores/as rurais a *apresentar-se bem* diante dos alunos, indicando a relevância da função do/a professor/a rural para as comunidades. Além disso, deveriam manter seu material guardado em local adequado, respeitar os feriados, exigir o uso do guarda-pó aos alunos que possuíam e trabalhar em conjunto com os colegas. O

⁷² Um recibo da Secretaria de Educação e Cultura, via 23^a Delegacia de Educação de Vacaria (Anexo 12), indica que, em 1978, a EM João Pessoa recebeu 101 unidades de livros didáticos pelo Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro (PLIDEF).

trabalho do/a professor/a era avaliado pela diretoria municipal de educação e as faltas sem justificativa descontadas do salário. Os/as professores/as tinham o direito de ausentar-se uma vez por mês da escola para receber seus vencimentos diretamente na Prefeitura Municipal de Esmeralda.

A Lei 5292/71, em seu Artigo 18, definia 720 horas e 180 dias de atividades para o ensino de 1º grau. Embora a mesma lei possibilitasse uma organização diferenciada para o calendário letivo nas áreas rurais⁷³, as aulas em Pinhal da Serra aconteciam no período entre a primeira semana de março e a primeira semana de dezembro, em dois semestres, com horários de segunda-feira a sábado (Anexos 7, 8 e 9).

Considerando a distância entre as escolas e as instituições que as administravam, muitas vezes os/as professores/as realizavam pequenos ajustes na rotina da escola, principalmente durante o inverno. Embora entre os avisos estivesse o item “cumprir o horário com precisão”, nem sempre isso acontecia, como nos conta o professor João Rubens:

Normalmente as aulas aconteciam de manhã, agora quando o tempo estava muito frio, daí eu passava para o turno da tarde, dizia: vamos fazer de tarde. Só que não eram autorizadas aquelas aulas de tarde. Era uma necessidade (João Rubens, entrevista, 2019).

A prática do professor constituía um meio para superar as dificuldades que o rigoroso inverno característico da região dos Campos de Cima da Serra impunha a alunos e professores/as. As narrativas pontuam as chuvas e o frio como fatores que dificultavam o acesso às escolas, como lembra a professora Ariolina: “*Vinham caminhando, de pezinho no chão, no frio, às vezes ficavam em casa*” (Ariolina, entrevista, 2019). A professora Erci também recorda de um dia de muito frio em que foi dar aulas na Escola Presidente Kennedy:

Uma ocasião eu estava dando aula aqui na Porteira e fiz bem a parte do bobo, três vezes eu ia até uma altura e virava para trás sabe, que eu ia embora que não aguentava o frio e nevando e eu a cavalo. Daí quando virava, vinha até uma altura, parava aquela neve, sabe? Digo, mas eu vou porque coitadas das crianças chegam lá e daí eu não vou? Ia mais um pouco, vinham aquelas camadas de neve eu para trás de novo, quando foi de repente digo não, vou de uma vez. Cheguei lá tive que fazer fogo para esquentar, estavam todos embaixo daquela área, que ali naquela escola tinha o porão, dava para fazer fogo embaixo dela, estavam todos lá os coitadinhos, encorujados esperando, eu digo olha, se eu não venho os miseráveis iam ficar até que horas ali? (Erci, entrevista, 2019)

⁷³ Lei 5692/71, Artigo 11, parágrafo 2º.

As longas distâncias assim como o frio dificultavam o acesso dos estudantes às escolas. As famílias eram numerosas e a maioria carente, não haviam calçados para todos e muitos caminhavam descalços, como podemos ver na Figura 39.

Fotografia 28– Professor João Maria Leite do Prado, sua esposa e os alunos da Escola Afonso Pena, no pátio da casa do professor, onde a escola funcionou por muitos anos.



Fonte: Arquivo pessoal Hélio Salvador Varela do Prado.

O trajeto de casa até a escola era feito na companhia dos irmãos, com quem revezavam os poucos calçados, roupas e materiais escolares que possuíam, lembram os professores João Rubens e José.

Não tinha nenhuma casa que não tivesse menos de quatro ou cinco filhos, como funcionava tudo no mesmo turno, ninguém vinha sozinho, porque não tinha nenhuma casa que tivesse só um ou dois, era tudo mais (João Rubens, entrevista, 2019).

Os maiores levavam os menores, [...] pegava o Cerro Alegre, por exemplo, uma família com dois três quando chegavam aqui no colégio chegavam em dez, doze. Cada rincão tinha bastante alunos, as famílias numerosas era difícil ter uma família com menos de cinco filhos (José, entrevista, 2019).

Aquecer os alunos recém chegados com fogo de chão era uma prática nos dias mais frios, lembra o professor João Rubens.

Quando os alunos chegavam que estava muito frio, então tinha a parte do galpão que era próxima, nós fazíamos um fogo de chão e quem tivesse com muito frio se aquecia um pouco, até se “desencarantar” [se aquecer] de manhã (João Rubens, entrevista, 2019).

A professora Erci também recorda-se de acender o fogo de chão na escola.

Às vezes chegavam os miseráveis⁷⁴ com frio, com as mãozinhas, no inverno, que não podiam nem pegar o lápis, escrever. Eu até inclusive tinha na escola, eu fazia fogo, para esquentar eles porque ficava com dó, tirava até meus próprios casacos às vezes, para servir algum que estava encarangado, eu tirava e vestia (Erci, entrevista, 2019)

Além do fogo, utilizavam água quente para aquecer os pés, como recorda o professor José.

A dona Caetana sempre quando eles chegavam, tremendo os coitadinhos, pois no inverno frio e rigoroso, pé no chão, não tinham nada de calçado às vezes, ela recolhia eles na cozinha e aquecia eles um pouco. Nunca me esqueço ela tinha uma gamela, aquela gamela era famosa. Ela esquentava a água, para poder aquecer um pouco, tinha que ser com água. Como hoje, pode ter todo o tipo de ar quente, mas nada aquece como a água morna e quente. Ela aquecia eles, às vezes deixava sentadinhos numa sala, perto da cozinha para estudarem um pouco lá até irem para a aula, até se aquecerem (José, entrevista, 2019).

Além do frio, a chuva era outra adversidade enfrentada para chegar até a escola. O professor João Rubens narra como fazia ao receber as crianças que chegavam molhadas.

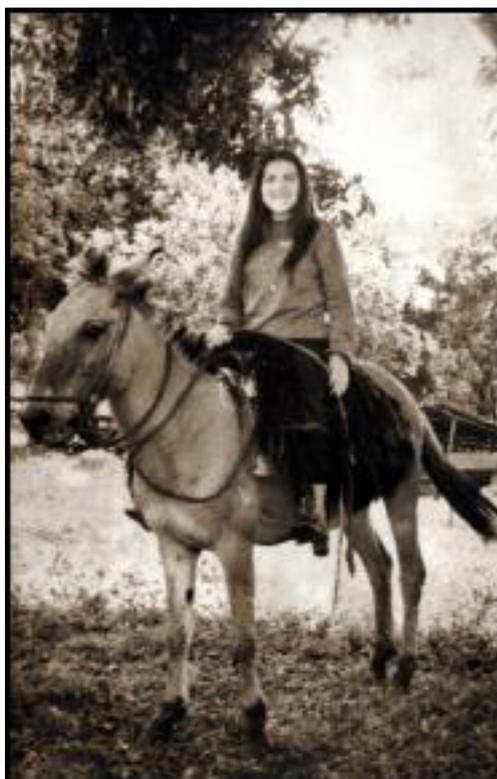
Roupas... não eram tão bem vestidos como hoje, só que eu tinha na escola alguns vestuários, tanto das meninas como dos guris se chegassem molhados. Por que nos dias de chuva se molhavam e lá e casa eram quatro ou cinco meninas e sempre tinha no armário roupa de meninas, elas vestiam as meninas, emprestavam. Os meninos a mesma coisa, mas a piizada era mais simples. Na época, o maior cuidado era com as meninas (João Rubens, entrevista, 2019).

Caminhar até a escola faz parte das memórias que os/as professores/as rurais guardam sobre sua trajetória escolar e também profissional. A professora Ariolina recorda de cruzar os campos entre a comunidade de Santo Antônio, onde morava, até Pinhal da Serra, acompanhada dos seus irmãos para frequentar as aulas do Grupo Escolar. Mais tarde, ao tornar-se professora, continuou caminhando para chegar à escola. Ao lecionar na comunidade de Serra dos Gregórios, a mais distante, dirigia-se até a escola a cavalo, passava a semana e retornava para casa no final de semana. O mesmo fazia a professora Erci para se locomover entre a sua

⁷⁴ Expressão local empregada no sentido de sofrimento.

casa e a escola: “[...] *um pouco a cavalo, outro pouco de bicicleta, outro pouco de charrete, como dava eu ia*” (Erci, entrevista, 2019).

Fotografia 29 – A professora Ariolina, assim como outros professores, utilizava o cavalo para chegar à escola.



Fonte: Arquivo pessoal Ariolina Nunes Chilante.

O professor José também relata os trajetos percorridos até a escola, inclusive a cavalo:

Fiz muitos anos de bicicleta, quando era bom o tempo vinha de bicicleta, quando morava no Pinhal mesmo, com o seu Etelvino. Depois quando chovia, eu ia a cavalo, todos os dias. Não tinha outra alternativa (José, entrevista, 2019).

Apesar das dificuldades, a escola era o espaço de convivência, aprendizagem e também de brincadeiras para as crianças, principalmente nos trinta minutos de recreio. De acordo com os relatos, as crianças brincavam do bicho, de bola, esconde-esconde, brincadeiras de roda com as meninas cantando, peteca, ovo-choco, dominó, bolinha de gude e bilboquê. O professor José recorda-se de uma brincadeira, hoje pouco conhecida, o espiribol,

Espiribol tinha um lastro, aí você amarava uma bola no barbante e o barbante no topo de um poste de pinheiro, numa altura mais ou menos. Aí jogava em quatro. Dois contra dois, sorteava quem saía com a bola, então a corda ficava e tinha que enrolar, o outro vinha de lá e desenrolava. Começava pela direita, o adversário tinha que tomar a bola. Aí tinha os maiores que ficavam de donos da bola, aí tinha que dividir as duplas mais ou menos pela altura. Por turma não dava certo, a 5ª série sempre levava vantagem. Então o jogo maior mesmo era entre os colegas de série, para evitar a desigualdade (José, entrevista, 2019)

A convivência com os alunos e com as famílias era gratificante para os/as professores/as, a professora Ariolina recorda dos presentes que recebia dos alunos, “de vez em quando eu ganhava um ananás lá da costa do rio, uma boa bergamota, uma boa maçã, uma batata doce assada e eu valorizava isso, as crianças faziam no capricho para me trazer” (Ariolina, entrevista, 2019).

O meio rural foi o espaço das práticas cotidianas descritas nesse capítulo e que colaboram com a formação de uma cultura escolar. A investigação de um processo educativo em um espaço geográfico delimitado é produzido pelas relações de poder, as práticas culturais e históricas reinventadas pelas pessoas que ali vivem e viveram (LUCHESE, 2014).

Os relatos dos/das professores/as rurais de Pinhal da Serra evidenciam os fortes vínculos estabelecidos entre os/as professores/as os alunos e a comunidade, pois o trabalho docente “é uma das experiências mais fortes e significativas do ser humano: poder participar da formação do outro” (VASCONCELLOS, 2001, p. 48).

5. ENTRE HISTÓRIAS E MEDIAÇÕES: A IDENTIDADE DOS/AS PROFESSORES/AS RURAIS E AS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL

A vida da comunidade era na escola.

(João Rubens, entrevista, 2019)

Até 1963, Pinhal da Serra mantinha-se como o 10º distrito de Vacaria, a população, majoritariamente residente no campo, vivia de atividades ligadas à pecuária e à agricultura. As escolas rurais existentes no distrito foram o único meio de oferta de uma educação formal às crianças das numerosas famílias. Com o processo de emancipação de Esmeralda e sua instalação no ano de 1964, o contexto educacional do distrito de Pinhal da Serra passou por algumas mudanças, entre elas o aumento do número de escolas rurais sob responsabilidade do município e a regularização da contratação dos professores.

Neste capítulo, procuramos compreender a dimensão da atuação das professoras e professores rurais, refletindo sobre a identidade⁷⁵ docente e sobre as práticas de mediação cultural que desempenharam nas comunidades onde lecionaram.

5.1 A IDENTIDADE DO/A PROFESSOR/A RURAL

Nos constituímos professoras e professores no cotidiano do ensino, das aprendizagens que construímos e nas relações humanas que estabelecemos. Segundo Arroyo (2000), precisamos problematizar as imagens sobre *ser professor* ou *professora*, entendendo os entrelaçamentos da atividade docente com as histórias de vida que se constroem.

Poucos trabalhos e posições sociais podem usar o verbo *ser* de maneira tão apropriada. Poucos trabalhos se identificam tanto com a totalidade da vida pessoal. Os tempos de escola invadem os outros tempos. Levamos para casa as provas e os cadernos, o material didático e a preparação das aulas. Carregamos angústias e sonhos da escola para casa e de casa para a escola. Não damos conta de separar esses tempos porque *ser professoras e professores* faz parte da nossa vida pessoal. É o outro em nós (ARROYO, 2000, p. 27).

⁷⁵ A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade (ALBERTI, 2004, p. 27).

Participar da vida e da formação do outro, mas também tornar-se uma referência para a comunidade, para quem a escola foi um espaço de socialização e o principal meio para o conhecimento, transforma o/a professor/a em uma figura relevante, especialmente no meio rural.

Um olhar sobre a vida e a pessoa do/a professor/a considera que cada um produz a sua maneira de ser professor/a influenciado/a pelas suas características pessoais, suas escolhas e seu percurso de vida. As escolhas que cada indivíduo faz enquanto professor/a “cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e desvendam a nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser” (NÓVOA, 1992, p. 17)

Nóvoa (1992) argumenta que a adesão, a ação e a autoconsciência sustentam o processo identitário dos/as professores/as: a adesão de princípios, valores e projetos; a ação nas formas de agir e nas decisões tomadas; e a autoconsciência na reflexão feita sobre a própria ação. Através da dinâmica das experiências da condição humana, acontece a construção das identidades, por isso o autor pontua a constituição identidade enquanto processo.

A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor (NÓVOA, 1992, p. 16).

Entretanto, as vivências dos professores/as rurais estão marcadas pelo tempo e pelo espaço em que aconteceram. Para Almeida (2011), os professores rurais reconheceram-se como sujeitos a partir da adesão e da identificação da imagem historicamente produzida de *ser professor rural*.

Os professores rurais foram constituídos por meio de práticas historicizadas e das inter-relações de diferentes discursos que se difundiam e se sustentavam na sociedade brasileira das décadas passadas. Quando professores identificam-se com os temas circulantes, eles se tornam assujeitados a esses discursos, por um processo de adesão ou de identificação, e começam a se reconhecer e, paralelamente, a se constituir como sujeitos (ALMEIDA, 2011, p. 61).

Pensar na identidade dos sujeitos é considerar as suas interações e relações sociais, o contexto onde estão inseridos e o momento histórico em que viveram, pois a identidade docente é uma construção social, histórica, cultural (Arroyo, 2000). “A

condição de vida está presente em nossas escolhas ou condiciona nossas escolhas. Não escolhemos a profissão que queremos, mas a possível” (Arroyo, 2000, p. 126).

Para Bauman a identidade também constitui um processo de construção e escolhas. Passamos a vida redefinindo a nossa identidade, a partir das opções que realizamos, assim, a identidade assume uma condição de provisoriedade, isto é, assume a condição líquida⁷⁶. Segundo o autor, a preocupação com a identidade surge com a crise do pertencimento, pois identidade e pertencimento não são conceitos sólidos, mas líquidos e passíveis de transformações contínuas.

[...] o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17)

Bauman (2005) afirma que não há mais espaços para identidades rígidas ou inegociáveis em um mundo de múltiplas identidades, e afirma que a construção da identidade deve ser “gestada e incubada na experiência humana” (2005, p. 26).

A identidade profissional revela as escolhas, os conceitos e os pré-conceitos da identidade pessoal. Bauman, assim como Nóvoa, entende as relações e opções do indivíduo como elementos para a construção da identidade. Segundo Nóvoa (1992), a identidade profissional docente é um processo contínuo que se vincula à identidade pessoal do professor, pois sofre influências provenientes da sua formação como pessoa. Nóvoa diz, ainda, que é na construção do seu processo identitário que o professor produz à sua maneira de ser professor:

Esta profissão precisa de se dizer e de se contar: é uma maneira de compreender em toda a sua complexidade humana e científica. É que ser professor obriga opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser (NÓVOA, 1992, p. 10).

A maneira como cada um ensina está diretamente relacionada à pessoa que somos quando exercemos o ensino, assim o processo identitário passa pela capacidade de exercer com autonomia o trabalho (NÓVOA, 1992). Para Nóvoa (1992), a importância da natureza do trabalho do professor está relacionada a sua

⁷⁶ Bauman utiliza o termo “modernidade líquida” para tratar da fluidez das relações no mundo contemporâneo. O conceito refere-se ao conjunto das relações e dinâmicas que se apresentam no mundo contemporâneo e que contrastam ao que o sociólogo denomina “modernidade sólida”.

constituição como ser-humano. Jennifer Nias (1991) também destaca essa abordagem quando diz: “O professor é a pessoa; e uma parte importante da pessoa é o professor” (NIAS, 1991, apud NÓVOA, 1992, p.22). São experiências indissociáveis: não se é professor apenas no tempo em que está na escola, mas em todos os tempos.

Esse viés da atuação docente ganha proporções ainda mais expressivas no contexto rural, onde o/a professor/a vivia intensamente a experiência docente e o contato com a comunidade. Sobre comunidade, Bauman (2003) apresenta dois conceitos: as comunidades éticas e as comunidades estéticas. As comunidades éticas são aquelas que possuem tradições, normas e destinos partilhados, enquanto as comunidades estéticas são mutáveis e flexíveis, onde não há uma orientação moral duradoura ou um destino partilhado, devido a sua permanente transformação.

As comunidades rurais, onde lecionavam os/as professores/as sujeitos dessa pesquisa, inscrevem-se no conceito de comunidades éticas. O pensamento de Bauman (2003) sobre essas comunidades é formulado a partir dos estudos do sociólogo Tönnies, para quem a comunidade constitui um grupo social demarcado espacialmente, com elevado grau de integração afetiva, coesão e homogeneização entre os membros, que partilham conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. Nesse sentido, Mocellim diz:

As normas nessas comunidades “ocorrem especificamente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social são predominantemente pessoais, o que significa o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade” (MOCELLIM, 2011, p. 109).

Os sentidos e as relações de identidade com a comunidade sofrem alterações, de acordo com o tempo e com a figura dos/as professores/as que estavam à frente das escolas rurais, pois o contexto é um determinante da prática docente. Concordamos com Kreutz quando este afirma que “[...] a educação e a escola são um campo propício para se perceber a afirmação dos processos identitários [...]” (2001, p. 123). Sob essa perspectiva, podemos pensar sobre a atuação das professoras e dos professores em sua relação com as comunidades rurais.

5.2 OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS RURAIS E AS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL

A figura do professor esteve historicamente atrelada às questões culturais. No caso dos professores rurais, essa ligação tornou-se ainda mais forte devido às dificuldades de acesso à informação e pelo expressivo analfabetismo. Sobre a formação dos professores rurais, Almeida (2005) afirma:

Quanto a formação pedagógica, é importante destacar que muitas vezes o professor rural não tinha um preparo específico para o magistério rural, alguns haviam frequentado escolas normais rurais, outros tantos cursaram o normal nas cidades e ainda havia os leigos, que lecionavam de acordo com o seu empirismo (ALMEIDA, 2005. p.293).

Em Pinhal da Serra a situação era semelhante à descrita por Almeida (2005). A maioria dos professores e professoras que lecionavam nas escolas eram leigos e possuíam apenas a formação primária, cursada nas escolas rurais existentes ou com professores particulares. Poucos haviam frequentado as escolas normais rurais, que preparavam os docentes para atuar no interior. O pré-requisito para ser professor, naquele momento histórico, nas escolas rurais de Pinhal da Serra, não estava ligado a formação pedagógica, mas à disponibilidade de membros da comunidade para exercer a função de professor. Com o passar dos anos de atividade profissional, eles buscaram aperfeiçoamento nos centros urbanos mais próximos, como Vacaria e Lagoa Vermelha, concluindo o curso normal ou o curso de licenciatura, buscando brechas para receber uma educação formal mesmo diante de uma realidade desfavorável.

Muitos foram atraídos pela possibilidade de um salário fixo, o que não era comum no meio rural. A precariedade do acesso à formação pedagógica transformava em professor/a aquele/a que possuía maior tempo de estudo e demonstrava interesse para exercer a função. Os relatos revelam que a forma de ingresso no magistério municipal acontecia a partir de duas situações: a realização de exames para comprovar a sua escolaridade ou por meio de contratos de trabalho. Na maioria das vezes, a contratação dos/as professores/as partia de solicitações realizadas pelas autoridades que se dirigiam às casas dessas pessoas e as convidavam para lecionar na própria comunidade ou em comunidades próximas, onde houvesse a vaga e a carência de um/a professor/a.

Nas escolas estaduais existentes no distrito, a contratação exigia o diploma do Curso Normal para o Grupo Escolar e do Curso Normal Rural no caso da Escola Rural da Capela São Jorge. Entretanto, os registros⁷⁷ dessas escolas mostram que muitos professores sem essa formação acabaram lecionando. As dificuldades em encontrar professores para atuar nas áreas rurais era uma realidade no Rio Grande do Sul. Segundo Almeida (2011) o surgimento das primeiras Escolas Normais Rurais no estado ocorreu nas décadas de 1940 e 1950, quando a maioria da população gaúcha ainda vivia no campo. Essas escolas surgiram da necessidade em desenvolver

uma política educacional identificada com os interesses das populações interioranas. Propunham-se a formar professores/as que estivessem preparados/as para a docência e para o exercício de certa liderança no meio rural (ALMEIDA, 2011, p.97).

Mesmo com a expansão das escolas normais rurais nas décadas seguintes aqueles que desejassem tornar-se professores/as rurais deveriam buscar essa formação em centros urbanos mais distantes, como Caxias do Sul, Osório e Santa Cruz do Sul. Entre os professores entrevistados, apenas o professor José teve a oportunidade de frequentar o Curso Normal Rural, iniciado na Escola Murialdo, em Caxias do Sul, no ano de 1957, e concluído em dezembro de 1960, na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, no município de Nova Bréscia.

A respeito do currículo das Escolas Normais Rurais gaúchas, Almeida (2011) aponta que “[...] deviam contemplar tanto os saberes do campo quanto os conhecimentos científicos, linguísticos e pedagógicos” (2011, p.97). Além disso, os/as professores/as formados por essas escolas recebiam preparo para tornarem-se lideranças nas comunidades rurais onde fossem lecionar.

[...] fica evidente o quanto era importante que o professor rural excedesse as funções pedagógicas e se posicionasse na comunidade como uma autoridade, um verdadeiro líder, capaz de instruir e de orientar não apenas seus alunos, mas também os pais e as outras pessoas da comunidade [...] (ALMEIDA, 2011, p.184).

⁷⁷ Essas duas escolas guardam, em seus arquivos, um livro denominado *Caderno de Apresentação*, onde todos os docentes que ingressavam na escola escreviam, em poucas linhas, a data, sua identificação, origem e formação profissional. Através desses documentos foi possível constatar que até a década de 1960 alguns professores lecionaram sem a formação no Curso Normal ou no Curso Normal Rural em Pinhal da Serra.

Assim foi com o professor José, que iniciou a carreira docente na Escola Normal Rural da Capela São Jorge em abril de 1963. Ele foi o primeiro professor da comunidade do 10º distrito, com a formação exigida, a ser nomeado na escola rural e, logo nos primeiros anos de magistério, tornou-se uma liderança para a comunidade de São Jorge. A professora Olívia e o professor João, ao ingressarem no magistério, haviam concluído o curso ginásial. As professoras Ariolina e Erci, iniciaram a sua carreira no magistério como leigas – estavam alfabetizadas, haviam concluído o curso primário e, diante do contexto, aptas a ensinar aos mais jovens.

Mesmo com um conhecimento pouco superior aos demais, esses/as professores/as tornaram-se referências nas suas comunidades. Talvez pelas adversidades e carências do espaço rural, ou então pelas exigências do meio, das boas relações estabelecidas com os pais dos alunos, que muitas vezes os recebiam como moradores nas suas casas. É evidente nos relatos a importância e o papel social que esses docentes desempenharam em Pinhal da Serra em um tempo escolar organizado social e culturalmente, compartilhado por alunos, professores/as, pais e pela comunidade a qual pertencia a escola.

En cuanto tiempo cultural, además, el tiempo escolar es una construcción social históricamente cambiante, un producto cultural que implica una determinada vivencia o experiencia temporal. Un tiempo que es organizado y construido social y culturalmente como tal tiempo específico, pero que, a la vez, es vivido no sólo por los profesores y los alumnos sino también por las familias y la comunidad en su conjunto, mediante su inserción y relaciones con el resto de los ritmos y tiempos sociales (VIÑAO FRAGO, 1995, p.72).

Os relatos dos professores trouxeram como característica o envolvimento em atividades que vão muito além do espaço escolar e invadem os espaços de organização social e cultural dessas comunidades rurais. Entretanto, se considerarmos o contexto da época, “[...] que privilegiava o acesso ao mundo do trabalho e da política aos homens e os aproximava da posição de provedores e de líderes em diferentes profissões, não apenas no magistério” (ALMEIDA, 2011, p.185), percebemos que as professoras também exerceram essa liderança.

Ser professor rural era, portanto, uma profissão legítima e prestigiada para mulheres e homens, talvez ainda mais reconhecida para os homens, pelo exercício da liderança, e ousada para as mulheres, pela conquista da independência por meio de um emprego público (ALMEIDA, 2011, p.221).

Portanto, vê-se que a docência nas comunidades rurais de Pinhal da Serra também fazia vislumbrar outros caminhos além das atividades do magistério, pois oportunizava a esses sujeitos aplicar os seus conhecimentos a outros domínios da vida rural. Considerando que as escolas constituíam o centro da vida da comunidade, compreendemos que a atuação dos professores/as rurais e suas práticas no contexto pesquisado, inscrevem-se como formas específicas de mediação cultural, definidas por Gomes e Hansen (2016) como

homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (GOMES; HANSEN, 2016, p.10).

Essa categoria de análise possui história e compartilhamentos recentes, datados das últimas décadas do século XX, associada à História Cultural. As autoras consideram que as práticas de mediação cultural⁷⁸ podem ser exercidas por diversos atores, “cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém, nem sempre reconhecimento” (GOMES; HANSEN, 2016, p.9) Esses mediadores, enquanto sujeitos históricos relevantes para a construção de identidades culturais de indivíduos e também de comunidades, geralmente não são identificados e também não se identificam como intelectuais, ideia que rompe com o conceito de intelectual enquanto gênio e possibilita outras abordagens sobre o tema. Burke (1992) denomina essa característica das abordagens da história cultural como *história vista de baixo*, pois segundo o autor “reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre o seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores” (BURKE, 1992, p.16). Dessa forma, a História Cultural passa a considerar pessoas comuns, anteriormente ignoradas, como, por exemplo, os/as professores/as rurais.

Enfrentando as adversidades de comunicação e mobilidade, esses docentes foram mediadores intelectuais/culturais nas comunidades rurais onde atuaram. Nessa perspectiva, empreenderam novos significados à circulação de informações e à troca de ideias e saberes em diferentes circunstâncias ao longo da sua trajetória profissional. Xavier (2016) aponta o peso das atividades docentes no conjunto das

atividades desempenhadas por esses indivíduos, dimensionando sua identidade de acordo com o tipo de mediação que exerceram, assim, alguns mediadores culturais seriam identificados como professores e outros não, mesmo que exercessem o magistério. Para Gomes e Hansen,

O fato é que, apesar da atividade de mediação cultural ser considerada indispensável e incontornável, em qualquer sociedade – a educação talvez seja a sua melhor expressão –, com frequência o intelectual mediador – que a ela dedica tempo, esforços e tem sempre um projeto político cultural –, sobretudo quando exclusivamente dedicado à mediação [...] (GOMES; HANSEN, 2016, p.17).

Os/as professores/as primários foram, ao lado de outros mediadores, figuras fundamentais no processo de aproximar repertórios culturais letrados às práticas sociais, políticas e culturais das comunidades rurais de Pinhal da Serra. Soares (2016), ao pesquisar os professores rurais como mediadores culturais nos povoados indígenas mexicanos no século XIX, demonstra como eles atuaram na difusão de ferramentas culturais e políticas, ajudando a definir sentidos e práticas da população camponesa. Segundo a autora,

Os professores são aqui entendidos como mediadores culturais ou *passeurs*, que ajudam a conformar, a partir de suportes materiais disponíveis e de relações sociais que se estabelecem em contextos históricos específicos, a circulação e os modos de apropriação de determinadas ideias e práticas (SOARES, 2016, p. 1).

Para Soares (2016), nos locais onde professores rurais lecionaram, desempenharam um papel que superou a tarefa de proporcionar um contato rudimentar com os conteúdos da escola primária, “foram peças importantes na necessária mediação para o uso das letras, cujo sentido estas populações reconheciam e mobilizavam” (SOARES, 2016, p.137) O reconhecimento da população diante do trabalho exercido pelo/a professor/a era uma realidade em Pinhal da Serra desde que os primeiros docentes começaram a chegar no distrito, na segunda metade da década de 1920, e seguiu ao longo da década de 1990⁷⁹,

⁷⁸ As autoras utilizam os termos mediação intelectual ou mediação cultural, ambos para descrever essas práticas.

⁷⁹ Consideramos que essas relações se mantiveram até meados da década de 1990, quando muitas das escolas passaram pelo processo de nucleação e os professores foram transferidos para escolas maiores, na área urbana do distrito.

fosse o professor alguém que viesse de outra localidade ou mesmo aqueles moradores que viessem a atuar como docentes.

Os relatos dos/as professores/as permitem perceber o trabalho de mediação cultural que desempenharam, através das suas atividades na escola, mas principalmente nas dinâmicas cotidianas da vida no meio rural. As redes de sociabilidade⁸⁰ que estabeleceram com os moradores da comunidade faziam do/a professor/a um ponto de referência em relação ao mundo letrado, mas também intermediando conflitos, informando sobre questões políticas, envolvendo-se em festas e comemorações locais, reivindicando com as autoridades melhorias para a comunidade, entre outras atividades que colocavam o/a professor/a em papel de destaque nas comunidades.

[...] o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular (GOMES; HANSEN, 2016, p.18).

A escola, que muitas vezes funcionava na casa dos/as professores/as, era local de referência na comunidade, pois “[...] a escola fazia tudo, tudo que fosse de bom ou de ruim passava pela escola” (Rubens, entrevista, 2019). Assim, a mediação dos professores rurais na produção de novos significados e na troca de saberes, partia de atividades simples do dia a dia no campo.

Para os alunos a escola era o espaço de convivência e de aprendizagem, para os pais e a comunidade, a escola constituía espaço de informação e também de auxílio em atividades cotidianas. Conforme a professora Olívia, “a maioria dos pais eram analfabetos, assim ou sabiam ler e escrever alguma coisa, alguns, era mais ou menos ler, escrever, assinar o nome, fazer alguma conta” (entrevista, 2019) Assim, a escola, pela ação dos seus professores/as, constituía um espaço de conhecimento também para os pais, como também assegura o professor João Rubens.

Os pais recorriam à escola até para fazer contas de dias de serviço, de medidas de terra, dava muita empreitada de roçada, de carpido de roça, então eles levavam lá para fazer a conta de quanto dava, o tamanho da lavoura ou de roça e de quanto teria de pagar para o peão. Eu fazia as contas para eles, conhecia todo o pessoal e isso era comum. [...] Era parte do trabalho, com o que as pessoas se preocupavam, que hoje já não é, já não existe mais

⁸⁰ Sobre o tema das redes de sociabilidade, ver Xavier (2016).

essa preocupação: teria que saber vender um produto, animal ou vegetal, fazer a conta, ver quanto dava e se aquele dinheiro, aquele recurso era suficiente para comprar aquilo que a família precisava (João Rubens, entrevista, 2019).

Está nas lembranças do professor José:

Os pais procuravam muito a escola. O professor na época seria o conselheiro geral e de informações, pode ser, por exemplo, questões de terra, questões de família. [...] tinha que ser o apaziguador (José, entrevista, 2019).

Com base nos relatos, evidenciamos que a origem da mediação cultural e intelectual dos professores rurais de Pinhal da Serra encontra-se no enfrentamento de situações do cotidiano do docente rural no período pesquisado, como a carência de registros sobre os alunos e suas famílias, e as dificuldades em buscar informações com a secretaria de educação. Na ausência de registros de matrícula que trouxessem informações sobre os alunos, por exemplo, os professores visitavam as casas da comunidade, para levantar o número de crianças em idade escolar, acentua o professor João Rubens.

A gente tinha o sistema de visitar o pessoal. Sempre gostei de visitar os pais dos alunos, então normalmente eu fazia nas casas as matrículas, ia até as casas, pegava todos os dados e já os documentos que fossem necessários. Eu fazia tudo em um caderno, no meu caderno, para depois passar no caderno da aula, da escola. Anotava tudo ali, fazia o levantamento geral ali, depois passava no documento da escola. Sabia de cor até a data de nascimento de cada um dos alunos (João Rubens, entrevista, 2019).

As visitas também eram parte da rotina do trabalho do professor José:

[...] a gente se dava bem e naquela época, no Prédio por lá, quando eu morava lá, tinha muito convite de almoço, janta, de aniversário dos alunos, então eu vivia nas famílias, a gente tinha uma convivência, tinha mais tempo e mais disponibilidade de conviver com os pais. Eu gostava de ir mesmo (José, entrevista, 2019).

O professor João, que iniciou sua carreira na Escola São Luiz, construída na propriedade da sua família, depois foi transferido para a Escola São Pio X e encerrou sua carreira na Escola São Paulo de Tarso, relata como era o processo de transferência de uma escola para outra e suas correlações.

As outras comunidades sempre convidavam a gente para dar aulas nas comunidades deles. Trabalhava ajudando a fazer as festas, ajudando tudo, mas dando aulas não. Não gostava de trocar, porque você fazia uma organização, no momento que você estava organizado, fosse para outra teria que organizar tudo de novo. Assim como tinha uma relação com as outras comunidades, mas com a comunidade da escola era mais forte (João Rubens, entrevista, 2019).

Esse sistema de organização demonstra o processo de criação das redes de sociabilidade com a comunidade. Mesmo todos os professores/as entrevistados tendo nascido em Pinhal da Serra, muitas vezes eles iniciavam sua carreira em escolas afastadas do seu local de origem, precisando assim, estabelecer novas relações, aproximando o convívio com os moradores locais.

As redes de sociabilidade estabelecidas também eram um recurso de comunicação entre as famílias do meio rural, já que o principal meio de informação era o rádio – poucas famílias possuíam aparelhos de televisão e os periódicos tardavam a chegar no distrito. As notícias acabavam chegando através dos/das professores/as. O professor João recorda que

[...] a Revista Cruzeiro era uma das maiores, tinha o Correio do Povo também, chegavam através do ônibus, uma vez por semana [risos]. As informações pessoais tinham mais validade (João Rubens, entrevista, 2019).

A confiança depositada nas informações pessoais está diretamente vinculada às relações de poder estabelecidas no cotidiano rural. As famílias dividiam-se entre os partidos políticos e o contato acontecia pessoalmente em comícios e eventos, como rememora o professor João Rubens.

[...] as famílias se dividiam por segmento partidário e vinha dos mais antigos e como tinha a tradição dos maragatos e dos republicanos, que se arrastou. [...] Já tinha o uso do rádio, mas o contato nosso maior era com os chefes políticos, de ambos os partidos. Vinham até o Pinhal, então, por exemplo o Brizola, o Brizola vinha na Porteira do Pinhal, vinha no Pinhal, fazia comício aqui. Naquele tempo não tinha Pinhal, era Esmeralda, então todo o pessoal tinha o seu segmento partidário (João Rubens, entrevista, 2019).

Os relatos demonstram o envolvimento político dos professores entrevistados. As relações estabelecidas com a comunidade constituíam uma forma de propagar notícias do contexto político local às famílias, que muitas vezes não tinham acesso a outros meios de inteirar-se dessas questões. Dessa forma, os professores criavam metodologias de transmissão do conhecimento que possuíam, como destaca Xavier (2016).

O qualitativo intelectual se realiza por meio do trabalho de mediação que transforma o conhecimento científico em conhecimento compreensível, criando metodologias para realizar de modo eficiente a sua transmissão, tendo em vista os limites e as potencialidades do público a que se dirige. É nessa chave, portanto, que a dimensão intelectual do trabalho do professor se realiza (XAVIER, 2016, p. 482).

Entre os professores entrevistados, percebe-se nos relatos a mediação cultural e intelectual exercida pelo professor José e pelo professor João Rubens, o que pode indicar que as mediações realizadas pelos professores tivessem mais visibilidade em relação às realizadas pelas professoras, o que indica mais uma marca do contexto cultural daquele tempo, do que pensar que as mulheres não exercessem esse papel. Um exemplo é o da professora Caetana Elisa da Silva Pereira, com quem o professor José trabalhou nos anos em que lecionou na Escola Rural São Jorge. A professora Caetana tomou posse na escola como diretora no ano de 1956, vinda de Santa Catarina. Sua liderança fica evidente no exercício da sua função, como relata o professor José.

A Dona Caetana também era muito conselheira, aí ela dizia: fulano, diga para o teu pai vir aqui hoje que quero falar com ele. Os alunos já ficavam assustados, achando que era com eles. A verdade é que nas nossas origens lá deu umas brigas, muito feias naquelas épocas, famílias quando arrumavam uma encrenca era grande, um cruzava pelo outro se cuidando (José, entrevista, 2019).

Os professores e professoras, por conhecerem a comunidade, também eram as pessoas procuradas para evitar conflitos.

Rixas, então a gente evitava, soltava um mais cedo e o outro cinco ou dez minutos depois e eu dizia: você vá embora, não fique esperando o outro na estrada. Isso sempre existiu, até porque era uma índole, uma formação muito rude da época, dos pais e das famílias. Para arrumar uma encrenca era “de vereda” [rápido], por causa de namoro de uma filha que o pai não queria e uma série de questões, questões de terra, de danos de lavoura, quando as vacas entravam na lavoura do outro, então sempre existiu isso, a gente era o mediador. Principalmente as mães pediam, professor vai lá na casa do fulano, peça para ele não “retoçar” [provocar] meu marido, não fazer isso, não fazer aquilo (José, entrevista, 2019).

A mediação de conflitos na comunidade também era parte do trabalho desempenhado pela professora Caetana na comunidade de São Jorge. O cargo de direção trazia para a professora a responsabilidade de enviar informações da escola para a 4ª Delegacia de Educação em viagens a Caxias do Sul, como lembra o professor José: “*Periodicamente a cada noventa dias a Dona Caetana ia e eu ia junto com ela, receber orientações*” (entrevista, 2019). As dificuldades em cumprir os quase 200 quilômetros que separam Pinhal da Serra e Caxias do Sul, eram compensados pelas oportunidades de contato com outros professores, e também pelas visitas ao comércio, onde poderiam adquirir livros, brinquedos e outros

materiais para a escola. Considerando o contexto local, essas viagens constituíam em oportunidades de trocas de informações.

Fotografia 30 – à esquerda, a professora Caetana Elisa da Silva Pereira, que atuou na Escola Rural da Capela São Jorge nas décadas de 1960 e 1970; à direita, a professora e o professor José, colegas de trabalho entre 1936 e 1970.



Fonte: Arquivo pessoal Gilmar Pereira

Para a professora Olívia que atua há 49 anos no magistério, as oportunidades surgiram das viagens e cursos realizados nos seus primeiros anos como professora no distrito de Pinhal da Serra. Em 1970, quando lecionava na Escola Sagrado Coração de Jesus, na comunidade de Serra dos Gregórios, a professora foi convidada para realizar um curso de formação na capital do estado:

Naquele ano a coordenadora da educação, que era uma espécie de secretária em Esmeralda, ela me pediu para ir fazer um curso sobre merenda escolar, que o município não tinha ninguém. Como eu já tinha o ginásio, eu era uma das poucas professoras que tinha o antigo ginásio, a maioria dos professores tinha em média até a 5ª série, que era o que se exigia na época dos municípios, para dar aula nas escolas até a 4ª série, então, a maioria dos professores tinha a 5ª série e davam aula até a 4ª série. Nesse ano que eu estava lá eu saí um mês para fazer um curso em Porto Alegre, era promovido pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar e eu fiquei um mês fazendo esse curso. No início do ano, deveria ser, não em dezembro, no final do ano, o seu Valter Rosa, que era o prefeito, foi numa festa na Conceição, em 8 de dezembro e disse: “Olha, eu recebi um comunicado do coronel e você tem que trabalhar porque você fez o curso” [...] Então fui como professora, minha carteira era assinada como professora, trabalhando na secretaria municipal de Esmeralda. Então fui para Esmeralda trabalhar, coordenar a merenda escolar, comecei dar cursos para os professores, porque eram os próprios professores que faziam a merenda (Olívia, entrevista, 2019).

O curso realizado levou-a para exercer atividades da secretaria municipal de Educação de Esmeralda, onde permaneceu até 1985, quando foi lecionar no município de Vacaria. Durante os anos em que esteve trabalhando na prefeitura de Esmeralda acompanhava a secretária nas suas visitas às escolas rurais do interior do território, e teve a oportunidade de conhecer todas as comunidades onde estavam as escolas e seus professores.

Ser professor tornou-se um cargo estratégico para as mediações na comunidade, um espaço privilegiado em uma rede de sociabilidades, protagonizando ações que por vezes estavam mais voltadas para as práticas culturais, mas que também estavam relacionadas às questões intelectuais. Muitas vezes a mediação estava combinada com outros projetos de intervenção cultural que empreenderam (XAVIER, 2016), como, por exemplo, a trajetória política.

As mediações realizadas pelos professores rurais revelavam também as demandas locais, considerando que a distância dos centros urbanos, e mesmo as dificuldades para contatar as autoridades, constituíam muitas vezes um empecilho nas atividades da comunidade. As mediações dos docentes revelavam-se como facilitadora de ações na vida da comunidade, o professor exercia uma função pública e de relevância.

Com a emancipação de Esmeralda em 1963, os cargos políticos tornaram-se mais próximos da população. As mediações e o contato direto com as comunidades culminaram na eleição de dois professores pinhalenses como vereadores na primeira legislatura, o professor José Leão Pessoa da Silva e o professor José de Oliveira e Silva como representantes do distrito. Situação que se repetiu nos mandatos⁸¹ posteriores, levando muitos professores pinhalenses para a carreira política nos anos seguintes. O professor José reconhece a importância do trabalho docente e da sua trajetória política.

Eu era uma liderança e foi aí que surgiu a parte política. Me diziam, professor todo mundo lhe quer bem aqui na escola e graças a Deus a gente sempre se deu bem. [...] Fui vereador por nove anos. É que a primeira de 1964 foi cinco anos. Depois fui a reeleição e não deu mais para escapar. Fui para a reeleição me reelegi e fiquei quatro mais anos. Depois concorri a vice-prefeito do Dr. Orly, automaticamente continuei secretário da administração, fiquei cedido. Fui prefeito em 1983-1988 e entre 1993-1996. Quando saí em 1997 o Appio já me requisitou e fui trabalhar em Porto Alegre (José, entrevista, 2019).

Para o professor João Rubens, a liderança enquanto professor decorria das atividades desenvolvidas com a comunidade.

Estava ligado ao serviço prestado, tanto aqui no interior como em Esmeralda. Naquela época para alguém se eleger, de qualquer partido, teria que ter superior a duzentos votos. [...] Os professores tinham mais oportunidade de prestar serviços às comunidades. Os votos que eu fiz, foram equivalentes em todas as comunidades (João Rubens, entrevista, 2019).

O acúmulo de funções constitui uma das características do mediador intelectual descritas por Gomes e Hansen; é preciso “[...] atentar que ele pode perfeitamente acumular diversas funções e posições ao longo de sua trajetória profissional” (GOMES; HANSEN, 2016, p.22), pois não existem identidades pessoais ou profissionais fixas. Mesmo enquanto vereadores, os professores José e João mantiveram suas atividades como professores; na fusão dessas funções⁸², reivindicaram junto ao prefeito a construção de mais escolas no interior do território.

Começamos a fazer os pedidos. O Dr. Orly dizia: “você pensam que eu vou fazer tudo isso aí? Não tenho como fazer, não tenho dinheiro”. Então ele mandava fazer os levantamentos, preenchíamos o requerimento solicitando escolas e os pais e moradores das localidades assinavam. Cerro Alegre, São Jorge, o Rincão dos Crentes lá em baixo, Santo Antônio depois, que foi por último. Ele foi colocando as mais distantes (José, entrevista, 2019).

A professora Olívia destaca a importância da atuação dos vereadores para a construção das escolas nas áreas rurais a partir de 1964: “A questão era mais uma indicação política, era uma questão política. A comunidade queria uma escola, e através dos vereadores, que buscavam com o prefeito e não tinha assim um projeto, isso não existia, um projeto de educação” (Olívia, entrevista, 2019) Assim, as mediações realizadas pelos professores se concretizavam em ações políticas nas comunidades.

O professor José manteve as duas atividades até o ano de 1973, quando se tornou secretário da administração do município de Esmeralda. A sua carreira política sempre esteve atrelada às relações docentes e à população de Pinhal da Serra. Após o mandato como secretário municipal da administração, foi vice-prefeito e, por dois mandatos, prefeito de Esmeralda, entre os anos de 1983-1988 e 1993-

⁸¹ Além da marcante presença dos professores no Legislativo Municipal de Esmeralda, muitos dos líderes atuantes na comissão emancipacionista de Pinhal da Serra na década de 1990 foram docentes, entre eles o primeiro prefeito do município, o professor Antônio Giordano da Costa.

⁸² O professor José conciliou a docência com a sua trajetória política entre 1964 e 1972; o professor João Rubens no período entre 1989 e 1991. Apesar de não ter mais lecionado a partir de 1973, o professor José manteve o vínculo de professor estadual até sua aposentadoria em 1997.

1996, períodos em que Pinhal da Serra integrava o território de Esmeralda como distrito. As mediações culturais praticadas pelo professor José nos dez anos em que atuou no magistério em Pinhal da Serra foram determinantes para a sua carreira pública.

Fotografia 31 – O professor José discursa na solenidade de instalação do município de Pinhal da Serra, em janeiro de 2001. À direita, sentada, acompanhando a fala, a professora Olívia.



Fonte: Arquivo pessoal Silvia Mara de Jesus Costa.

Foi durante o segundo mandato do professor José, como prefeito de Esmeralda, na década de 1990, que Pinhal da Serra vivenciou seu processo de emancipação⁸³ política. Entre os líderes da comissão emancipacionista, estava o professor João Rubens, que recorda esse momento:

⁸³ Ainda não existem estudos a respeito do processo de emancipação do município de Pinhal da Serra, iniciado com o plebiscito em 1996 e concretizado apenas no ano de 2001, após disputa judicial.

[...] a conversação começou um pouco depois dos anos 1990, porque, tipo 1995 tinha a projeção de fazer a barragem, porque você projetava de Ita, Machadinho, Campos Novos, então em vinte anos saia aqui. Então trazíamos meio controlado, para que quando começasse a barragem começasse o município e deu certo. Você não imagina a dificuldade que se teve, o Zezinho era o prefeito da Esmeralda e ele era do Pinhal, então não pôs empecilhos para criar o município. Era a favor que criasse, mas como prefeito não se declarava. Se não fosse aquilo não tinha criado (João Rubens, entrevista, 2019)

As ações políticas decorrentes da mediação cultural dos professores de Pinhal da Serra foram fundamentais para a criação do município, porque ocorriam diretamente com a comunidade mas, também, em articulações dentro do grupo de professores nas diversas comunidades rurais, por vezes fora do distrito, expandindo-se para o interior de Esmeralda e para outros municípios da região.

Fotografia 32 – O professor João, ao centro, diante do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, em 1993.



Fonte: Arquivo pessoal Silvia Mara de Jesus Costa.

Em um contexto de famílias numerosas, quando vários filhos haviam aprendido as primeiras letras com o/a professor/a, as mediações realizadas pelos professores rurais se estendiam também às casas dos alunos. “Os mediadores, sejam indivíduos ou grupos, estão integrados em redes que se constituem em espaços propícios ao surgimento de novas maneiras de pensar e sentir” (GOMES; HANSEN, 2016, p.33) As relações entre os professores/as e as comunidades também eram afetivas.

Das redes de sociabilidade e da proximidade do professor com as famílias, nasciam relações de apadrinhamento, outro fator que revela a afetividade e o respeito das relações estabelecidas, assim como a relevância da figura do professor para as comunidades rurais. O professor José relata uma das situações em que ganhou um dos seus muitos afilhados.

Eu tinha um jipe e era o táxi do Pinhal da Serra. Isso na política também ajudou muito. Recordo que uma senhora fez um parto dentro do jipe. Vim trazer de madrugada. Busquei ela no Cerro Alegre, o rapaz, acho que mora em Caxias do Sul, é meu afilhado. Quando chegamos na encruzilhada dos Matté ali, era do bodegueiro Dinarte, da Erci, ela disse: pare, pare, pare que está nascendo. Ela estava no banco de trás, num banquinho, estava enrolada em um acolchoado. Paramos, o marido ajudou ela a fazer o parto, tinha um canivete, passamos o canivete no umbigo e ela, acostumada, devia ser o décimo, teve catorze filhos aquela mulher. E eu disse então vamos até o hospital em Esmeralda, ela disse: “não, agora já está resolvido”. Pegamos um pano, enxugamos. Ela enrolou a crianças numa fralda e disse: “vamos voltar”. Levei de volta. Dali uns dias me chamaram para fazer o batizado. A gente teve muitos afilhados, eram muitos, mais de cinquenta (José, entrevista, 2019).

Os professores estavam sempre envolvidos nas atividades que aconteciam em Pinhal da Serra, e as escolas, conseqüentemente, tornavam-se o centro da organização de tais eventos. Os relatos revelam que essas atividades ligadas à realização de eventos aconteciam fora do período escolar e eram desempenhadas com prazer pelos professores, com um sentimento de responsabilidade pela função exercida. O professor João Rubens recorda que também auxiliou na organização de festas de casamento nas comunidades onde lecionou.

O casamento se organizava praticamente tudo na escola. O planejamento do casamento, os custos do casamento, o vestuário dos noivos. Tudo passava por ali, porque se não um não tinha o outro emprestava. O casamento com roupa emprestada era muito comum [Risos] Se organizava, porque muita coisa a gente tinha na escola. Então a roupa de casamento, muitas vezes eu emprestava roupa para os caras casarem, a Zeli, minha mulher emprestava roupa dela para o casamento... O pessoal depositava em nós confiança, que hoje já é mais complicado (João Rubens, entrevista, 2019).

O envolvimento do professor João revela a proximidade dos professores com a Igreja Católica. No cenário pesquisado, a população dividia-se entre católicos e espíritas. Enquanto os espíritas possuíam uma casa apenas no centro do distrito, os católicos estavam organizados em capelas⁸⁴, em todas as comunidades. Na maioria das vezes o professor tornava-se também o presidente da capela, sendo o responsável por administrá-la. O envolvimento do ensino rural com a Igreja é

indispensável para compreender o significado do/a professor/a rural e do trabalho que desempenharam nas comunidades do interior. De acordo com Almeida (2011), a identidade do professor/a no meio rural era influenciada pela ética e a moral cristã.

Enfim, pode-se dizer que a construção das identidades dos/das professores/as também era mediada pela Igreja e pelos discursos de uma moral e ética cristãs. [...] Destaca-se a relação de proximidade entre a igreja e as pequenas comunidades rurais. Assim como a figura do padre era uma referência, representando autoridade moral, exemplo de conduta e de postura adequadas, o/a professor/a, de certa forma, também deveria assumir esse lugar junto às comunidades (ALMEIDA, 2011, p. 98-99).

Diante da falta de estrutura em algumas comunidades, as aulas eram realizadas no interior da igreja. Assim foi com a Escola Antônio Raimundo dos Santos, que funcionou por anos na igreja da capela de Nossa Senhora da Conceição, na comunidade de mesmo nome, até a construção do prédio que recebeu a escola. Com a proximidade da escola com a igreja, o professor/a estava envolvido na organização das festividades religiosas da sua comunidade. Essas comemorações, que ainda hoje são significativas para a população, já eram realizadas na sede do distrito e nas suas comunidades desde a década de 1920.

Além das tradicionais celebrações religiosas realizadas nas capelas, outras comemorações que marcaram a memória dos moradores de Pinhal da Serra foram as festividades da Semana Farroupilha, que envolviam diversas atividades, entre elas desfiles, concursos de dança, de prendas e de poesia. Como a festa era realizada na sede do distrito, toda a organização era realizada pelos professores da Escola São Paulo de Tarso.

Se organizava um calendário já para encaixar a Semana Farroupilha, que era feito tudo no colégio, competição de prenda, de peão, de poesia, mas para organizar uma semana farroupilha se trabalhava muito. Era concurso de tudo e tudo saía da escola, a renda total era para a escola, então não se colocava intermediários, tudo que fosse feito em termos financeiros era a escola que comandava. Participavam mais de vinte acampamentos, reunia todos os CTGs⁸⁵ da época, reunia todas as entidades e cada qual tinha o seu acampamento. Tinha, fazia competição de laço, de animais, de petiços, de animal maior, fazia rinha de galo, inclusive foi feita uma vez penca de gato (João Rubens, entrevista, 2019).

⁸⁴ O termo capela, no contexto local, é entendido em uma conotação mais ampla que o santuário ou oratório; abrange também as casas e os espaços onde vivem os moradores de determinada comunidade organizados em homenagem a um santo ou santa do catolicismo.

⁸⁵ CTG – Centro de Tradições Gaúchas.

Fotografia 33 – Registros do desfile e da guarda da chama crioula da Festa Farroupilha de 1980, organizada pela Escola São Paulo de Tarso.



Fonte: Arquivo pessoal Silvia Mara de Jesus Costa.

O professor João Rubens, que esteve na Escola São Paulo de Tarso entre os anos de 1977 e 1993, evoca essas memórias de participação e envolvimento da comunidade escolar no evento.

A comunidade fechava, os funcionários da escola e os professores trabalhavam em função da festa. Tinha atração e população porque tinha uma organização. Todo mundo contribuía e colaborava. Os desfiles davam muito grandes, desfiles de carreta, desfile de cargueiros, desfile de todos os tipos, até desfile de junta de boi, carreta de animal, cargueiros de diferentes tipos, carrinhos puxados por cabritos, que eles pagavam as juntinhas de cabritos e até desfile de uma moenda de cana, para fazer o açúcar e fazer a rapadura, então era uma divertimento (João Rubens, entrevista, 2019).

Além das festas farroupilhas, a Escola São Paulo de Tarso também era o local onde aconteciam os campeonatos de futebol do distrito. Esses jogos constituíram práticas culturais que representavam as questões de pertencimento, pois cada comunidade organizava o seu time para disputar os jogos; era comum que o professor participasse do time e da sua organização, em mais uma expressão da sua mediação cultural. O professor João Rubens recorda que, no início, a escola

não possuía um campo, construído posteriormente, durante a gestão do professor José na secretaria da administração de Esmeralda.

[...] existia o terreno, mas não o campo. Era todo desnivelado e praticamente não tinha mato, por muito tempo puxamos terra para ir aterrando os buracos, depois com o Zezinho, porque o Zezinho era ligado ao Pinhal e ligado ao futebol, daí ele facilitava as máquinas para vim e organizamos o campo (João Rubens, entrevista, 2019).

As festas, os jogos e os desfiles, espaços de convivência social entre as comunidades organizados na Escola São Paulo de Tarso, são memórias afetivas, rememoradas com carinho por aqueles que compartilham essas lembranças. O envolvimento com as festas e demais atividades culturais traziam para esses docentes reconhecimento e *status* social, já que estavam diretamente envolvidos nos mais diversos setores. Gomes e Hansen (2016) argumentam que os mediadores intelectuais “têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com os outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político” (GOMES e HANSEN, 2016, p.12).

Fotografia 34 – Partida do campeonato de futebol do distrito, em 1975, Realizado na Escola São Paulo de Tarso; ao fundo o prédio da escola.



Fonte: Arquivo pessoal Sílvia Mara de Jesus Costa.

Fotografia 35 – Organização da Semana Farroupilha: o senhor João Ferreira, o professor Antônio Giordano da Costa, o professor José Tadeu Silveira (com o microfone), o senhor Oliveira Marques da Silveira, o professor José de Oliveira e Silva e o senhor Derli Néry (da esq. para a dir.).



Fonte: Arquivo pessoal Silvia Mara de Jesus Costa.

A atuação dos professores rurais de Pinhal da Serra como mediadores culturais nas comunidades interioranas, onde estavam localizadas as escolas, pode ser indicada como uma característica do recorte espaço-temporal investigado, e não constitui uma permanência nas décadas posteriores, segundo Gomes e Hansen.

A figura do mediador cultural é, assim, desafiadora, não só por questões teóricas constitutivas de sua atividade intelectual, como igualmente pelas numerosas possibilidades de funções que pode exercer ao mesmo tempo e através do tempo. Isso porque a profissionalização ou especialização de um mediador pode estar relacionada a variáveis culturais e econômico-sociais muito visíveis, como as mudanças das tecnologias disponíveis para o exercício da comunicação social mais alargada [...] (GOMES; HANSEN, 2016, p.22).

No caso de Pinhal da Serra, o processo de nucleação ocorrido nos anos 1990 e o conseqüente fechamento das atividades das escolas onde atuavam esses docentes, inscrevem-se nas mudanças mencionadas pelas autoras.

A preocupação com a universalização do ensino, decorrente da Constituição de 1988 e da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), obrigou o Estado brasileiro e seus municípios garantir o acesso à escola para todas as crianças em idade escolar. A alternativa encontrada pelos gestores municipais no período, como o apoio e investimento do governo federal, foi a intervenção nas escolas multisseriadas, reunindo os estudantes e os professores em um único local, com a proposta de oferta de uma estrutura e condições pedagógicas melhores (BENEDETE NETTO, 2014).

Fotografia 36 – Prédio da Escola Municipal Afonso Pena, na comunidade de Barra Grande, esta escola esteve em funcionamento até o ano de 2006.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra

O impacto social do encerramento das atividades nas escolas rurais atingiu as comunidades e se refletiu em questões de pertencimento e identidade dos estudantes e também dos/as professores/as. Na década de 1990, o fechamento das escolas em Pinhal da Serra aconteceu no sentido campo/campo, onde a escola rural com maior estrutura física recebeu os estudantes e professores de escolas menores.

A única escola que permanece em funcionamento está relacionadas no Quadro 11, na página seguinte.

Quadro 11 – Escolas que encerraram atividades.

Escola	Comunidade	Encerramento das atividades
Afonso Pena	Rincão da Barra Grande	2006
Antônio Raimundo dos Santos	Capela da Conceição	1996
Marcolino Chaves	São Miguel/ Nossa Senhora da Saúde Serra dos Gregórios	2009
Miguel Couto	Capela da Conceição	1996
Nossa Senhora Aparecida	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Milocas	1998
Nossa Senhora de Fátima	Serra dos Gregórios	2000
Oswaldo Cruz	Cerro Alegre	2002
Presidente Castelo Branco	Serra dos Gregórios/Rincão dos Barbozas (Barbosas)	1994
Princesa Isabel	Serra dos Gregórios/ Campestre da Boa Vista	Em funcionamento
São Jorge	São Jorge	2006
São Pio X	Campo Alto/ Porteira do Pinhal	1996
São Vicente	Rincão dos Basílios	1999

Fonte: elaborado pela autora a partir das Atas de Resultado Final, dos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra (RS)

Com a instalação do município em 2001, a nucleação das escolas municipais, a partir dessa data, ocorreu no sentido campo/cidade, o que aumentou ainda mais o choque cultural e as questões identitárias das comunidades rurais. A única escola rural, administrada pelo município, que ainda está em funcionamento é a Escola Princesa Isabel, na comunidade de Serra dos Gregórios.

Para Benedete Netto,

Os aspectos culturais e identitários são os mais atingidos pelo fechamento das pequenas escolas multisseriadas, que, além do papel educativo, desempenhavam um papel muito importante para as comunidades onde estavam inseridas, principalmente quando seus professores tinham ou têm vínculos fortes com a comunidade em questão (BENEDETE NETTO, 2014, p.110).

A efetivação do projeto de nucleação das escolas garantiu o acesso, mas causou impactos culturais nas comunidades, que perderam suas escolas e seus professores/as. Arroyo (2004) argumenta que essa modificação na organização cultural das comunidades rurais e em seus processos educativos é mais uma imposição do modelo urbano ao campo.

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado (ARROYO, 2004, p. 79).

Diante do fechamento das escolas e da ausência do professor/a, o espaço que era o cenário das mediações culturais acabou se reconfigurando. Não temos como definir quando, exatamente, ações de mediação cultural dos professores/as deixaram de acontecer. É preciso considerar, também, que, com o passar dos anos, muitos daqueles professores se aposentaram e os novos, que lecionaram em escolas nucleadas, com um número maior de alunos e de professores, não vivenciaram as mesmas situações.

Fotografia 37 – Antigo prédio da EMEF Princesa Isabel.
Os primeiros registros de funcionamento da escola datam de 1952;
entre as escolas rurais municipais é a única que ainda está em funcionamento.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra

É importante ressaltar que ao longo dos anos de 1990, concomitante ao processo de nucleação das escolas, Pinhal da Serra vivia seu processo de emancipação, deixando de ser distrito e tornando-se um município, o que fez com o

que o espaço tomasse características mais urbanas. As melhorias nas estradas, nos meios de transporte e no acesso à comunicação também devem ser considerados.

A expansão da cidade sobre o campo, [...] levou a um deslocamento da centralidade do modo de vida comunitário. Com a ampliação dos contatos, mas com a diminuição de sua importância – e considerando a quantidade de pessoas com que um cidadão de uma cidade tem de lidar sem manter vínculo afetivo, principalmente se comparado com o morador de um vilarejo –, a personalidade da comunidade foi perdendo espaço para a impessoalidade (MOCELLIM, 2011, p. 107).

Segundo Bauman (2003), a *mesmidade* é a característica que mantém a vida da comunidade, e a sua homogeneidade se mantém enquanto os canais de comunicação com outros agrupamentos não se ampliam. No caso das comunidades rurais de Pinhal da Serra, a ampliação dos canais de comunicação, assim como a nucleação das escolas e os aspectos da urbanização a partir da sua emancipação, foram cruciais para as transformações ocorridas nas relações de mediação cultural realizadas pelos professores rurais. No entendimento do autor, a comunidade precisa manter certa imutabilidade para permanecer viva ao longo do tempo.

Essa mesmidade encontra dificuldades no momento em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação “de dentro” e “de fora”, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre “nós” e “eles”. A mesmidade se evapora quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas (BAUMAN, 2003, p. 18).

Diante da mudança nas características das comunidades rurais, onde a escola representava a instituição que norteava diversas atividades, a identidade do professor/a rural também passou por transformações e se adaptou a essa nova realidade. Assim, compreendemos que as práticas de mediação cultural realizadas pelos professores de Pinhal da Serra aconteceram em um contexto específico, diretamente relacionado ao modo de vida rural e a existência das escolas nesses espaços.

Os/as professores/as entrevistados/as, mesmo aqueles que já encerraram sua carreira como docentes, carregam ainda a marcas da identidade docente e das práticas de mediação cultural realizadas, reconhecidos por seus ex-alunos e por todos aqueles que acompanharam sua trajetória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Así, las historias que contamos dicen tanto de nuestro pasado, como de nuestros intereses presentes; en cierto sentido, somos un microcosmos de las historias que somos capaces de narrar” (ROLDÁN, 2005, p. 181).

Ao concluir a escrita da dissertação, a epígrafe de Roldán (2005) corrobora a compreensão do sentimento de concluir, por ora, a narrativa. A história contada neste trabalho também é parte do meu passado e dos meus interesses presentes. Realizar esse estudo nos últimos dois anos foi uma experiência de aprendizado e amadurecimento. Ao mesmo em que me constituía como pesquisadora, compreendia a realidade das escolas rurais, através das trajetórias dos seus professores e professoras, pessoas que construíram suas histórias, em outros tempos, no mesmo espaço onde vivencio a profissão docente.

A definição do objeto de pesquisa relaciona-se com as experiências do trabalho na Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra, que guarda os arquivos dessas escolas e recebe ainda ex-alunos, em busca de documentos escolares. Tais documentos que um dia pertenceram ao município de Esmeralda, integram o acervo sobre a educação no território de Pinhal da Serra, anterior ao ano de 2001, quando ocorreu sua instalação como município. Além disso, convivência com a realidade das escolas do município e as questões que ainda se impõe sobre a administração das escolas rurais, suscitaram questionamentos sobre esses processos no passado.

Este estudo buscou construir uma versão possível sobre a história da educação rural em Pinhal da Serra (RS), partindo das narrativas dos professores e das professoras que vivenciaram a docência nesse espaço entre os anos de 1963 e 1993. Ao escrever a história, produzimos a nossa visão sobre o passado, atribuindo significados em um tempo posterior ao tempo relatado pelas entrevistas. É o espaço da subjetividade, onde cada historiador atribui sentidos diferentes nas interpretações históricas que realiza do passado, como diz Roldán (2005), somos um microcosmo das histórias que somos capazes de contar.

A partir dos entrecruzamentos das narrativas de memórias dos cinco professores entrevistados com outros documentos, conhecemos e compreendemos como os processos de escolarização foram relacionando-se com o contexto das

políticas públicas educacionais, principalmente àquelas prescritas pela Lei nº5692/71, aprovada durante o período militar. Elaborada sob a influência ideológica estadunidense e legitimando a proposta dos militares para a educação do país, esta lei nada propôs em relação a educação no espaço rural.

A existência das trinta escolas (estaduais e municipais) identificadas por este estudo estava ligada a uma realidade essencialmente rural e revelava a necessidade de oferta de uma escolarização formal para uma população que enfrentava adversidades ligadas ao isolamento do campo e às dificuldades de acesso à informação.

O estudo evidenciou que a Escola Rural São Jorge foi a única a ofertar aulas práticas de lavoura, uma aproximação da escola com a realidade rural do território. A educação rural estava destinada a oferecer os conhecimentos básicos de leitura, escrita e operações matemáticas simples às populações residentes no campo. As narrativas dos/das professores/as mostram que essa era a preocupação principal dos pais, que ao concluir o primário, seus filhos soubessem ler, escrever e realizar contas.

As memórias narradas, enquanto representações do tempo vivido, remontam a um período de desafios para chegar até o ambiente de trabalho, administrar os escassos recursos de uma escola que, muitas vezes, estava isolada nos espaços rurais. Mas esse período também foi narrado como um tempo de autonomia, reconhecimento da atuação profissional e de relações de afeto e respeito com os alunos, os pais e demais moradores das comunidades rurais de Pinhal da Serra.

Entre lembranças e esquecimentos, os vestígios referentes às práticas revelam que a memória desses professores e dessas professoras guarda um significado muito especial sobre o convívio nos espaços rurais, a simplicidade e as relações humanas construídas. Fazer um fogo de chão para aquecer os alunos no inverno, esquentar seus pés em água quente, guardar roupas na escola para que trocassem nos dias de chuva, dar e receber presentes, adquirir materiais para a escola, envolver-se com a comunidade em suas alegrias e tristezas, são ações distantes das práticas dos/as professores/as nos dias hoje, mas que revelam as mesmas intenções e sentidos da nossa atuação profissional, a humana docência citada por Arroyo (2000).

Nos redescobrimos em horizontes, intencionalidades e significados. Reaprendemos que nosso ofício se situa na dinâmica histórica da aprendizagem humana, do ensinar e aprender a sermos humanos. Por aí reencontramos o sentido educativo do nosso ofício de mestres, docentes. Descobrimos que nossa docência é uma humana docência (ARROYO, 2000, p. 53).

As práticas narradas evidenciam que as aulas aconteciam com os recursos disponíveis, não havia livros para todos, às vezes a merenda não chegava, o acompanhamento pedagógico estava distante... mas nenhuma adversidade impossibilitava o funcionamento da escola. Em Pinhal da Serra no período pesquisado, as escolas estaduais e municipais compartilharam o desafio de ensinar no meio rural.

As narrativas nos permitem perceber que as distâncias, as dificuldades enfrentadas pelos/as professores/as e a falta de formação para exercer a função, fizeram com que inventassem práticas e maneiras de ser professor/a no meio rural. Diante dos baixos índices de alfabetização no período, alguns tornaram-se professores a partir do convite de autoridades que se dirigiam às casas dessas pessoas e as convidavam para lecionar na própria comunidade onde residiam ou em comunidades próximas, onde houvesse a vaga e a carência de um/a professor/a. Destaca-se, quanto à formação, que a maioria dos/as professores/as rurais que atuou nas escolas municipais havia concluído o curso primário quando iniciou a carreira docente, já nas escolas estaduais a maioria havia concluído o curso normal. Os/as professores/as procuraram qualificar sua prática ao seguir os estudos, cursando o ginásio e faculdade no período de férias.

Uma das principais dificuldades mencionadas nas entrevistas, quanto às questões pedagógicas, foi o trabalho nas classes multisseriadas. Todos os entrevistados narraram o desafio de ensinar, na mesma sala, para níveis diferentes e com poucos materiais. Geralmente organizavam a sala dispondo em fileiras ou grupos os estudantes da mesma série; algumas escolas possuíam dois quadros-verdes e, quando não existia, o quadro era dividido para atender todas os níveis.

A análise das narrativas oportunizou-me perceber a importância do relacionamento do/a professor/a rural com as comunidades onde estavam instaladas as escolas. Ao serem questionados sobre suas práticas pedagógicas, as respostas eram curtas; na maioria das vezes o assunto se encaminhava para a convivência

com os pais dos alunos e os motivos pelos quais a comunidade frequentava a escola.

O convívio com as comunidades, fizeram do/a professor/a uma figura social de relevância, uma referência para a comunidade através das mediações culturais que estabeleceram. Os relatos dos/das professores/as trouxeram como característica o envolvimento em atividades que vão muito além do espaço escolar e invadem os espaços de organização social e cultural dessas comunidades rurais. Os/as professores/as empreenderam novos significados à circulação de informações e à troca de ideias e saberes em diferentes circunstâncias ao longo da sua trajetória profissional.

As mediações culturais realizadas pelos professores rurais podem ser relacionadas com o processo de emancipação do município estudado, pois muitos professores estavam envolvidos nas questões políticas que culminaram na criação do município de Pinhal da Serra no ano de 1996. Além de membros da comissão emancipacionista, os professores pinhalenses se destacaram no contexto político de Esmeralda: o professor José foi eleito prefeito por dois mandatos e o professor João Rubens, assim como outros professores, foi vereador. O professor Antonio Giordano da Costa, irmão do professor João Rubens, foi o líder da comissão emancipacionista e o primeiro prefeito de Pinhal da Serra.

As práticas de mediação cultural realizadas pelos/as professores/as rurais nesse território, aconteceram em um contexto específico, diretamente relacionado ao modo de vida rural e a existência das escolas nesses espaços. Ao longo da década de 1990 inicia-se o processo de nucleação com o encerramento das atividades em muitas escolas rurais de Pinhal da Serra, fator que impacta a vida das comunidades e interfere na prática dos docentes, já que muitos acabam transferidos para escolas maiores.

As fontes também permitiram estabelecer alguns percursos da história da educação do município estudado, deixando evidente que a instalação de Esmeralda, em 1964, foi determinante para a organização das instituições escolares existentes e a ampliação do número de comunidades atendidas por escolas. Antes desse período, a informalidade dos processos educativos e a escassez de escolas públicas dificultavam o acesso à escola para a maioria da população pinhalense. As aulas nos espaços rurais aconteciam com professores contratados, que lecionavam na casa dos alunos ou em suas próprias casas. A contratação de professores

particulares foi prática comum na região dos Campos de Cima da Serra, uma forma de conduzir a educação para as populações rurais frente à ausência de escolas nesses espaços. Em Pinhal da Serra muitas dessas aulas com professores contratados acabaram originando as escolas rurais municipais.

Considerando os altos índices de natalidade na região, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, mesmo as comunidades menores, com poucas famílias, tinham matrículas suficientes para requerer uma escola; a listagem dos nomes nos cadernos de chamada das escolas evidenciam que recebiam irmãos e primos. Algumas vezes, era um dos irmãos mais velhos quem assumia a função de professor/a, como aconteceu com o professor João Rubens e a professora Olívia.

Constatou-se que a estrutura das escolas nas localidades onde as trajetórias docentes se desenvolveram foram construídas pelo poder público, diante da organização da comunidade que reivindicava junto aos políticos, principalmente aos vereadores, a existência de instituições de ensino. Alguns proprietários acabavam emprestando em regime de comodato as terras para a construção, como no caso das escolas São Luís e Miguel Couto, além disso, era comum que os pais e os professores organizassem festas para angariar recursos e mobiliar as escolas.

Os espaços escolares do meio rural de Pinhal da Serra foram referências sociais, culturais e identitárias para as suas comunidades, assim como as comunidades rurais foram fundamentais para fundar as escolas nesse meio.

As estruturas das escolas, construídas em madeira no primeiro momento, evidenciam a extração e a comercialização das serrarias em Pinhal da Serra. Além da construção do prédio, as madeiras eram utilizadas na fabricação de todo o mobiliário escolar, como classes, cadeiras e armários. O registro da história local revela um contexto de exploração dos recursos naturais do município, desde a ação das serrarias nas matas, no início da povoação, até a inundação das áreas de mata atlântica com a construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande.

A imersão na pesquisa, principalmente a partir da metodologia de História Oral, oportunizou-me aprendizados junto aos narradores, em cada história contada. Os encontros durante a realização das entrevistas, a maneira como fui recebida pelos/as entrevistados e os vínculos estabelecidos pelo processo, são vivências e memórias que agora compartilhamos.

Ao longo do processo de pesquisa identifiquei outras possibilidades de investigação, voltadas para a história das instituições escolares, entre elas a EEEM

São Paulo de Tarso, originada do Grupo Escolar de Pinhal da Serra, assim como da Escola Paulo VI, que anteriormente foi a Escola Rural da Capela São Jorge. Pela problematização proposta e, em virtude do tempo disponível para o desenvolvimento deste estudo, optei por não realizar um aprofundamento sobre essas instituições, por isso, constituem um fator motivador para pesquisas futuras, e que possam se somar a essa dissertação. Dentre outras possibilidades de pesquisa, destaco o estudo da biografia do professor Antonio Giordano da Costa, pela sua trajetória em Pinhal da Serra como professor, suas contribuições para a educação através do trabalho desempenhado na Escola São Paulo de Tarso e também como prefeito. Os levantamentos realizados sobre a educação em Esmeralda apontaram a inexistência de estudos sobre a história da educação nesse município.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: vol. II, século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As memórias da educação: aproximações teóricometodológicas. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 211-243, jan./abr. 2009.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da rural**: narrativas da experiência educativa de uma escola normal rural pública (1950-1960). 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Uma obra referência para professores rurais**: Escola primária rural. Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 57-68, jul./dez. 2011.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Vozes esquecidas em horizontes rurais**: histórias de professores. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (org.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Pedagogia do oprimido. In: CALDART, Roseli Salette et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.
- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952)**: uma abordagem comparada. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2013.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. **A Diocese de Vacaria**. Porto Alegre: EST, 1984.

- BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Vacaria dos Pinhais**. Porto Alegre: EST, 1978.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BELUSSO, Gisele. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: Histórias de sujeitos e práticas (1922-1954)** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; CAMARA BASTOS, Maria Helena. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. III: Séculos XX. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BENEDETE NETTO, Marcus Vinícius. **Da escola rural multisseriada à escola nucleada**: narrativas sobre o espaço, o tempo e o pertencimento no meio rural (Caxias do Sul (RS)/1990-2012). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.
- BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pedagogias que brotam da terra**: um estudo sobre práticas educativas do campo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BRASIL, **Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 20 Maio 2019.
- BRASIL, **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 Maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Diário Oficial da União, abr. 2002.
- BRITO, Estela Denise Schütz. **Memórias de Ex-alunos(as) do internato da Escola Normal Evangélica em São Leopoldo/RS**: práticas cotidianas e cultura escolar (1950-1966). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURKE, Peter (org.). **O que é a história cultural?**. Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BURKE, Peter (org.). **Variiedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (orgs.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. p. 43-69
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránsky. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão, 2002.
- CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação**. Fronteiras, Dourados, v.13, n.24, p.15-29, jul./dez. 2011.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COPÉ, S. M. **Contribuições para a pré-história do Planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS**. Pesquisas, Antropologia, São Leopoldo, n.58, p.121-38, 2002.
- DAMASCENO, Maria Nobre; BESSERRA, Bernadete. **Estudos sobre Educação Rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.
- DUARTE, Ariane dos Reis. **“O homem que fez 200 escolas”**: Representações sobre Felipe Tiago Gomes e seu percurso frente à campanha nacional de escolas da comunidade – CNEC (1940-2000). 2018. Tese (Doutorado em Educação) –

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

ERRANTE, Antoniette. **Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar.** História da educação, ASPHE/Fa/UFPel, Pelotas: ASPHE, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **Patrimonio material de la escuela e historia cultural.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, jul./dez. 2010.

FARIA, Adriana Horta de. **Trajetórias docentes: memórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007).** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FONSECA, Henrique de Oliveira. **Em defesa da ruralização do ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

FURTADO, Alessandra Cristina; MOREIRA, Kênia Hilda. Professores leigos em escolas rurais primárias no sul de Mato Grosso (1930-1970). In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. **Anais [...].** Florianópolis, 2015.

GARDELIN, Mário. A contribuição de Vacaria para o desenvolvimento da região dos Campos de Cima da Serra. In: **Raízes de Vacaria I.** Porto Alegre: EST, 1996. p. 32-56.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais**

Mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. **Memórias recompondo tempos e espaços da educação:** Bom Jesus/RS (1913-1963). Tese da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do Tempo e recantos da memória.** Reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. **Aulas com professores em casa:** memórias do ensino rural em Bom Jesus (1910-1940). Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.20, n.36, p.1-256, jul./dez. 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

ILHA, Darieli Daltrozo. **Escolas rurais do município de Juiz de Fora – MG:** história e histórias a serem contadas. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

IZQUIERDO, IVÁN. **Memória.** Porto Alegre: ArtMed, 2002.

KRAMER, Clarice; KRAMER, Sirlene (Org.). **Arroio do Engenho:** um passado que construiu o presente. Pinhal da Serra, RS, 2004. Não publicado.

KREUTZ, Lúcio. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: **Educação no Brasil: história e historiografia.** Sociedade Brasileira de História da Educação (org.). Campinas: Autores Associados, 2001.

KREUTZ, Lúcio. **Os movimentos de Educação Popular no Brasil, de 1961-64.** 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

KREUTZ, Lúcio. Práticas escolares entre imigrantes no Rio Grande do Sul: 1870-1940. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; NETO, Amarílio Ferreira (Orgs.). **Práticas escolares e processos educativos:** currículo, disciplinas e instituições escolares (Séculos XIX e XX). Espírito Santo: Editora EDUFES, 2011. p. 307-336.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo. **Memórias de professoras de escolas rurais:** (Rio Claro - SP, 1950 a 1992). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Rosângela. **História do Ensino Primário Rural em Cianorte – PR (1950-1990)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

LITWINCZIK, Virginia. **Memórias e identidades em torno da alimentação e da culinária em escolas rurais no Distrito Federal (1970-2010)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

LUCHESE, Terciane. Ângela. **Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em termos regionais**. História da Educação, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, Maio /ago. 2014.

LUCHESE, Terciane. Ângela; BELUSSO, Gisele. **Memórias de uma religiosa professora: representações do cotidiano escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS (1951-1962)**. Revista Acadêmica Licenciaturas, Ivoti, v. 4, n. 2, p. 50-59, 2016.

LUCHESE, Terciane; GRAZZIOTIN, Ângela; SGARBI, Luciane. **Memórias de docentes leigas que atuaram no ensino rural da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul (1930 - 1950)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 341-358, abr./jun. 2015.

MARTINI, Marinês Jussara Goulart. Os primeiros moradores da capela de São João Velho – Esmeralda. In: **Raízes de Vacaria I**. Porto Alegre: EST, 1996. p. 336-341.

MARTINS, Marilda da Conceição. **Professoras de escolas rurais: Bolívia, Brasil e México**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Classes multisseriadas (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=71>>. Acesso em 26 de abril 2014.

MOCELLIM, Alan. **A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea**. Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011.

NAWROSKI, Alcione. **Amor à terra: a função social da escola no meio rural**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: A problemática dos lugares**. In: Proj. História, São Paulo, dez, 1993.

NÓVOA, António (org.). Os professores e as histórias de suas vidas. In: **Vidas de professores**. Porto: Porto, 1992.

NÓVOA, António. **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto, 1995.

NURMBERG, Maricléia Aparecida. **História da educação do município de Enéas Marques – 1960 a 1992**: das escolas rurais à nuclearização. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

OLIVEIRA, José Fernandes de. **Rainha do planalto**. Caxias do Sul, RS: São Miguel, 1959.

OLIVO, Gleison. **Sentidos e saberes da Escola Rural no Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves/ RS (1928 - 1958)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINOTTI, Adhemar Antonio Martins. **Só para lembrar**: Vacaria em fotos. Caxias do Sul: Iorigraf, 2011.

PORTELLI, Alessandro. **A História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRADO, Adonia Antunes. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 5-27, jul./out. 1995.

QUADROS, Claudemir de. **As Brizoletas cobrindo o Rio Grande**: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra Ltda, 2000.

RIBEIRO, Marlene. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

ROLDÁN, Concha. **Entre casandra y Clío. Uma história de la filosofía de la História**. Madrid, ES: Akal, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Claudinéia Soto da. **Escolas rurais como espaços formativos**: vozes de professores que atuaram na região de Borebi/SP. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2018.

SILVA, José de Oliveira e. Emancipação do município de Esmeralda. In: **Raízes de Vacaria I**. Porto Alegre: EST, 1996. p. 335-336

SILVA, Silvana Maria da. **Memórias da Escola Rural**: representações da cultura escolar da escola rural mista de Bom Sucesso na memória de ex-alunos e de uma professora (1937-1952). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Mestres das primeiras letras como mediadores culturais: escolas rurais e usos da escrita em povoados indígenas do México no século XIX. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.121-147.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas**: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SOUZA, José Edimar de. **O uso de fontes orais em pesquisa em Lomba Grande – RS**: aspectos das Escolas Isoladas (1940-1950). *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 21, n. 2, p. 441-459, maio/ago. 2016.

SOUZA, José Edimar de. **Trajetórias de professores de classes multisseriadas: memórias do Ensino Rural em Novo Hamburgo/RS (1940 a 2009)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

SOUZA, José Edimar de; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. **Memórias de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburgo, RS (1931-1942)**. *Rev. Bras. Educ.*, Jun. 2015, vol.20, no.61, p.383-407.

SOUZA, José Edimar de. GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. **Um modo de ser professora primária: notas de trajetória docente de Telga Bohrer**. *Cordis. História e Literatura*, São Paulo, n. 10, p. 285-309, jan./jun. 2013.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, Memória e História da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

VAHL, Mônica Maciel. **O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro – PLIDEF/INL (1971-1976)**: um estudo sobre as condições históricas e sociais e as paradas em jogo no campo. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação**. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2001.

VELASQUEZ, Cinára Dalla Costa. **Memórias de professoras rurais: um tempo... um vento... sentidos e significados de vivências**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa**. Historia de la Educación. Salamanca, v. 25, p. 131-152, 2006.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **Historia de La Educación e Historia Cultural: posibilidades, problemas, cuestiones**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, p. 63-82. set./dez. 1995.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. **Uma história de governmentação e de verdades: educação rural no RS 1950/1970**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

XAVIER, Libânea Nacif. **Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações**. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.464-485

APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUADRO 1: ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS
DE PINHAL DA SERRA**

Quadro 1 – Escolas Rurais de Pinhal da Serra, entre 1947 e 2009.

(continua)

Escola	Localização	Ano Início	Ano Cessação	Ano Inativa	Ano Extinção
Afonso Pena	Rincão da Barra Grande	1964	1997		2006
Bernardo Pessoa	Porteira do Pinhal/Capela do Divino	1966		1978	1980
Dom Vital de Oliveira	Capela Consoladora	1966	1993		
Duque de Caxias	Serra dos Gregórios				
Epitácio Pessoa	São Pedro	1956	1993		
Érico Veríssimo	Tabuleiro			1978	1980
João Pessoa (Antônio Raimundo dos Santos)	Capela da Conceição	1963	1996		
Marcolino Chaves	São Miguel/Nossa Senhora da Saúde	1967			2009
Miguel Couto	Capela da Conceição/Rincão dos Loureços	1947	1996		
Nossa Senhora Aparecida	Serra dos Gregórios/Rincão dos Milocas	1981	1998		
Nossa Senhora de Fátima	Serra dos Gregórios	1964			2000
Oswaldo Cruz	Cerro Alegre	1955			2002
Plácido de Castro	Serra dos Gregórios/Capão da Espera	1974		1989	1996
Presidente Castelo Branco	Serra dos Gregórios/Rincão dos Barbozas (Barbosas)	1968	1994		
Presidente Getúlio Vargas	São Cristóvão	1972	1993		
Presidente Kennedy	Porteira do Pinhal	1959	1997		
Princesa Isabel	Serra dos Gregórios/Campestre da Boa Vista	1952			

Rainha da Paz	Serra dos Gregórios/Rincão dos Milocas	1965		1977	1980
Ruy Barbosa	Serra dos Gregórios				
Sagrado Coração de Jesus	Serra dos Gregórios	1965		1980	1980
Santa Catarina	São Roque/Rincão do Gramado	1965	1993		
Santo Antônio	Santo Antônio	1967	1993		
São Jorge	São Jorge	1967			2006
São Luís	Campo Alto (Assentamento Nova Esmeralda)	1964	1967	1990	1991
São Nicolau	Santo Antônio/Fazenda do Boqueirão	1967	1993		
São Pio X	Campo Alto	1966	1996		
São Pio XII	Rincão dos Basílios				
São Vicente	Rincão dos Basílios	1968	1999		

Fonte: elaborado pela autora a partir de decretos e portarias dos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Esmeralda (RS) e Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra (RS).

**APÊNDICE B – QUADRO 2: LEIS E DECRETOS CITANDO AS ESCOLAS
RURAIS DE PINHAL DA SERRA - RS**

Quadro 2 – Leis e decretos da Prefeitura de Esmeralda, onde são citadas as escolas rurais de Pinhal da Serra

(continua)

Escola	Localização	Documento	Assunto/Conteúdo
Afonso Pena	Rincão da Barra Grande	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº498/97 de 12/03/1997	Cessa atividade em escolas municipais da zona rural
		Decreto nº556/99 de 10/03/1999	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto 604/2000 de 28/12/2000	Altera a designação das escolas municipais
Bernardo Pessoa	Porteira do Pinhal/Capela do Divino	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº161/80 de 16/09/1980	Extingue escolas municipais
Dom Vital de Oliveira	Capela Consoladora	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Lei Municipal nº622/93 de 04/06/1993.	Autoriza a cessação de escolas municipais da zona rural
Duque de Caxias	Serra dos Gregórios		
Epitácio Pessoa	São Pedro	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº256/88 de 21/03/1988	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no

			Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Lei Municipal nº622/93 de 04/06/1993.	Autoriza a cessação de escolas municipais da zona rural
Érico Veríssimo	Tabuleiro	Decreto nº161/80 de 16/09/1980	Extingue escolas municipais
João Pessoa (Antônio Raimundo dos Santos)	Capela da Conceição	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Lei Municipal nº408/90 de 19 de outubro de 1990.	Altera denominação de escola pública municipal
		Decreto nº488 de 21/10/1996	Cessa Escolas Municipais na Zona Rural
		Decreto nº498/97 de 12/03/1997	Cessa atividade em escolas municipais da zona rural
Marcolino Chaves	São Miguel/Nossa Senhora da Saúde	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº499/97 de 18/03/1997	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº517 de 23/02/1998	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/96.
		Decreto nº556/99 de 10/03/1999	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.

		Decreto 604/2000 de 28/12/2000	Altera a designação das escolas municipais
Miguel Couto	Capela da Conceição/Rincão dos Loureços	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº256/88 de 21/03/1988	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº498/97 de 12/03/1997	Cessa atividade em escolas municipais da zona rural
Nossa Senhora Aparecida	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Milocas	Decreto nº169 de 27/02/1981	Cria e dá denominação à escolas municipais
		Decreto nº256/88 de 21/03/1988	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº499/97 de 18/03/1997	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº517 de 23/02/1998	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/96.
		Decreto nº557/99 de 03/03/1999	Cessa atividade em escola municipal da zona rural
		Decreto nº556/99 de 10/03/1999	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.

Nossa Senhora de Fátima	Serra dos Gregórios	Decreto nº256/88 de 21/03/1988	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº499/97 de 18/03/1997	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº517 de 23/02/1998	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/96.
		Decreto nº556/99 de 10/03/1999	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto 604/2000 de 28/12/2000	Altera a designação das escolas municipais
Osvaldo Cruz	Cerro Alegre	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº499/97 de 18/03/1997	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº517 de 23/02/1998	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/96.
		Decreto nº556/99 de 10/03/1999	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto 604/2000 de 28/12/2000	Altera a designação das escolas municipais

Plácido de Castro	Serra dos Gregórios/Capão da Espera	Decreto nº28-A de 01/03/1974	Cria escola municipal
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº487 de 21/10/1996	Extingue escolas municipais
Presidente Castelo Branco	Serra dos Gregórios/Rincão dos Barbozas (Barbosas)	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº256/88 de 21/03/1988	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº488 de 21/10/1996	Cessa Escolas Municipais na Zona Rural
Presidente Getúlio Vargas	São Cristóvão	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Lei Municipal nº622/93 de 04/06/1993.	Autoriza a cessação de escolas municipais da zona rural
Presidente Kennedy (Nicanor Kramer da Luz)	Porteira do Pinhal	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº215 de 18/12/1984	Altera a denominação da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Presidente Kennedy. Que passa a denominar-se Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Nicanor Kramer da Luz.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº498/97 de	Cessa atividade em escolas municipais da zona rural

		12/03/1997	
Princesa Isabel	Serra dos Gregórios/ Campestre da Boa Vista	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº499/97 de 18/03/1997	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº517 de 23/02/1998	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/96.
		Decreto nº556/99 de 10/03/1999	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto 604/2000 de 28/12/2000	Altera a designação das escolas municipais
Rainha da Paz	Serra dos Gregórios/Rincão dos Milocas	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº161/80 de 16/09/1980	Extingue escolas municipais
Ruy Barbosa	Serra dos Gregórios		
Sagrado Coração de Jesus	Serra dos Gregórios	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº161/80 de 16/09/1980	Extingue escolas municipais
Santa Catarina	São Roque/Rincão do Gramado	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº256/88 de 21/03/1988	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei

			municipal nº248/86.
		Lei Municipal nº622/93 de 04/06/1993.	
Santo Antônio	Santo Antônio	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Lei Municipal nº622/93 de 04/06/1993.	Autoriza a cessação de escolas municipais da zona rural
São Jorge	São Jorge	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº499/97 de 18/03/1997	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº517 de 23/02/1998	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/96.
		Decreto nº556/99 de 10/03/1999	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto 604/2000 de 28/12/2000	Altera a designação das escolas municipais
São Luis	Assentamento Nova Esmeralda	Portaria nº 230/057/90 de 06/12/1990	Suspende aulas em escola municipal
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº487 de 21/10/1996	Extingue escolas municipais

São Nicolau	Santo Antônio/Fazenda do Boqueirão	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Lei Municipal nº622/93 de 04/06/1993.	Autoriza a cessação de escolas municipais da zona rural
São Pio X	Campo Alto	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº256/88 de 21/03/1988	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº498/97 de 12/03/1997	Cessa atividade em escolas municipais da zona rural
São Pio XII	Rincão dos Basílios		
São Vicente	Rincão dos Basílios	Decreto nº109/77 de 10/08/1977	Cria e dá denominação às escolas sob a jurisdição do município de Esmeralda.
		Decreto nº256/88 de 21/03/1988	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº292/90-A de 08/03/1990	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimentos, para efeito da gratificação prevista no Art.10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº499/97 de 18/03/1997	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº517 de 23/02/1998	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/96.
		Decreto nº556/99 de 10/03/1999	Classifica as escolas de difícil acesso ou provimento, para efeito de gratificação prevista no

			art. 10º parágrafo único da Lei municipal nº248/86.
		Decreto nº560/99 de 08/06/1999	Cessa atividade em escola municipal da zona rural

Fonte: elaborado pela autora a partir de decretos e portarias dos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Esmeralda - RS

APÊNDICE C – QUADRO 3: DOCUMENTOS ENVIADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA A PREFEITURA DE ESMERALDA

Quadro 3 – Portarias enviadas pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul para a prefeitura de Esmeralda, em que são citadas as escolas rurais de Pinhal da Serra.

(continua)

Escola	Localização	Portaria	Assunto
Afonso Pena	Rincão da Barra Grande	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Bernardo Pessoa	Porteira do Pinhal/Capela do Divino		
Dom Vital de Oliveira	Capela Consoladora	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Duque de Caxias	Serra dos Gregórios		
Epitácio Pessoa	São Pedro	Portaria nº20805 de 26/09/1979	Autoriza a reorganização da Escola Municipal Epitácio Pessoa, que passará a designar-se Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Epitácio Pessoa.
Érico Veríssimo	Tabuleiro		
João Pessoa	Capela da Conceição	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
		Portaria nº17284 de 22/08/1979	Autoriza a reorganização da Escola Municipal João Pessoa, que passará a designar-se Escola Municipal de 1º Grau Incompleto João Pessoa.
Marcolino Chaves	São Miguel/Nossa Senhora da Saúde	Portaria nº07750 de 16/05/1978	Autoriza o funcionamento da 6ª série do ensino de 1º grau a partir de 1978.
		Portaria nº28182 de 19/07/1983	Autoriza o funcionamento e valida as atividades escolares, a partir de 1972, ou da data do início efetivo do funcionamento, se posterior a 1972, e designa, a Escola Municipal de 1º Grau Marcolino Chaves.

		Portaria nº02258 de 12/02/1979	Autoriza o funcionamento da 7ª série do ensino de 1º Grau, a partir de 1979, e de 8ª série do ensino de 1º grau a partir de 1980.
Miguel Couto	Capela da Conceição/Rincão dos Loureços	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
		Portaria nº20311 de 25/10/1978	Autoriza a designação de Escola Municipal de 1º Grau Incompleto para Escola Municipal Miguel Couto
Nossa Senhora Aparecida	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Milocas	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Nossa Senhora de Fátima	Serra dos Gregórios	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Osvaldo Cruz	Cerro Alegre	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Plácido de Castro	Serra dos Gregórios/ Capão da Espera	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Presidente Castelo Branco	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Barbozas (Barbosas)	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Presidente Getúlio Vargas	São Cristóvão	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Presidente Kennedy	Porteira do Pinhal	Portaria nº18433 de 31/08/1979	Autoriza a reorganização da Escola Municipal Presidente Kennedy, que passará a designar-se Escola Municipal de Primeiro Grau Incompleto Presidente Kennedy.
Princesa Isabel	Serra dos Gregórios/ Campestre da Boa Vista	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Rainha da Paz	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Milocas		
Ruy Barbosa	Serra dos Gregórios		

Sagrado Coração de Jesus	Serra dos Gregórios		
Santa Catarina	São Roque/Rincão do Gramado	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
Santo Antônio	Santo Antônio	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
São Jorge	São Jorge	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
São Luis	Assentamento Nova Esmeralda		
São Nicolau	Santo Antônio/Fazenda do Boqueirão	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
São Pio X	Campo Alto	Portaria nº28183 de 19/07/1983	Considera válidos, a partir de 1972, os estudos dos alunos egressos de escolas municipais de Esmeralda.
São Pio XII	Rincão dos Basílios		
São Vicente	Rincão dos Basílios		

Fonte: elaborado pela autora a partir de decretos e portarias dos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Esmeralda - RS

**APÊNDICE D – QUADRO 4: PROFESSORES DAS ESCOLAS RURAIS DE
PINHAL DA SERRA**

Quadro 4 – Docentes nominados nos documentos das escolas municipais rurais de Pinhal da Serra, entre 1964 e 1987.

(continua)

Escola	Localização	Ano	Professor/Professora
Afonso Pena	Rincão da Barra Grande	1964	João Maria Leite do Prado
		1965	
		1966	
		1967	
		1968	
		1969	
		1970	
Bernardo Pessoa	Porteira do Pinhal/Capela do Divino	1964	Maria Elzi da Rosa
		1965	
		1967	
Dom Vital de Oliveira	Capela Consoladora/Rincão dos Potrerinhos	1968	Lindóia Paganella Chaves
		1965	
		1967	
		1968	
		1969	Helena Paganella
		1970	Soleci Pereira Damasceno
		1965	Ione Chaves de Mélo
		1967	
		1969	
		1970	Honorina Soares Fernandes
1968			
1969			
Epitácio Pessoa	São Pedro/Rincão dos Mendes	1970	Nair Mendes Maciel
		1964	
		1965	
		1965	Balbina Mendes Maciel
		1965	Elina Vieira Maciel
		1966	Noeli Borges de Souza
		1967	
		1968	
		1969	
		1970	
1967	Jandira Marques Savi		
1969	Ariolina Pereira Nunes		
1970	Maria Helena Delfes		
1975	Angela Maria Mendes		

Érico Veríssimo	Tabuleiro	1977	Neli Gomes Correa
João Pessoa (Antônio Raimundo dos Santos)	Capela da Conceição	1964	Tereza Bizzotto Fontana
		1965	
		1966	Nair Kramer
		1967	Ilma Neri da Silveira
		1968	
		1974	
		1969	
		1969	Neli Silveira dos Santos
		1970	Elina Vieira Maciel
		1970	Ilma Nery Gomes
		1973	
		1975	
		1976	
		1977	
		1978	
1979			
1980			
1981			
1973	Erady de Souza Oliveira		
1974			
1975			
1976			
1977			
1978			
1979			
1980	Ademar Rodrigues Lopes		
1981			
1982			
1983			
1983	Ione da Costa Macêdo		
Marcolino Chaves (João Ramalho)	São Miguel/Nossa Senhora da Saúde Serra dos Gregórios	1964	Juvenil Nunes da Silva
		1965	
		1967	
		1967	Nelci Conceição de Oliveira
		1968	
		1969	
		1968	Olívia Oliveira Santos
		1969	
		1970	
		1972	
		1970	Alcione Minuzzo
		1972	
		1974	Assis Silveira Lemos
1974	Vera Lúcia Borges Kramer		
1975	Terezinha de Lourdes Lyra		
1978	Cirlei Borges Vieira		
1978	Dilceu Baoboza de Paula		
1978	Cleunice de Fátima Pereira Brehm		

		1979	Elmas Terezinha da Silva
Miguel Couto	Capela da Conceição/Rincão dos Lourenços	1964	Celene Boeira Jancem
		1965 1967 1970	Celina Boeira de Almeida
		1971	Olívia Mélo da Silva
		1973	Soingelene Melo da Silva
		1974	Maria da Silva Santos
		Nossa Senhora Aparecida	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Milocas
Nossa Senhora de Fátima	Serra dos Gregórios	1964	Etelvina Barpp
		1964	Leoni Messagi Mondadori
		1965 1967	Ariolina Pereira Nunes
		1968 1969 1970	Juvenil Nunes da Silva
		1974	Eva Júnior Alves Jacoby
		1975	Marlene Terezinha Savi Muniz
		1977	Rita de Cássia Silveira
		1978	Anselmo Rodrigues de Oliveira
		Osvaldo Cruz	Cerro Alegre
1969 1970	Eugênio Ferreira da Costa		
1973	Jurema Pereira Alves		
1974	Lorena Doroti da Silveira Alves		
1978	Celso Alves da Silva		
1983 1984 1986 1987	Irene Paz Duarte		
Plácido de Castro	Serra dos Gregórios/Capão da Espera		
Presidente Castelo Branco	Serra dos Gregórios/Rincão dos Barbozas (Barbosas)	1965	Osvaldina Alves do Nascimento
		1968 1969 1970 1973	Horacília Silva
		1974	Maria Iracilda da Silva
		1974	Ione Rodrigues Solano
		1975	Maria Ilizabete Carneiro Barbosa
		1976	Marlene Rodrigues Brehm
		1978	Nei de Souza Pinto

Presidente Getúlio Vargas	São Cristóvão	1973	Ilse Maria Matté
		1977	Íris Suzana Giordano
		1979	José Vanderlei Rodrigues da Rosa
Presidente Kennedy	Porteira do Pinhal	1965	Altino da Costa Teixeira
		1965	Alzira Augusta Kuze
		1977	Fátima Nair Boldori
		1977	Elizabeth da Silva Piardi
		1978	Carli Suzana Goulart
		1979	Dalva Maria Borges Kramer
Princesa Isabel	Serra dos Gregórios/ Campestre da Boa Vista	1964	Juvenil Nunes da Silva
		1965	
		1965	Maria Eulides Pereira
		1967	Maisa Teresinha Kramer
		1968	
		1969	
		1970	
		1967	Nilza Maria Duarte
		1968	Cirlei Vieira da Luz
		1969	Alcione Minuzzo
		1973	
		1969	Elizabeth Maria Machado Kramer
		1970	
1970	Aldérico Borges Kramer		
1975	Terezinha Rodrigues de Souza		
1977	Sandra Maria Domingues Vieira		
Rainha da Paz	Serra dos Gregórios/Rincão dos Milocas	1965	Oswaldino Alves do Nascimento
		1968	
		1967	Alcione Minuzzo
		1968	Eva Geraldi Rocha
		1970	Ilza Duarte
Ruy Barbosa	Serra dos Gregórios	1974	Nelson do Prado Varela
		1970	Cleuza B. Matos
Sagrado Coração de Jesus	Serra dos Gregórios/ Granja Sebastião/ Encruzilhada dos Silveiras	1964	Maria Eulides Pereira
		1964	Orestes Soares de Oliveira
		1965	
		1965	Maria Luiza Pereira Damasceno
		1967	Alzira Augusta Kuze
		1968	
		1969	Nilva Nery da Silveira
		1970	Olívia Mello da Silva
1973	Maria Eleás Rodrigues Oliveira		
1977	Odilon Gomes Borges Monteiro		

		1978	Maria Rosalina Pimentel Fernandes
Santa Catarina	São Roque/Rincão do Gramado	1965	Tereza da Silva Ramos
		1967 1968	Luiz Erseu Francisquelli
		1969	Luiz Ori Ferreira da Costa
		1974	Luiz Vitório Giordano
		1975	Lenir Alves de Oliveira
		1978	Elio Borges de Almeida
		Santo Antônio	Santo Antônio
1964 1965	Cecília Nunes Teixeira		
1965 1968 1969	Jandira Marques Savi		
1965	Neli Silveira		
1967	Nair Kramer Pessoa		
1967 1968 1969	Elina Vieira Maciel		
1970	Erci Silveira dos Santos		
1970 1973	Nilva Nery de Lima		
1974	Adelar Mondo		
1976	Maria Luiza de Oliveira Moreira		
1978	José Valderi Borges de Figueiredo		
1979	Evilázio Marques da Silveira		
São Jorge	São Jorge/Rincão dos Crentes		
		1967 1968	Isaac Scalco
		1969	Sebastião Alves Carneiro Borges
		1970 1971 1973 1974	Adílio Lemos da Rosa
		1973 1974	Joceli da Silva Ramos
		1970	Jandira Marques Savi
		1975 1976	Maria Zelia Kasienski da Silva
		1975 1976	Ariolina Pereira Nunes
		1976	Ione Chaves Paganella de Mello
		1976 1977	Marilda da Silva Hoffmann
		1977	Dilma Ferreira Ramos

		1978	Onilde Terezinha Rodrigues de Mélo		
		1978	Dilma Ferreira Ramos		
		1978	Valdomiro de Oliveira Borges		
		1979	João Alves da Silva		
São Luís	Capão/Campo Alto (Assentamento Nova Esmeralda)	1964	Silvana de Oliveira da Costa		
		1965 1967	João Rubens da Costa		
		1983 1984	Rejane Mari Varaschin Rodrigues		
		1983	Telmo José Oliveira Azevedo		
São Nicolau	Santo Antônio/Fazenda do Boqueirão	1967	Paulino Pereira Nunes		
		1968 1969	Elaina Pereira Nunes		
		1969 1970	Ariolina Pereira Nunes		
		1974	Íris Suzana Giordano		
		1977	José Tadeu Marques da Silveira		
São Pio X	Campo Alto/Porteira do Pinhal	1965	Silvana de Oliveira da Costa		
		1965	Emílio Antônio da Costa		
		1967 1968	Eva Borges de Mattos		
		1967	Eugênio Ferreira da Costa		
		1968 1969	João Rubens da Costa		
		1968	Nilva Nery da Silveira		
		1977	Luiz Flávio Pessoa da Costa		
		1977	Antonietta Giordano		
São Pio XII	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Basílios	1964 1965 1967 1968 1969 1970	Deoclécio Alves Fernandes		
		1965	João Fernandes de Sá		
		São Vicente	Rincão dos Basílios	1967	Alcione Minuzzo
				1969 1970	Sirlei Vieira da Luz
				1973	Deoclécio Alves Fernandes
				1979	Jorge Ramos Teixeira

Fonte: elaborado pela autora a partir das Atas de Resultado Final, dos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra (RS) e do Livro de Posse do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Esmeralda (RS).

APÊNDICE E – QUADRO 5: ATAS DE RESULTADO FINAL DAS ESCOLAS RURAIS DE PINHAL DA SERRA

Quadro 5 – Atas de resultado final das escolas rurais de Pinhal da Serra sem a identificação dos professores, entre 1973 e 2018.

(continua)

Escola	Localização	Período
Afonso Pena	Rincão da Barra Grande	1973-2006
Bernardo Pessoa	Porteira do Pinhal/Capela do Divino	-
Dom Vital de Oliveira	Capela Consoladora/Rincão dos Potrerinhos	1973-1991
Duque de Caxias	Serra dos Gregórios	-
Epitácio Pessoa	São Pedro	1973-1985
Érico Veríssimo	Tabuleiro	-
João Pessoa (Antônio Raimundo dos Santos)	Capela da Conceição	1975-1983 1986-1996
Marcolino Chaves (João Ramalho)	São Miguel/Nossa Senhora da Saúde Serra dos Gregórios	1973-2009
Miguel Couto	Capela da Conceição/Rincão dos Lourenços	1973-1996
Nossa Senhora Aparecida	Serra dos Gregórios/ Rincão dos Milocas	1981-1998
Nossa Senhora de Fátima	Serra dos Gregórios	1973-2000
Oswaldo Cruz	Cerro Alegre	1973-2002
Plácido de Castro	Serra dos Gregórios/Capão da Espera	1974-1989
Presidente Castelo Branco	Serra dos Gregórios/Rincão dos Barbozas (Barbosas)	1973-1994
Presidente Getúlio Vargas	São Cristóvão	1973-1991
Presidente Kennedy	Porteira do Pinhal	1976-1983
Princesa Isabel	Serra dos Gregórios/ Campestre da Boa Vista	1961 1973-2018
Rainha da Paz	Serra dos Gregórios/Rincão dos Milocas	1973-1976
Ruy Barbosa	Serra dos Gregórios	-

Sagrado Coração de Jesus	Serra dos Gregórios/ Granja Sebastião/ Encruzilhada dos Silveiras	1973-1979
Santa Catarina	São Roque/Rincão do Gramado	1973-1991
Santo Antônio	Santo Antônio	1973-1991
São Jorge	São Jorge	1973-2006
São Luiz	Capão/Campo Alto	-
São Luis	Assentamento Nova Esmeralda	1985-1990
São Nicolau	Santo Antônio/Fazenda do Boqueirão	1973-1991
São Pio X	Campo Alto/Porteira do Pinhal	1974-1996
São Pio XII	Rincão dos Basílios	-
São Vicente	Rincão dos Basílios	1973-1999

Fonte: elaborado pela autora a partir das Atas de Resultado Final, dos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Pinhal da Serra (RS)

APÊNDICE F – QUADRO 6: PROFESSORES MUNICIPAIS DE VACARIA QUE ATUAVAM NO 10º DISTRITO PINHAL DA SERRA

Quadro 6 – Docentes nominados no Livro de Posse da Prefeitura Municipal de Vacaria e no Livro de Registro de Pagamentos do Professores Municipais, de 1925 a 1964.

Professor	Data de Nomeação	Localidade	Período de Docência Registrado
Acidina Paim Ribeiro Padilha	-	Pinhal da Serra	1954-1955
Adair Souza Vieira		Pinhal da Serra	1958
Adeoaldo Chaves		São Sebastião	1960
Aid Francisco Pereira	17/03/1954	Barra Grande	1954-1957
		São Jorge - Fundos da Serra	1958-1962
Almedorino B. Santos		Pinhal da Serra	1956
Amélia S. Colla	28/02/1951	Serraria Adolfo Cola	1951-
Antônio Tristão da Silva	24/04/1952	Campo Alto	1952-
Alzira Augusta Kuze		Serra dos Gregórios (Princesa Isabel)	1951-1952
		Capela do Divino (Bernardo Pessoa)	1959
Amauri Jorge Henrique	25/05/1940	Pinhal da Serra	1940
Amélia Stuaní	01/03/1951	Serraria Adolfo Cola	1950
Aníbal Luiz Kramer	01/08/1936	Pinhal da Serra	1936-
	01/09/1951	Campo Alto	1951-1952
Antonia Gasser	17/04/1926	São Jorge	1926-
	16/06/1939	Rio dos Moinhos	1939-
Antonio Ribeiro Pacheco	31/03/1936	Serra do Pinhal	
Augusto Koch	31/12/1925	Gregórios	1925-1928
Belmiro Hepp	01/04/1949	Serraria Indústria Madeireira Esmeralda	1950-1953
Carlos Gasser	30/12/1925	Professor Municipal da Capela São José	
Cecília Nunes Fernandes (Teixeira)	17/03/1954	Boqueirão Fazenda do Pinhal	1954-1956
		Grupo Escolar Rural (Escola Rural São Jorge)	1957-1959
Celia Pessoa da Silva	30/04/1953	Indústria Madeireira Esmeralda	1953-1955
Celina Moraes	03/09/1928	Pinhal da Serra	1928
Edmundo Dantas de Oliveira	16/05/1938	Pinhal da Serra	1938
Eduardo Antônio de Oliveira	04/05/1929	Pinhal da Serra	1929-
Eduardo Silveira	01/08/1939	São Sebastião, Gregórios	1939
Emílio Antônio da	23/04/1946	Capão Alto	1946-

Costa	15/04/1956		1950-1953
Eudócio Theodoro dos Santos	22/09/1928	5º Distrito	1928-
Fabrcio Alves da Costa	07/03/1947	Capão Alto	1950-1952
Felicíssimo Cândido de Oliveira	03/03/1953	Rincão do Gramado	1953-1957
	19/08/1954	São Jorge	1954-
	03/02/1955	Santo Antônio	1955-
Felippe Silveira de Moraes	08/01/1931	Gregórios	1931-
Francisca Albertina Kuze	05/04/1944	Pinhal da Serra	1944-
Gerino Silveira dos Santos	23/04/1946	Capão Alto	1946-
Helena Zorzi	-	Porteira do Pinhal	1956-1957
Henrique Albino Brandão	30/07/1931	Pinhal da Serra	1931-
	18/03/1947	Rincão do Gramado	1947-
Henrique G. Rodrigues	16/04/1942	Pinhal da Serra	1942-
Horácio Antunes Pires	06/10/1938	Porteirinha do Pinhal	1938-
Hortência de Lima Piardi		Porteira do Pinhal	1959
Hortêncio Cardoso da Silva		Pinhal da Serra	1957
Iraci Sirino da Silveira	-	Serraria Planalto	1954-1956
Iraí Sirino da Silveira	20/03/1954	Serraria Planalto, Serra dos Gregórios	1954
		Empresa Miotto e Cia, Pinhal da Serra	1957-1958
Ires Ferreira Motta	15/03/1944	Pinhal da Serra	1944-
Isolina Soares Borges	-	Invernadinha	1954-1957
Itamina de Oliveira Pires	08/03/1948	Barra Grande	1948-
João Maria de Oliveira	01/05/1949	São Jorge	1950
João Maria Leite do Prado		Barra Grande	1958-1964
João Maria Lisboa Teixeira	09/08/1952	Porteira do Pinhal	1952-1956
José Alves Costa	01/10/1946	São Jorge	1950-1952
Judite Vieira de Lima	20/07/1944	São Sebastião, Gregórios	1944-
Juvenil Nunes da Silva	23/03/1955	Fazenda João Lopes, Rincão dos Gregórios	1955-1962
		Serraria Planalto	1963-1964
Lauzinha Ramos	28/08/1939	Rincão dos Lourenços	1939
Leda Maria Broglio	27/09/1938	Pinhal da Serra	1938
Leonila Subtil	25/10/1951	São Jorge	1951-
Lídia Moreira de Lima	17/03/1954	Campo Alto	1954-1956

Lindóia Paganella Chaves	17/03/1954	Indústria Madeireira Esmeralda	1955-1962
		Rincão dos Potreirinhos	1963-1964
Lourdes Mondadori	01/09/1937	Capão Alto	1937
Lúcia Gomes Duarte	03/10/1940	São Sebastião, Gregórios	1940
Luiz Antonio da Costa		Capão Alto	1939
Luiza Francisca Pessoa de Oliveira	17/07/1945	Pinhal da Serra	1950-1964
Marcolino Carneiro Chaves Sobrinho	30/04/1940	São Sebastião, Gregórios	1950-1962
Maria de Lourdes Chaves		Pinhal da Serra	1957-1959
Maria do Carmo Mondadori	12/02/1955	Fundos do Capão Alto	1955-
Maria Helena Kuze Borges	18/02/1953	Santo Antônio	1953-1956
Maria Nei Brandão	25/04/1946	Cerro Alegre	1946-
		Barra Grande	1950-1952
Maximiliano Francisco de Souza	30/03/1930	Pinhal da Serra	1930
Melci Pedro Parizzotto		Capela Nossa Senhora das Graças	1957-1962
Nair de Souza	07/03/1942	Porteira do Pinhal	1942-
Olga Boeira Yanee (Jancer)	12/09/1953	Escola Rural São Jorge	1953
Olímpia Costa Teixeira		Campo Alto	1957-1961
Oracílio Maciel Vieira	26/04/1938	Rincão dos Gregórios	1938
Orestes Alves de Oliveira	18/04/1949	Serraria Planalto Rincão dos Gregórios	1949-1956
Orestes Soares de Oliveira	25/09/1947	Serraria Planalto	1950-1953
		Rincão dos Gregórios	1957-1964
Paulina Teixeira Mendes Soares		Rincão dos Siríacos	1956-1959
Pedro Alves de Oliveira	17/03/1954	São Jorge - Fundos da Serra	1954-1955
Pedro dos Santos Borges	24/10/1951	Rincão dos Lourenços	1952-1953
Teomila Subtil	20/05/1951	São Jorge	1950-1953
Tereza Bizzoto Fontana	15/05/54	Rincão dos Lourenços	1954-1964
Terezinha de Lourdes Pinto		Campo Alto	1959 e 1963
Terezinha Y. Prado Alves		Pinhal da Serra	1958-1961
Vercidina Soares Pereira	23/04/1946	Grupos Escolar Vila Pinhal da Serra	1946-
Vitor Gomes Duarte		São Sebastião, Gregórios	1957-1958
Victoria Saadi	27/09/1938	Pinhal da Serra	1938
Virgílio Carneiro Borges	30/07/1930	Pinhal da Serra	1930

Widal Rodrigues Mery	14/10/1939	Campo Alto	1939
-------------------------	------------	------------	------

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Arquivo da Prefeitura Municipal de Vacaria.

APÊNDICE G – QUADRO 7: DIRETORES DA ESCOLA SÃO PAULO DE TARSO

Quadro 7 – Diretores da Escola Estadual de Ensino Médio São Paulo de Tarso, 1946-2019.

Ano	Diretor
1946	Cecília Siqueira
1948	João Laurindo de Souza
1952	Vilarina de Atayde Pereira
1956	João Laurindo de Souza
1958	Iracema da Silveira Goulart
1959	Rosa Maria Dias de Moraes
1960	Maria Kramer da Luz Amarante
1961	Beloni Boeira dos Santos
1963	José Leão Pessoa da Silva
1965	Luci Ferreira Boeira
1970	Ana Maria Borges Paim
1971	José de Oliveira e Silva
1973	Marinês Molinari
1975	Maria de Lourdes Constanci
1976	Elizabete Borges Giordano
1976	Erita da Silva Ferreira
1977	Marlene Terezinha da Silveira
1980	João Rubens da Costa
1986	Antônio Giordano da Costa
1988	Sebastião Alves Carneiro Borges
1995	Antônio Giordano da Costa
2000	Marta Nishiguchi de Araújo
2001	Ademar Rodrigues Lopes
2002	Ceny da Costa Nery
2004	Ademar Rodrigues Lopes
2007	Orilda Melo da Silva
2010	Eléia Maria Vieira
2013	Ricardo Melo de Lima
2016	Carla Alves da Silva
2019	Carla Alves da Silva

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da EEEM São Paulo de Tarso.

**APÊNDICE H – QUADRO 8: PROFESSORES DA ESCOLA RURAL
CAPELA SÃO JORGE**

Quadro 8 – Professores da Escola Rural São Jorge, 1950-1982.

Professor	Data de Posse	Formação
Julho Alessi	19/07/1950	Curso Agro-pedagógico de Viamão, na Escola Técnica de Agricultura
Almida Bender	1951	Curso Agro-pedagógico de Viamão, na Escola Técnica de Agricultura
Teonila Subtil	1951	Professora Municipal
Acidina Paim Padilha	1951	Professora Municipal
Laurindo Vanzin	07/05/1952	Curso Agro-pedagógico de Viamão, na Escola Técnica de Agricultura
Helio Boff	1953	Curso Normal Rural
Olga Boeira Jancen	1953	Professora Municipal
Célia Pessoa da Silva	15/03/1954	Professora Municipal
Caetana Elisa da Silva Pereira	02/04/1956	Curso Normal Rural
Cecília Nunes Fernandes	02/04/1956	Professora Municipal
Irene Maria Gomes	01/03/1957	Curso Normal Rural, na Escola de Osório - RS
Albino Andreis	30/04/1960	Curso Normal Rural, na Escola Normal Rural Murialdo, Caxias do Sul (RS)
José Leão Pessoa da Silva	07/05/1962	Curso Ginásial Incompleto
José de Oliveira e Silva	18/04/1963	Curso Normal Rural, na Escola Normal Rural Sagrado Coração de Jesus, Nova Bréscia (RS)
Luzardo Ramos	27/03/1968	Curso Normal Rural, na Escola Normal Rural Murialdo, Caxias do Sul (RS)
Sebastião Alves Carneiro Borges	24/03/1970	Curso Normal Rural, na Escola Normal Rural Murialdo, Caxias do Sul (RS)
Sandra Maria Pacheco da Silva	02/08/1971	Curso Normal, na Escola Normal Nossa Senhora de Fátima, São José do Ouro (RS)
Cleusa Maria Zocoli	02/06/1972	Curso Normal, na Escola Normal São José, Vacaria (RS)
Neide Kramer Pereira	01/08/1973	Curso Normal, na Escola Normal São José, Vacaria (RS)
Maria de Lourdes Constanzi	01/08/1973	Curso Normal, na Escola Normal São José, Vacaria (RS)
Iná Maria Silveira Pires	06/03/1974	Curso Normal, na Escola Coração de Jesus, Cuiabá-MT
Cleudes Helena Bisotto	02/05/1974	Curso Normal, na Escola Normal Nossa Senhora de Fátima, São José, Vacaria (RS)
Luiza Maria Carvalho Borges	11/08/1975	Curso Normal, na Escola Normal São José, Vacaria (RS)
Vanda Maria S. Vieira	27/08/1975	Curso Normal, na Escola Normal São José, Vacaria (RS)
Anamaria Varela Ribeiro	13/04/1976	Curso Normal, na Escola Normal São José, Vacaria (RS)
Alzira Augusta Kuze	22/03/1977	Curso Normal, na Escola Normal Rainha da Paz, Vacaria (RS)

Maria Tereza Sgorla	22/044/1977	Curso Ginásial, na Escola José Fernandes de Oliveira, Vacaria (RS)
Sirlei de Lourdes Borges Paim	01/10/1979	Curso Normal, na Escola Normal São José, Vacaria (RS)
Elmas Terezinha da Silva	03/03/1980	Curso Normal, na Escola Bom Conselho, Passo Fundo (RS)

Fonte: elaborado pela autora a partir dos arquivos da EEEF Paulo VI.

APÊNDICE I – QUADRO 9: DOCUMENTOS

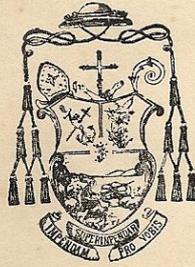
Quadro 9 – Relação dos documentos angariados durante a pesquisa

Local	Documento
Prefeitura Municipal de Vacaria (Arquivo)	Livro de registro de pagamentos de professores
	Livro de registro de termo de posse
	Atos Municipais
Prefeitura Municipal de Esmeralda (Secretaria de Educação e Setor de Recursos Humanos)	Leis
	Decretos
	Portarias
	Fichas cadastrais
	Livro de registro de termo de posse
Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra (Secretaria de Educação)	Atas de Resultado Final
	Cadernos de Chamada
	Circulares (1981-1982)
	Boletins Escolares (1977 e 1975)
	Calendários Letivos (1981, 1982 e 1983)
	Avisos da Diretoria Municipal de Educação de Esmeralda (1981 e 1982)
	Fotografias
EEEM São Paulo de Tarso (Grupo Escolar de Pinhal da Serra)	Livro Termo de Visitas
	Livro de Atas
	Caderno Caixa Escolar
	Fotografias
	Livro Termo de Posse
	Mapa
EMEF Paulo VI (Escola Rural São Jorge)	Livro Termo de Visitas
	Livro Ponto
	Livro Termo de Posse
	Caderno de Incineração de Documentos
	Livro da Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE
Paróquia de São José/Pinhal da Serra (RS)	Livro Caixa
Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS	Ata de fundação da Casa Espírita Jesus de Nazaré

Fonte: elaborado pela autora

ANEXOS

Anexo 1 – Folha de abertura do livro caixa da Capela de São José.



Bispado de Vacaria

Livro Caixa

da

Capela de São José - do Fim

Termo de Abertura

O presente livro há de servir para o registro das receitas e despesas da Capela de São José

Passo a abrir e rubricá-lo, com o meu cognome que e no fim

lançarei o competente termo de encerramento.

Vacaria, 21 de Março de 1945

Antônio Carlos de P.

Secretário Geral do Bispado



Jana 25/05

Anexo 2 – Ata de fundação da Casa Espírita Jesus de Nazaré.

ATA DA FUNDAÇÃO DO CENTRO ESPIRITA JESUS DE NAZARÉ

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e dois, nesta Vila do Pinhal, 10º distrito do município de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, na casa de residência do Sr. José Maria da Silva Sobrinho, presentes os senhores Francisco Spinelli, Delegado da Federação Espirita do Rio Grande do Sul e da Liga Espirita do Brasil, Eudoxio Theodoro dos Santos, Delegado da mesma Federação neste município, Mario Cilo Theodoro dos Santos, Delegado de Melo e Sr. Luiz Gualdi, presidente do Centro Espirita José de Nazaré, é aberta a sessão pelo representante da Federação neste município, convidando para comporem a mesa os senhores acima mencionados e mais os senhores Cristovam Soares de Castro, Inspetor de Policia, presente por solicitação e convite da comissão organizadora da reunião, Coronel Emilio Carneiro Borges e Professor Mario Manso, representando a familia espirita de Vila Esmeralda e Teofilo Ferreira Pio. Convidados para secretariar são os confrades Walter Fernandes Costa Muricy e José Maria Martins da Silva. Convida para fazer a prece de abertura o presidente do Centro José de Nazaré e, em seguida, expõe os fins da reunião que é o da fundação de um Centro Espirita Evangelico Cristão, nesta prospera Vila. Traça em breves palavras a função social do Espiritismo e concita a todos cumprirem o preceito cristão de apoio à autoridade, e de solidariedade ao Exmº. Snr. Presidente da Republica, na hora grave que passa, demonstrando que o espirita, membro que é da sociedade, não pode e não deve fugir à parcela de provação que lhe couber, consequencia do virus infiltrado no organismo coletivo. Assim cada um esteja atento ao chamamento governamental, quando lhe tocar a vez. Da sucessivamente a palavra aos confrades Francisco Spinelli e Mario Manso. Francisco Spinelli produz, na forma costumada, vibrante oração doutrinaria, mostrando o anseio humano em conhecer a origem do homem e consequentemente o conhecimento de Deus, através das varias etapas do saber terricola, até a abertura completa do véu, pela Terceira Revelação, em que se O sente, com todos os atributos resumidos - em Pai Amantissimo de todas as criaturas. Seguiu com a palavra o Professor Mario Manso que se congratula com os pinhalenses, pela fundação do seu Centro Cristão, e proceguiu com os aproubos de sua alma idealista. Propôs o Presidente que, preliminarmente, se escolha o nome do novo Centro. Posta em votação a preliminar, vence o nome de Jesus de Nazaré. Em seguida o Presidente propôs ainda a Assembléia, a constituição da Diretoria provisoria que fica assim constituída, por aclamação unanime:

Presidente	-	Jacó Cardoso Gomes
Vice	"	Olivia Lemos Cavalheiro
1º Secretario	-	Luiz Antonio da Costa
2º "	-	Luiz Francisco Fernandes
1º Tesoureiro	-	Virgiliano Cardoso Gomes
2º "	-	Zilda Lemos Cavalheiro
Diretor Espiritual	-	Dorvina Borges da Silva

Comissão Consultiva

Abtino Alves Maciel, Pedro Isidoro dos Santos, Estanislau Conrado, Francisco Conrado e Acacio Correa de Andrade.

Constituída a Diretoria, o Presidente da sessão convida os eleitos a tomarem posse de seus cargos. Assumindo a presidencia o irmão Jacó Cardoso Gomes agradece em seu nome e no de seus companheiros de Diretoria também empossados a demonstração de confiança demonstrada pelos espiritas, prometendo tudo fazerem em pro da causa do cristianismo. Nomeia a comissão de elaboração de projeto de Estatutos, composta dos seguintes confrades: Antonio Ribeiro Pacheco, Emidio Correa de Andrade e Antonio Fernandes Filho. São passados pela Diretoria, por seu presidente, Delegados da Federação e presidentes dos Centros da sede do município os seguintes telegramas:

Presidente Republica. Rio. - Temos honra comunicar Vossencia que reunião hoje efetuada, fundado Centro Espirita Jesus de Nazaré foi votada moção apoio ação Vossencia, hora critica vida mundo.

General Interventor Federal. Palegre. - reunião hoje realizada Vila Pinhal, décimo distrito, fundação Centro Espirita Jesus de Nazaré, votada foi moção integral apoio espiritas, governos Republica, Estado, motivo hora grave passa.

Dr. Coelho de Souza, digno Secretario da Educação - Palegre - Temos honra comunicar Vossencia que em concorrida reunião hoje realizada Vila Pinhal, décimo distrito Vacaria, acaba os fundar Centro Espirita Jesus de Nazaré pt. Nosso primeiro ato dentro postulado cristão é apelar Vossencia fundação Grupo Escola, espalhar luz dezenas crianças, puros brasileiros, envoltos trevas analfabetismo. Nada mais havendo que tratar o presidente encerra a sessão, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, é assinada. Eu, Walter Fernandes Costa Muricy, secretario designado, a escrevi.

Walter Fernandes Costa Muricy

Anexo 3 – Termo de compromisso do professor Francisco Castilho dos Reis.

Termo de compromisso

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1911 noventa e dois, na Secretaria da Intendencia Municipal da Vaccaria, compareceu o cidadão Francisco Castilhos dos Reis, que declarou vir prestar o compromisso de lei para o cargo de Professor Publico Municipal da Capella de S. João, no 5.º districto deste Municipio, em seguida e em presença do cidadão Antonio Leão da Costa Ferreira, sub-intendente do 1.º districto, em exercicio do cargo de Intendente do Municipio da Vaccaria, prestou o seguinte compromisso: «Prometo exercer com toda a lealdade e dedicação as funções de meu cargo como determina a lei.» Sendo-lhe tomado por termo dito compromisso assignado juntamente com o cidadão sub-intendente do 1.º districto, em exercicio do cargo de Intendente. Eu, Euzébio Taim Neto, secretario, que o escrevi.

Antonio Leão da Costa Ferreira.
Francisco Castilhos dos Reis.

Anexo 4 – Música em homenagem ao professor Marcolino Chaves.**As letras do Marcolino**

Na escolinha de São Sebastião
um jeito meio rude de ensinar
era o Marcolino a disciplinar
os alunos chegados da redondeza
e na sala de aula sem gentileza
esse professor com fama de malino
que assim chegou meio teatino
e foi ensinando o ABC

queria ver escrito por você
nas linhas da caderneta
sempre com lindas letras
para ficar mais fácil de ler

(refrão)

Quem não soube do Marcolino
Na Esmeralda nunca morou
quando a escrita é meio feia
com o Marcolino não estudou
Mas se a letra for *muy* linda
é porque o Marcolino ensinou

E nos degraus da escola
as lições que a vida ensina
letra por letra a sabatina
as palavras escritas no ditado
e quando seu nome for lembrado
pela sabedoria e capacidade
o sentimento talvez saudade
dos que já foram alfabetizados

e nas recordações do passado
vem pelo ouvido uma voz sonora
dizendo que a vida trouxe a hora
de agradecer o que deixou de legado

Compositor: Antônio Carlos Pacheco

Anexo 5 – Primeiros registros da aplicação de exames finais das escolas municipais.

Serviço de Expansão Descentralizada
do Ensino Primário.

Lista de exame

Escola: Sagrado Coração de Jesus
Localidade: Granja S. Sebastião - Gregórios
Professora: Maria Eulides Pereira

Anexo 6 – Decreto nº 109/77 de 10 de agosto de 1977.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDA

DECRETO Nº 109/77 DE 10 DE AGOSTO DE 1977

"CHIA E DÁ DENOMINAÇÃO ÀS ESCOLAS SOB/
A JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESMERALDA."

Dr. ORLY LABARTHE ALVES, Prefeito Municipal de Esmeralda-Rs usando das atribuições legais que lhe confere o Artigo 29 / Itens VI e XIV, da Lei Orgânica Municipal e,

C O N S I D E R A N D O que as Escolas Municipais de Esmeralda, não possuem um Ato Oficial que as cria e lhes dá a competente denominação;

C O N S I D E R A N D O que é exigência da Secretaria da Educação e Cultura do Estado, a regularização dos estabelecimentos de ensino quanto as suas criações, e denominações;

D E C R E T A

ART. 1º - São criadas as Escolas de Primeiro Grau, já existentes no Município, que passarão a ter as seguintes denominações:

<u>Nº</u>	<u>N O M E</u>	<u>L O C A L I D A D E</u>	<u>ANO/FUNCIÓNAMENTO..</u>
01	E.M. AFONSO PENA	BARRA GRANDE - 2º DIST.	1.964
02	E.M. BERNARDO PESSOA	CAP DO DIVINO - 2º DIST.	1.966
03	E.M. CAP. GEREMIAS DE LIMA	RINCÃO DA CACHOEIRA - 1º DIST	1.958
04	E.M. DOM VITAL DE OLIVEIRA	CAP. N. S. CONSOLADORA - 2º DIST.	1.966
05	E.M. EPITÁCIO PESSOA	CAP. SÃO PEDRO - 2º DIST.	1.956
06	E.M. JOSÉ BONIFÁCIO	AGÊNCIA - 1º DIST.	1.947
07	E.M. JOÃO PESSOA	CAP. N. S. DA CONCEIÇÃO - 2º DIST.	1.963
08	E.M. MARCOLINO CHAVES	CAP. N. S. DA SAÚDE - 3º DIST.	1.967
09	E.M. MIGUEL COUTO	RINCÃO DOS LOURENÇOS - 2º DIST.	1.947
10	E.M. NOSSA S. DE FÁTIMA	LINHA GASPERIN - 3º DIST.	1.964
11	E.M. OSVALDO CRUZ	CERRO ALEGRE - 2º DIST.	1.955

Prefeitura Municipal de Esmeralda

Orly Labarthe Alves
Dr. Orly Labarthe Alves - Prefeito



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDA

.....

12	E.M.PRES.ARTUR DA C.E.SILVA	GUABIJÚ-1º DIST.	1.970
13	E.M.PRES.CASTELO BRANCO	RINCÃO DOS BARBOSAS-3ºDIST	1.968
14	E.M.PRES.GETÚLIO VARGAS	FAZ.SÃO CRISTÓVÃO-2ºDIST.	1.972
15	E.M.PRES. KENNEDY <i>Nicanor</i>	PORTEIRA DO PINHAL-2DIST.	1.959
16	E.M.PRINCESA ISABEL	CAMPESTRE DA BOA VISTA-3ºD.	1.965
17	E.M.RAINHA DA PAZ	RINCÃO DOS MILOCAS-3ºDIST.	1.965
18	E.M.SAGRADO C.DE JESUS	ESTRADA E.S.M.025-3ºDIST.	1.965
19	E.M.SALVADOR J.DA LUZ	GUABIJÚ - 1º DIST.	1.971
20	E.M.SANTA CATARINA	RINCÃO DO GRAMADO-2ºDIST.	1.965
21	E.M.SANTO ANTONIO	CAP.SANTO ANTONIO-2ºDIST.	1.967
22	E.M.S.JOÃO B.DE LASALLE	VARZEA DOS KRAMER-1ºDIST.	1.969
23	E.M.SÃO JORGE	CAP.SÃO JORGE-2º DIST.	1.967
24	E.M.SÃO JOSÉ	AGÊNCIA- 1º DIST.	1.968
25	E.M.SÃO NICOLAU	FAZENDA BOQUEIRÃO-2ºDIST.	1.967
26	E.M.São PIO X	CAMPO ALTO -2ºDIST.	1.966
27	E.M.SÃO VICENTE	RINCÃO DOS BASÍLIOS-3ºDIST	1.968
28	E.M.SENADOR ROBERT KENNEDY	AGÊNCIA -1º DIST.	1.968
29	E.M.VER.ACILIO N.VIEIRA	CAP.SÃO SEBASTIÃO-3ºDIST.	1.968

ART. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESME/

RALDA, EM 10 DE AGOSTO DE 1.977

Prefeitura Municipal de Esmeralda

Dr. Orly Labarte Alves
Dr. ORLY LABARTE ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Prefeitura Municipal de Esmeralda
JOSÉ DE OLIVEIRA E SILVA

S E C R E T Á R I O

Anexo 7 – Calendário Escolar para as escolas municipais de Esmeralda 1982.

CALENDÁRIO ESCOLAR - 1982

SÉRIES : 1ª a 8ª

1º SEMESTRE

MESES	PERÍODO	Nº DIAS LETIVOS	FERIADOS PREVISTOS
MARÇO	02 a 31	26	-
ABRIL	01 a 30	24	9 - 21
MAIO	01 a 31	25	1ª
JUNHO	01 a 30	24	10 - 24
JULHO	01 a 16	14	-
TOTAL		122	06

Período de Férias : 17 a 01 de Agosto

2º SEMESTRE

MESES	PERÍODO	Nº DIAS LETIVOS	FERIADOS PREVISTOS
AGOSTO	02 a 31	25	06
SETEMBRO	01 a 30	25	07
OUTUBRO	01 a 31	24	12 e 15
NOVEMBRO	01 a 30	23	02 - 15 - 27
DEZEMBRO	01 a 04	04	-
TOTAL		101	27

Término do ano letivo - 04/12/82

Recuperação Terapêutica - De 05/12/82 a 16/12/82

DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARÇO / 82

Anexo 8 – Calendário Escolar para as escolas municipais de Esmeralda 1981.

CALENDÁRIO ESCOLAR - 1981

SÉRIES : 1ª A 8ª

Iº SEMESTRE

MESES	PERÍODO	Nº DIAS LETIVOS	FERIADOS PREVISTOS
MARÇO	09 a 31	20	-
ABRIL	01 a 30	23	17 - 18 - 21
MAIO	01 a 31	25	1º
JUNHO	01 a 30	24	18 - 24
JULHO	01 a 18	16	-
TOTAL		108	06

Período de Férias: 19 a 02 de Agosto

IIº SEMESTRE

MESES	PERÍODO	Nº DIAS LETIVOS	FERIADOS PREVISTOS
AGOSTO	03 a 31	24	06
SETEMBRO	01 a 30	25	07
OUTUBRO	01 a 31	25	12 e 15
NOVEMBRO	01 a 30	23	02 e 27
DEZEMBRO	01 a 04	04	-
TOTAL		101	06
TOTAL GERAL		209	12

TÉRMINO DO ANO LETIVO: 04/12/81

RECUPERAÇÃO TERAPÊUTICA: De 07/12/81 a 18/12/81

DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESMERALDA

Anexo 9 – Calendário Escolar para as escolas municipais de Esmeralda 1983.

<u>CALENDÁRIO ESCOLAR - 1983</u>			
<u>1º SEMESTRE</u>			
MESES	PERÍODO	DIAS LETIVOS	FERIADOS PREVISTOS
MARÇO	3 a 31	22	-
ABRIL	1 a 30	22	1 - 21
MAIO	1 a 31	24	-
JUNHO	1 a 30	22	2 - 24
JULHO	1 a 15	12	-
TOTAL		102	4
Período de Férias: 16/07/83 a 31/07/83			
<u>2º SEMESTRE</u>			
MESES	PERÍODO	DIAS LETIVOS	FERIADOS PREVISTOS
AGOSTO	1 a 31	25	6
SETEMBRO	1 a 30	22	7 - 20
OUTUBRO	1 a 31	22	12 - 15
NOVEMBRO	1 a 30	22	2 - 15
DEZEMBRO	1 a 6	5	-
TOTAL		96	7
Término do Ano Letivo: 06/12/83			
Recuperação Terapêutica: De 07/12/83 a 20/12/83			
DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
MARÇO/83			

Anexo 10 – Aviso da Diretoria Municipal de Educação enviado às escolas rurais em 1981.

PROFESSOR! PROCURE SE CONSCIENTIZAR DA IMPORTÂNCIA DE UM BOM TRABALHO TEU PARA UM BOM RENDIMENTO NA APRENDIZAGEM DE TEU ALUNO!

"PARA ISTO SIGA ESTES AVISOS:"

- Todos os dias corrigir os cadernos dos alunos.
- Todos os dias aplicar ditado.
- Todos os dias fazer leitura.
- Os alunos deverão escrever corretamente o nome da escola, o nome deles e o nome do professor.
- Durante o mês de março trabalhar todos os dias com língua Portuguesa e Matemática.

" PROFESSOR -- PROCURE OBSERVAR E RESPEITAR AS ORDENS DADAS PELA DIRETORIA".

- Neste ano incentive na tua escola e trabalhe com " composição " - 3ª e 4ª séries.
- Que o aluno de 3ª e 4ª série saiba ao final do ano SOMAR, SUBTRAIR, MULTIPLICAR E DIVIDIR.
- Que o aluno de 1ª e 2ª série saiba ao final do ano SOMAR E SUBTRAIR.
- O professor tem direito a um dia por mês para se ausentar da Escola para receber seus vencimentos.
- Toda falta sem justificativa justa ou atestado será descontado o dia no vencimento mensal.
- Professor esteja sempre em dia com as obrigações da Diretoria Municipal de Educação, pois isto contribuirá na avaliação de teu trabalho.
- Coleccionar juntamente com os alunos tipos de pedras, insetos, folhas, cereais, ervas medicinais e outros que a escola tiver condições.

Diretoria Municipal de Educação / 81

Anexo 11 – Aviso da Diretoria Municipal de Educação enviado às escolas rurais em 1982.

PROFESSOR! " PROCURE SE CONCIETIZAR DA IMPORTÂNCIA DE UM BOM TRABALHO SEU PARA UM BOM RENDIMENTO NA APRENDIZAGEM / DE SEU ALUNO".

" PARA ISTO SIGA ESTES AVISOS"

- Hastear a Bandeira uma vez na semana.
- Cumprir o horário com precisão.
- Exigir o uso de guarda-pó para os alunos que têm.
- Cuidar da limpeza da sala de aula e pátio da escola.
- Entrar em sala de aula com os diários completos.
- Desenvolver atividades para todas as séries que preencham o horário.
- Desenvolver pelo menos uma vez na semana atividades de Ciências/ e Estudos Sociais.
- Desenvolver atividades de matemática e Língua Portuguesa diariamente.
- Realizar atividades de ortografia. (caligrafia)
- Procurar se apresentar bem diante dos alunos.
- Cuidar para não apresentar textos muito extensos para alunos de segunda série.
- Seguir instruções para o desenvolvimento de aulas de 1ª série.
- Demonstrar maior interesse pelos alunos e no desenvolvimento de aulas de 1ª série.
- Apresentar para alunos de 1ª série apenas uma consoante nova no desenvolvimento da aula e fazer a fixação da mesma no mínimo três aulas.
- Fazer a correção diária nos cadernos.
- Não esquecer o uso diário do comprovante.
- Realizar trabalhos de Educação Artística sobre datas comemorativas.
- Respeitar feriados.
- Procurar trabalhar entrosado com os colegas.
- Procurar guardar o material em pastas adequadas, deixando a sala em ordem para o outro turno.

Diretoria Municipal de Educação de Esmeralda.
Abril/82

Anexo 12 – Recibo de recebimento de livros didáticos através do PLIDEF em 1978.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
23ª DELEGACIA DE EDUCAÇÃO

R E C I B O

ESCOLA E.M. João Pessoa

ENDEREÇO _____

MUNICÍPIO Esmeralda

Recebemos do Programa de Livro Didático - PLI
DEP 77/78, 101 livros didáticos, abaixo discriminados para se
rem distribuídos aos alunos carentes desta Escola:

TÍTULO	SÉRIE	QUANTIDADE
- "No Mundo da Linguagem" - Pré-Livre	1ª	9 ✓
- "Comunicação e Expressão em Português"	Série	9 ✓
- "A Nova Matemática"		9 ✓
- "Crianças são Assim"		9 ✓
- "Comunicação e Expressão em Português"	2ª	8 ✓
- "A Nova Matemática"	Série	8 ✓
- "Ciências - Conhecer para Viver Melhor"		8 ✓
- "No Mundo da Linguagem"	3ª	5 ✓
- "A Nova Matemática"	Série	5 ✓
- "Os Pequenos Turistas"		5 ✓
- "Ciências - Conhecer para viver melhor"		5 ✓
- "Comunicação e Expressão em Português"	4ª	7 ✓
- "A Nova Matemática"	Série	7 ✓
- "Ciências - Conhecer para viver melhor"		7 ✓
		101

ASSINATURA

DATA

Ilma Kory Gomes
06/03/78

**Anexo 13 – Circular enviada em 1981 pela professora Olívia,
enquanto supervisora/orientadora da CNAE,
para a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida.**

Of. Circ.05/81

Esmeralda, 04.09.81

Do: SEMAE

A : Esc. Mun. N. Sra. Aparecida

Assunto: SEMANA DA COMUNIDADE

Senhor(a) Diretor(a),

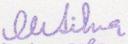
Pelo presente lembramos a V.Sa. que a SEMANA DA COMUNIDADE de verá desdobrar-se, neste ano, de 21 a 26 do corrente mês.

O tema central proposto a ser desenvolvido durante a referida semana é " A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO NATURAL, NA SAÚDE DAS COMUNIDADES ".

Enfatizamos que V.Sa. poderá, usando sua criatividade, elaborar a programação de acordo com as possibilidades de sua escola.

Após o término das comemorações deverá ser enviado a este SEMAE, um relatório das atividades desenvolvidas em sua escola, seguindo do modelo de relatório enviado no início deste ano, até o dia 28 do corrente mês.

Formulando votos de êxito nas comemorações da SEMANA DA COMUNIDADE, apresentamos nossas cordiais saudações.


Olívia Melo da Silva
Supervisora Mun. da CNAE

Anexo 14 – Circular enviada em 1982 pela professora Olívia,
enquanto supervisora/orientadora da CNAE,
para a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida.

Of.Circ. Nº 02/82

Esmeralda, 19 de março de 1982

Do Setor Municipal do Programa de Nutrição Escolar

Sr.(a) Diretor (a) Sr. M. V. da Silva Aparecida

Assunto: Comunicação

Pelo presente comunicamos a V.Sa. que a Semana da ALIMENTAÇÃO' deverá desdobrar-se de 22 a 27 do corrente mês. O tema central proposto é:

" ALERTAR A COMUNIDADE ESCOLAR DA NECESSIDADE DE MAIOR ATENDIMENTO AO PRÉ - ESCOLAR, COMO PREVENÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS, VISANDO UM MELHOR APRENDIZADO."

No encerramento das comemorações deverá ser enviado a este Setor Municipal, até dia 02 de abril, o Relatório conforme modelo anexo ao ofício circular 01/82.

Com a certeza de sua colaboração efetiva, aproveitamos a oportunidade para enviar

Cordiais Saudações

Olívia
Olívia Melo da Silva
Supervisora Municipal